



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Pedro Henrique de Sousa Tavares

**Financeirização no ensino superior: a educação como fronteira de valorização e
acumulação de capital – o caso da Kroton Educacional**

Rio de Janeiro

2019

Pedro Henrique de Sousa Tavares

**Financerização no ensino superior: a educação como fronteira de valorização e
acumulação de capital – o caso da Kroton Educacional**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Educação

Orientador: Prof. Dr. Roberto Leher

Rio de Janeiro

2019

Financerização no ensino superior: a educação como fronteira de valorização e
acumulação de capital – o caso da Kroton Educacional

Pedro Henrique de Sousa Tavares

Texto de qualificação de doutorado apresentado ao
Programa de Pós-graduação em Educação da
Faculdade de Educação, Universidade Federal do
Rio de Janeiro, como requisito parcial para
obtenção do título de doutor em Educação

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Roberto Leher

Prof(a). Dra. Deise Mancebo

Prof(a). Dra. Daniela Patti

Prof. Dr. Marcelo Melo

Prof(a). Dra. Sônia Rummert

*Felicidade, passei no vestibular
Mas a faculdade é particular
Livros tão caros, tantas taxas pra pagar
Meu dinheiro muito raro
Alguém teve que emprestar
(Pequeno burguês, Martinho da Vila)*

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese de doutorado aos professores e professoras que foram ou estão sendo perseguidos. Estamos juntos! Você não está sozinho! Ninguém larga a mão de ninguém. Eles prometeram nos perseguir. Nós prometemos resistir! Amanhã vai ser outro dia!

AGRADECIMENTOS

O mundo não é! Ele está sendo! E sempre em constante transformação. Jamais imaginei o rumo que a vida teria quando iniciei o curso de doutorado em educação. Não estava em cogitação eleição para diretores de escolas e eu certamente nunca me imaginei nesta função. Assumi o cargo após ser eleito, mas também passei por processos de perseguição de cariz fascista que chocaram o país inteiro. E eu não poderia ignorar que fatos como esse foram determinantes para minha vida inteira e quase me fizeram abandonar o curso. Sendo assim, eu queria agradecer aos que me carregaram com todo carinho e afeto nessa caminhada.

Agradeço em primeiro lugar à minha mãe, Lourdes Romana, por todo o carinho e apoio ao longo desses anos e por acreditar que a educação era fundamental.

Agradeço ao meu orientador, também companheiro de sonhos e de luta pela educação pública, Roberto Leher, que optou por lutar e pensar quando a regra era vender. Ele reitor, eu diretor de escola. Duas situações não planejadas. E foi ele que pegou na minha mão e entreviu decisivamente em diversos momentos. Não tenho nem palavras para expressar o carinho.

Quero agradecer aos professores e professoras do Programa de Pós-graduação (PPGE) da Faculdade de Educação, mas também deixar um agradecimento especial para a Solange Rosa, secretária do PPGE que é uma pessoa imprescindível, que nunca deixou de ter uma palavra de carinho e nos ajudar em tudo quanto fosse possível. Apenas dizer: gratidão.

Aos meus companheiros do grupo de pesquisa COLEMARX, especialmente a professora Vânia Motta, sempre disposta a nos ajudar. Simone, mito; Luciane, figura; Inny, um doce; Amanda, minha amiga mais antiga que a UFRJ me deu; Lamarão, cujo único defeito é ser tricolor; Cláudia Piccinini, pelo sorriso contagiante; Juliana, por tantas risadas.

Agradeço aos professores do CIEP 210, que se tornou uma república de resistência e palco de tantas lutas pela educação pública. E deixo meu abraço especial para Tânia, Joyce, Carla e Luciano, pelas tantas tardes de risos resolvendo tretas de aluno na sala da coordenação; a Andreia Azeredo, Alex, Maicon, Mario, Rodolfo, Fábio, Eliane, Ana Lucia, Lucinei, Daniela, Sandra Canto, Edna, Edil, Gizelha, Carine, Renata Kuffer, Rute, Luciana Sampaio, Lídia, Rosane, Zilene, Thamiris, Débora, Sérgio (Paizão), Cleber, Verônica, além do Anderson e da Penha, que se foram, mas serão para sempre do Brizolão.

Agradeço pelo aprendizado aos amigos professores do IEPIC, minha eterna escola e cujo corpo docente foi fundamental nos momentos mais difíceis nestes últimos anos. E agradeço especialmente à Bianca, Marcelo, Regina, Renatinha, Toninho, Rosimar, José Flávio, Beth, Renata Azevedo, Ana e demais. Amo vocês!

Agradeço também aos meus companheiros e companheiras que heroicamente defendem a educação pública no glorioso Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE RJ), na direção ou na base, especialmente Marcela Almeida, Lucas Hipolyto, Suraia, Giovana, Eliane, Jaque, Suzana Gutierres, Rejane, Ricardinho, Luiz Guilherme, Raphael, Zezé (mito), entre outros muitos heróis e heroínas das salas de aulas. Mas especialmente quero destacar Claudia Pessi, Tanit, Tiago, Natalia, Bezerra e Guilherme, que, juntos e shalow now, sonhamos com outro sindicato contra os burocratas de São Gonçalo.

No meio do caminho teve uma pedra e pedras nos tornamos como diretores no caminho daqueles que operam a precarização da educação. A maioria de nós, como ressaltado, nunca sonhamos ou cogitamos ser diretores, mas combatemos o bom combate e os diretores nos tornamos importantes na luta em defesa da educação pública. E quero aqui externar meus votos de gratidão à Claudia Pessi, Renata Azevedo, Celinha Coelho, Juliana, Carla Musa, Fábio Pereira, Joelma, Lizandro, Viviane Cortez, Beth Ramôa, Cabrera e Alba Valéria. Agradeço até a SEEDUC, que é quase tão bagunçada quanto a bancada do PSL, e nos permitiu, além do trabalho, uma boa dose de diversão.

Queria fazer um agradecimento especial aos amigos e companheiros que o futebol trouxe, especialmente os meus dois times: Pelada da Esquerda e Beescats Soccer Boys. Talvez vocês não saibam o quanto o carinho e afeto de vocês foram importante nessa longa caminhada antifascista e nesses caminhos com pedregulhos que machucam os pés. Mas há esperança!

Falando em lutas antifascistas, agradeço também aos amigos que o PSOL trouxe e que foram imprescindíveis ao longo deste período. Quero agradecer ao amigo Flávio Serafini, companheiro de todas as horas e que fez dos seus mandatos instrumentos de luta pela educação pública; Marinalva Oliveira, leoa em defesa de outra sociedade mais justa e igualitária; Andrew, pelo afeto e parceria; Daniela Abreu e Gilberto, minhas referências.

Agradeço aos meus amigos Hugo Ottati, Gustavo Weber e Lucas Gabrielli pelo apoio e por tudo que fizeram nesses últimos anos. Essa tese é de vocês também! Eu só consegui terminar porque muitas vezes vocês me carregaram no colo e possibilitaram condições para que este trabalho fosse concluído. Talvez vocês não saibam o quanto eu amo vocês!

Agradeço também à Mariana Borzino e Mariana Nolte pelos tantos risos ao longo desses anos. Ainda iremos passar férias na Tailândia.

Por último, agradeço ao Pedro Arthur, companheiro de todas as horas e amor para uma vida inteira. Obrigado por estar do meu lado nos momentos mais difíceis e me amando, mesmo eu sendo assim!

RESUMO

Esta tese tem por objetivo analisar criticamente as transformações da mercantilização do ensino superior privado brasileiro a partir de aquisições de um número expressivo de instituições de ensino superior por grupos educacionais com participação acionária de fundos de investimentos (private equity). A dinâmica de aquisições denota a inserção do capital comércio de dinheiro nos negócios educacionais. A tese é construída a partir do estudo de caso específico da Kroton Educacional, maior empresa mundial do segmento de ensino. A tese defende que o processo de monopolização do setor educacional inaugurou também um processo de mercantilização de novo tipo. Identifica, a partir de estudo de caso, os grandes grupos ou fundos que têm controlado parcela cada vez maior das matrículas do ensino superior e, como indicam os relatórios aos investidores, a remuneração dos investidores dos fundos tem sido cada vez maior. Sustenta, também, que esse processo foi alavancado por meio de sistemática indução do Estado. O fundo público é parte do circuito que possibilita a valorização do capital. A tese é desenvolvida a partir de um referencial teórico específico, o materialismo histórico-dialético, referência indispensável para entender as movimentações do capital, a mundialização do capital e a atual configuração do setor financeiro, como fração burguesa mais poderosa do capitalismo. Discute a formação histórica-social do Brasil considerando o conceito de capitalismo dependente elaborado por Florestan Fernandes, referência crucial para a compreensão do processo de financeirização do ensino superior. A investigação conclui que a financeirização da educação é uma dimensão particular de um processo mais amplo e que, no caso da educação. Como periodização a pesquisa examina de modo sistemático a trajetória da Kroton a partir do grande salto das aquisições de organizações de ensino superior com a participação de fundos de investimentos em 2008, período em que muitas organizações promovem abertura de capital, concluindo a análise em 2018, período em que a crise do FIES é respondida por novas estratégias das corporações, como a entrada nos negócios da educação básica e a expansão de matrículas por meio de educação à distância.

Palavras-chaves: ensino superior; instituições privadas; Kroton Educacional; mercantilização; fundos de investimentos; ProUni; FIES.

ABSTRACT

This thesis aims to critically analyze the transformations in the commercialization of Brazilian private higher education from the acquisition of a significant number of higher education institutions by educational groups with private equity participation. The dynamics of acquisitions denotes the insertion of capital money trade in educational business. The thesis is built on the specific case study of Kroton Educacional, the world's largest company in the education segment. The thesis argues that the educational sector monopolization process also inaugurated a new type of commercialization process. It identifies from the case study the large groups or funds that have controlled an increasing share of higher education enrollment and, as investor reports indicate, the investor returns on funds have been increasing. It also claims that this process was leveraged through systematic state induction. The public fund is part of the circuit that enables capital appreciation. The thesis is developed from a specific theoretical framework, historical-dialectical materialism, an indispensable reference to understand the movements of capital, the globalization of capital and the current configuration of the financial sector, as the most powerful bourgeois fraction of capitalism. It discusses the historical-social formation of Brazil considering the concept of dependent capitalism elaborated by Florestan Fernandes, a crucial reference for understanding the financialization process of higher education. Research concludes that the financialization of education is a particular dimension of a larger process and that in the case of education. As periodization the research systematically examines Kroton's trajectory from the great leap in acquisitions of higher education organizations with the participation of investment funds in 2008, during which many organizations promote IPO, concluding the analysis in 2018, period in which the FIES crisis is answered by new corporate strategies, such as the entry into the basic education business and the expansion of enrollment through distance education.

Keywords: higher education; private institutions; commodification; investment funds; ProUni; FIES; Kroton Educacional.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 – O PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO – QUESTOES CONCEITUAIS E TEÓRICAS.....	26
1.1 NOTAS TEÓRICAS SOBRE O CAPITAL E O CAPITAL COMÉRCIO DE DINHEIRO: CAPITAL PORTADOR DE JUROS E FICTICIO.....	28
1.2 A HIPERTROFIA DA FINANÇA.....	49
1.3 NOTAS SOBRE O PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO NO BRASIL E OS FUNDOS DE INVESTIMENTOS E EDUCAÇÃO.....	59
CAPÍTULO 2 – CONCENTRAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	85
2.1 FOMENTO DO ENSINO SUPERIOR NA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR.....	85
2.2 REDEMOCRATIZAÇÃO, DISPUTAS SOBRE A CONCEPÇÃO DE PÚBLICO NA SOCIEDADE CIVIL E O GOVERNO FHC.....	100
CAPÍTULO 3 – OS ANOS 2000 E A MERCANTILIZAÇÃO DE NOVO TIPO.....	114
3.1 ENTRADA DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS E CONTROLE MONOPÓLICO.....	121
3.2 A KROTON COMO EXPRESSÃO DA FINANCEIRIZAÇÃO.....	136
3.2.1 CAPITAL PORTADOR DE JUROS NO COMANDO – QUEM SÃO OS SOCIOS DA KROTON EDUCACIONAL?.....	137
3.2.2 EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS E EXPANSÃO DA KROTON EDUCACIONAL.....	148
3.2.3 DIVIDENDOS, LUCRO E VALOR DAS AÇÕES ORDINÁRIAS.....	157
CONCLUSÕES.....	163
REFERÊNCIAS.....	169

INTRODUÇÃO

Esta investigação de doutoramento foi desenvolvida na linha *Estado, Trabalho, Educação e Movimentos Sociais* no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, no interior do Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (COLEMARX), estudando o processo de financeirização do ensino superior privado como uma fronteira de acumulação do capital.

A presente tese apresenta como problemática de pesquisa a mudança de qualidade no processo de mercantilização – considerado, agora, de novo tipo. Dirigido pelo setor financeiro, via fundos de investimentos, as novas organizações de capital aberto controlam um conjunto de instituições de ensino superior, anteriormente vinculadas apenas a um grupo de empresários dispersos ou que se apresentavam sob o manto da filantropia, inserindo a educação no hall de investimentos que os *players* do setor financeiro exploram com o propósito de acumulação e reprodução de capital.

O objeto de estudo está localizado a partir das reflexões organizadas na pesquisa “Controle da educação superior privada pelos fundos de investimentos: uma mercantilização de novo tipo?”¹, que aponta, entre outras discussões, um novo tipo de controle mercantil do ensino superior que é organicamente articulado ao processo de financeirização em curso na economia mundial e brasileira, que aprofunda os traços do capitalismo dependente por meio da concentração e centralização de capitais em diversos setores, entre os quais a educação.

Apontamos nesta tese os principais eixos das mudanças na natureza da mercantilização em curso no ensino superior privado desde meados dos anos 2000 e as principais diferenças em relação ao processo mercantil estruturado nos anos 1990.

A pesquisa defende a hipótese de que (i) o processo de mercantilização no ensino superior privado é de novo tipo, diferente do cenário organizado nos anos 1990 (na primeira geração de neoliberalismo), posto que no tempo presente as instituições de ensino superior (IES) estão majoritariamente controladas por investidores das frações

¹ Pesquisa financiada pelo CNPq, coordenada pelo professor Dr. Roberto Leher, com assistência do doutorando Pedro Henrique Tavares.

burguesas locais e internacionais, confirmando o intenso processo de financeirização; e de que (ii) o Estado induziu ou favoreceu, neste novo cenário, o processo inicial de monopolização no setor por meio de diversas políticas e iniciativas, tornando-se determinante na conformação de um processo de mercantilização de novo tipo.

Um momento importante dessa virada foi a contrarreforma do Estado brasileiro dos anos 1990, que considerou a educação um serviço não exclusivo do Estado. Desde então, novos marcos regulatórios favoreceram o setor particular, isto é, com fins lucrativos, possibilitando a consolidação de uma concepção abertamente mercadorizada de educação. No contexto do agravamento da crise de 2008, o Estado induziu o setor privado mercantil por meio da expansão e flexibilização do FIES e pelo tratamento fiscal privilegiado do ProUni.

Corroborando a hipótese de “mercantilização de novo tipo”, destaca-se a partir da segunda metade dos anos 2000 a mudança no controle das IES em direção ao setor financeiro. Paulatinamente, grandes grupos educacionais deixam de serem empresas tipicamente familiares² e são adquiridas majoritariamente por fundos de investimentos que possuem nexos e ramos nas complexas redes de operações que envolvem fundos de pensão, bancos (função de crédito de capital), investidores particulares, corporações de serviços, operações de capital fictício por meio de títulos nas bolsas de valores, consubstanciando outra realidade (que apenas recentemente foi identificada por pesquisadores do campo do ensino superior), visto que a estratégia do negócio é operada a partir do universo das finanças.

Desde os anos 1990 as corporações mundiais que atuam no setor de serviços lograram a criação de um novo organismo mundial, no caso a Organização Mundial do Comércio (OMC), no ano de 1995, com o objetivo de criar/organizar e propor políticas de liberalização globais, estabelecendo nichos prioritários, entre eles os relacionados à educação superior, conceituada como um serviço que deveria ser liberalizado³.

O fulcro da ofensiva, o comércio transfronteiriço do serviço educacional, assumiu outra conformação – além da internacionalização direta de empresas

² As IES nos anos 1990 já eram empresas com objetivos mercantis, embora muitas delas ainda fossem oficialmente sem finalidade lucrativa ou filantrópica. Entretanto, a nova problemática de controle das empresas educacionais por frações burguesas ligadas aos grupos econômicos a partir da venda de ações no mercado via bolsa de valores obrigou que muitas delas efetuassem alterações jurídicas e se tornassem empresas com fins abertamente lucrativos. Este processo ocorre posterior a 2008 e envolve, por exemplo, os grupos líderes do setor, como é o caso da Kroton-Anhanguera (mesmo antes da unificação) e da Estácio.

³ Ver o documento *Serviços de Educação*, OMC, 1998.

educacionais⁴, como foi e é o caso da livre movimentação de capitais que possibilita aquisições e controle de empresas locais que mantêm, na aparência, caráter nacional, mas, a rigor, já estão sob controle de grupos financeiros internacionalizados, num processo que favoreceu a formação de monopólios.

Esta identificação não foi um trabalho simples! Ao contrário, os movimentos subterrâneos do capital comércio de dinheiro apresentam dificuldades de identificação. A realidade do ensino superior, que pode ser uma chave para compreensão do capitalismo contemporâneo, foi identificada mediante a análise do quadro de sócios da *Kroton Educacional*, por meio de análise das atas e documentos de acionistas (como os comunicados ao mercado divulgados regularmente), indicando que a maior parte dos sócios estão vinculados às corporações do capital financeiro dos Estados Unidos, mas também fundos europeus (britânicos, franceses, holandeses, suecos ou de Luxemburgo), árabes, asiáticos e da Oceania.

E é a partir destes “enclaves econômicos” que são estabelecidas as associações com as corporações mundiais. Os fundos funcionam como batalhão precursor do crescente peso do capital estrangeiro na educação superior dos países. O estudo de caso conduzido nesta investigação por meio da *Kroton Educacional* provavelmente não apresenta diferenças significativas quanto aos outros grupos educacionais controlados pelo setor financeiro – posto que as estratégias do capital comércio de dinheiro e do mercado financeiro (abertura e emissão de ações, capitalização da empresa, modelos de governança corporativa, entre outros) a princípio são as mesmas.

Contudo, não é pertinente para reflexão crítica pensar os grupos monopólicos opondo mecanicamente capital nacional e capital estrangeiro. As imbricações entre ambos são tão estreitas que tal distinção nada tem de verdadeira. Os nexos entre as frações locais e as hegemônicas serão discutidos no decorrer da tese a partir da contribuição de Florestan Fernandes (1975) sobre o capitalismo dependente⁵.

Com efeito, os grupos/corporações educacionais, agora sob controle das finanças, têm como objetivo, simultaneamente, (i) engendrar sobretrabalho, por meio da exploração do trabalho (esfera de produção); (ii) atuar no setor de serviços (comércio); e

4 Entre os grupos pioneiros em internacionalização, destaca-se o grupo norte-americano *Laureate*, que daremos tratamento nas próximas páginas.

5 Esta contribuição será retomada com vigor no segundo capítulo da tese, quando da análise da formação do capitalismo dependente e da universidade dependente.

(iii), ao mesmo tempo, valorizar os títulos financeiros nelas aplicados (fluxos financeiros) – o fato novo no processo de mercantilização em curso.

As recentes mudanças indicam a constituição e consolidação de um modelo de gestão do trabalho nestas IES ancorado na concepção trazida do universo da finança de “governança corporativa”. Esta estratégia do capital financeiro almeja profissionalizar a gestão das organizações que estavam sob controle familiar, tendo como objetivo o aumento da extração de mais-valia. Esta equação resulta, portanto, em consequente valorização dos ativos operados por fundos.

Entretanto, a pesquisa identificou que nenhum desses processos é guiado pela chamada “mão invisível” do mercado, mas, antes, por forte indução estatal. Atividades outrora públicas ou, pelo menos, concebidas legalmente como dever do Estado, como educação e saúde, foram comodificadas (FAIRCOUGH, 2001).

Neste processo é importante resgatar o conceito de supercapitalização de Mandel (1982), quando o autor discorre a respeito da hipertrofia dos serviços no capitalismo tardio a partir da realocação de uma quantidade significativa de massas de capitais que não têm possibilidade de ser reinvestidos e valorizados no setor produtivo, por conta da queda da taxa de lucro, cuja saída será o investimento em atividades intermediárias.

A partir dos marcos legais da contrarreforma do Estado⁶ e da lei das Parcerias Público Privadas (PPP), o Estado desloca quantidade expressiva do fundo público para entes privados (empresas, fundações privadas, OSCIP) que ofertam educação, por meio de PPP's, que são justificadas socialmente, no caso do ensino superior, em nome da (necessária) democratização do acesso à educação, por exemplo.

A ideia de fundo é que pouco importa se a educação é pública ou privada, desde que ofertada gratuitamente (ou de modo subsidiado) aos indivíduos, comodificando a educação. O pressuposto implícito é que o setor privado é mais eficiente no uso dos recursos públicos e, por isso, tais políticas confrontam, diretamente, o serviço público.

⁶ Utilizaremos no decorrer do projeto, no entanto, o conceito de contrarreformas, apoiado na concepção apresentada por Behring (2003), quando entende que a resposta do modo de produção capitalista à crise de acumulação que advinha dos anos 1970 foi um processo de reestruturação da esfera produtiva que redefiniu o papel do Estado –que no Brasil significou a destruição dos pequenos avanços obtidos a partir da Constituição de 1988 a partir do processo de reforma operado a partir dos anos 1990. A autora ainda chama atenção para os aspectos ideológicos da expressão reforma do Estado, posto que os fundamentos do programa se resumiam aos elementos fiscais.

Paradoxalmente, com a eleição de Lula da Silva em 2002 e a organização de um novo bloco no poder⁷, o tema da democratização da educação por meio de PPP ganhou apoio dos sindicatos do ramo da educação vinculados ao campo político de apoio ao governo (como é o caso da CNTE, CONTEE, CUT, entre outros) e, por meio de intensa propaganda, ganhou apoio e apelo social.

Nesta direção, iniciativas como o Programa Universidade para Todos (ProUni) tornaram-se imediatamente bandeiras populares, reivindicadas por diversos movimentos sociais que, em nome de uma necessária e importante democratização, aderem à estratégia que inicialmente transfere o fundo público para a reprodução do capital⁸.

Lapidado cuidadosamente pelas organizações empresariais do setor privado mercantil, em uma trama política que relaciona a sociedade civil e sociedade política nos marcos de Gramsci (2000)⁹, o ProUni passou a compor, junto com o novo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), a principal estratégia de negócios dos grandes fundos de investimentos até a consolidação do processo de monopolização.

Com mercado garantido e recursos assegurados pelo Estado, as condições para os negócios estavam desta forma asseguradas ou, pelo menos, encaminhadas. E as corporações financeiras agiram de modo impetuoso, reduzindo relativamente as suas contrapartidas (como matrículas) às isenções tributárias.

O Estado, como condensação de forças sociais, sob hegemonia do capital financeiro, atuou como um indutor do capital por meio de uma combinação de medidas, como a (i) flexibilização das legislações; (ii) ampliando o mercado consumidor a partir de um exame de ingresso (Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM) nas instituições

7 O conceito de bloco no poder remete à Poulantzas (1977), que amplia a perspectiva trazida décadas antes por Gramsci, quando considera a análise deve perceber o conjunto das lutas e o estabelecimento de relações políticas que frações da classe dominante em sua luta pelo poder, pela sua atuação em determinadas conjunturas políticas (o contexto de recebimento de Lula pelo bloco no poder é diferente, por exemplo, da eleição de Jair Bolsonaro) e pela divisão das frações burguesas no interior do bloco. Esta distribuição hoje nos faz concluir pela liderança da fração ligada à finança, dada sua condição de força mais poderosa do bloco no poder e que subordina as outras frações.

8 A pesquisa identificou descontinuidades no uso do fundo público. A partir da crise do repasse dos valores do FIES, a Kroton Educacional, por exemplo, fechou parceria com a BV Financeira (que tem o Banco do Brasil como sócio) para custeio de mensalidades via operações de crédito comercial aos alunos. A respeito disso, trataremos de modo particular no terceiro capítulo.

9 A discussão trazida por Gramsci atualizou alguns conceitos que foram inicialmente trabalhados por Marx. O Estado, por exemplo, que Marx identificou como central para o modo de produção capitalista por meio de seu componente de classe, foi ampliado na análise de Gramsci, que incluiu a sociedade civil e a sociedade política em sua análise. Recordemos que Gramsci, diferente de Marx, entendia a sociedade civil como pertencente ao campo da superestrutura e não da infraestrutura material, que passa a se introduzir no Estado que é composto pela sociedade política. Desta forma, para Gramsci, a sociedade civil é parte do Estado e onde ocorre, por exemplo, as lutas de classes.

de ensino de menor complexidade e adotado nacionalmente para a seleção de estudantes das instituições públicas e privadas; (iii) estabelecendo isenções tributárias aos grupos empresariais (Prouni); e (iv) e repassando crédito aos estudantes por meio do financiamento estudantil (FIES).

A flexibilização da legislação educacional (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9394/96 e legislação afim), ocorrida no marco de densas contrarreformas promovidas pelo Estado e cujas particularidades discutiremos no decorrer da tese, favoreceu a partir dos anos 1990 a expansão do processo privatizante, por meio da concepção de público não estatal presente nos programas que contrarreformaram o Estado, fortalecendo e impulsionando a dinâmica de empresariamento da educação, que se expressou de diversas maneiras no ensino superior privado, como a estratégia de transformação de faculdades isoladas em centros universitários¹⁰ e em universidades, as formas preferidas das empresas em virtude da autonomia universitária¹¹.

De fato, o número de universidades privadas no Brasil saltou de vinte para sessenta e quatro, no período de 1985 a 1996, conforme Sampaio (2011). Outra mudança importante no ensino superior privado decorre da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) ¹² em 2014, apresentado como um programa comprometido com a democratização e a inclusão de setores excluídos do ensino superior¹³, que ressignificou o conceito de público, indicando que o setor privado seria responsável por 60% das metas de expansão do ensino superior mediante a ampliação de verba pública e redução de exigências para o acesso ao FIES.

Merece destaque, na reconfiguração promovida pela *ratio* financeira, o papel desempenhado pelo Conselho de Administração e Defesa Econômica (CADE) que tem

¹⁰ Intentando a flexibilização da concepção de universidade, o governo FHC publicou em 1997 o Decreto 2306, que dispunha sobre a criação de centros universitários que gozam de considerável autonomia, mas sem pesquisa, extensão e quantitativo de titulação do corpo docente do que as universidades.

¹¹ A estratégia da autonomia dos centros universitários ou universidades tinha como foco a abertura de cursos, que, no caso das faculdades ou institutos superiores, dependiam do Conselho Nacional de Educação.

¹² Referenciado na Lei 1.005/2014 no artigo 5.

¹³ Esta concepção está referenciada na meta 12 e estratégia 12.1, que intenta a inclusão por meio de medidas focalizadas de grupos historicamente desfavorecidos, redução de desigualdades étnico-raciais e aumento da taxa de permanência de egressos de escolas públicas, afro-descendentes, indígenas e estudantes com deficiência.

aprovado grandes aquisições e fusões, a exemplo do que foi a associação do grupo Kroton com o Anhanguera¹⁴.

No contexto do aprofundamento da crise evidenciada em 2008 nos Estados Unidos, os fundos de investimentos buscaram investir em ativos reais, na economia subjacente, alcançando nesse contexto o promissor mercado de ensino superior brasileiro.

Por imperativo de segurança, os investidores dos fundos voltam atenções e miram as empresas já consolidadas ou com excelentes perspectivas de lucratividade, em diversos campos como energia (petróleo e gás), logística e infraestrutura ou o denominado setor de serviços, no qual a educação está inserida.

O interesse dos *players* do setor financeiro no ensino superior privado decorre do tamanho do mercado, considerando que as taxas líquidas e brutas de matrículas na educação superior brasileira estão entre as mais baixas do mundo, quando economias de porte semelhante à brasileira são comparadas¹⁵.

Ademais, em virtude da reduzida oferta de vagas pelo Estado em instituições públicas, o setor privado torna-se uma valiosa oportunidade de lucrar. Outros atrativos do foco na educação são a legislação e as políticas de incentivo que criaram enormes oportunidades de negócios, verificadas desde a ditadura empresarial-militar, ainda que apresentadas oficialmente sob um manto de filantropia.

No presente, é indispensável elencar o apoio do Estado à expansão mercantil¹⁶ e a liderança crescente e majoritária do fornecimento privado pelo setor particular, isto é, com fins lucrativos¹⁷, que produziu um cenário complexo de concentração do setor, por meio de aquisições, fusões, associações e pela crescente presença de capital estrangeiro,

14 Merece destaque o veto do CADE ao que seria o maior ato de concentração mundial no ensino superior, entre a Kroton Educacional e a Estácio Participações, no ano de 2017, em ato que unificaria a líder e vice-líder no mercado educacional brasileiro.

15 A respeito disto, observar o documento “Atingindo uma educação de nível mundial no Brasil: próximos passos”, do Banco Mundial, datado de 2011. Neste documento é realizado um balanço dos últimos vinte e estabelece perspectivas de para os próximos anos. O documento indica que nos anos 1990 o Brasil estava abaixo dos países em desenvolvimento na região e dos países da chamada Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, na que a média de escolaridade da população no período era de apenas 3,8 anos, menos da metade em comparação a países vizinhos como Chile e Argentina. Importante realçar que o documento considera positivas os processos de avaliações implementados por aqui.

16 Este processo ocorreu, por exemplo, mediante a redução da taxa de juros do FIES e das isenções tributárias do Prouni.

17 Aqui é importante pontuar, em virtude das consequências metodológicas, que o INEP, órgão que divulga as estatísticas oficiais relativas à educação superior, deixou de estabelecer nos seus censos a distinção entre instituições privadas com e sem fins lucrativos.

em geral por meio de aquisições e *joint ventures* com redes internacionais de educação superior¹⁸.

É possível identificar algumas fases do que denominamos de processo de mercantilização de novo tipo, que é o processo que sintetiza a associação do capital comércio de dinheiro com outras frações do capital em busca de valorização em contextos de financeirização no ensino superior privado. O primeiro momento foi a capitalização, que ocorre mediante abertura do capital de instituições de ensino superior na Bolsa de Valores, com o pioneirismo dos grupos Estácio de Sá, que se transformou em *Estácio Participações*¹⁹, e *Kroton Educacional*, ambos com finalidade explicitamente mercantil.

Após a abertura de capitais na Bolsa de Valores, e seguidos processos de capitalização por emissão de ações, verificamos a seguinte etapa de fusões e aquisições, que em alguns casos dependeu de autorização do CADE. A *Kroton Educacional*, após sucessivas aquisições, possui uma base de 920 mil alunos no ensino superior²⁰. A *Estácio Participações*, por exemplo, possui atualmente 445 mil²¹.

Esta configuração distinta que se apresenta no ensino superior brasileiro a partir da entrada dos fundos de investimentos no decorrer dos anos 2000 consubstancia o ponto de partida da reflexão que a partir de então.

A hipótese de financeirização do ensino superior parece ser verdadeira a partir da nova configuração resultante do novo tipo de mercantilização, quando em menos de uma década as empresas dispersas de natureza familiar, conforme anotamos anteriormente, tornam-se organizações abertamente lucrativas negociadas na Bolsa de Valores, controladas majoritariamente pelo capital comércio de dinheiro, aprofundando a especulação e vinculando-se diretamente ao rentismo.

Como consequência, tem havido um redesenho do ensino superior por meio de um intenso processo de monopolização, estruturado a partir dos fundos de

18 O tamanho do mercado de educação superior e o volume de recursos envolvidos explicam o rápido crescimento do número de provedores de comércio transfronteiriço e também a sua diversificação. Alguns operam diretamente nas bolsas de valores como *Apollo*, *Career Education Corporation*, *Sylvian Learning Systems*, *University of Phoenix Online* (EUA), *Informatics* (Singapura), *Aptech* (Índia) (Knight, 2005) e, no caso do Brasil, em especial da Laureate.

19 A respeito, ver a tese de doutoramento de Andrea Vale (2011).

20 A respeito, ver: <https://oglobo.globo.com/economia/lider-em-ensino-superior-kroton-compra-controle-da-somos-educacao-por-45-bilhoes-22619256>

21 A respeito, ver: <https://extra.globo.com/noticias/economia/estacio-lucra-425-mais-no-2-tri-com-receita-maior-apos-aumento-em-base-de-alunos-ticket-medio-22979333.html>

investimentos, que de um lugar inexistente ou subsidiário adquire maior centralidade e tem fortalecido as grandes corporações do capital comércio de dinheiro que controlam majoritariamente as matrículas do ensino superior por meio de gigantescos monopólios de ensino.

É possível identificar elementos novos que não estavam estruturalmente organizados em nichos de mercantilização anteriores, e notabilizam-se pela (i) entrada dos investidores, em sua maior parte internacionais (private equity), através da abertura do capital nas bolsas de valores; (ii) por um processo febril de aquisições e fusões; (iii) indução estatal sem paralelo na história; que produziu, no limite, um redesenho do panorama da mercantilização em direção à financeirização do ensino superior privado; (iv) participação de novos atores do setor financeiro que atualmente financiam matrículas de ensino superior como uma operação de crédito comum; (v) distribuição de lucros em patamares superiores a 700 milhões por ano aos acionistas, entre outros.

OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa consiste em entender a educação superior como nova fronteira do capital em busca de valorização, o que exige alguns objetivos específicos como subsídios da formulação fundamental a questão geral, como: (i) identificar o processo de financeirização em curso, relacionando o histórico de liberalização financeira e da concentração e centralização de capitais nos negócios educacionais; (ii) estudo de caso sobre a maior empresa educacional do globo – a *Kroton Educacional*, identificando discriminando os principais fundos que fazem parte do seu quadro de acionistas; (iii) analisar o as grandes fusões e aquisições que tornaram a empresa líder no segmento e imprimiu dimensão monopólica, por meio da concentração e acumulação de capitais no ensino superior privado; (iv) entender a indução estatal como fulcro inicial e estruturante da mercantilização, especialmente a construção do FIES e Prouni como condições políticas da financeirização em curso; e (v) identificar a participação do *Banco Votorantim* na oferta de crédito para financiamento das mensalidades que, na verdade, é o financiamento da mercadoria operada pela grande empresa; apresentar e compreender a gestão corporativa/profissional como parte da estratégia de lucro do setor financeiro nas IES.

Desta forma, entre os objetivos da pesquisa, podemos destacar:

- (i) discutir o capital como relação social, abrangendo sua natureza e as distintas formas e funções no processo de financeirização e seus nexos com a monopolização da educação superior privada por fundos de investimentos;
- (ii) estudo de caso da *Kroton Educacional* para investigar os fundos que a controlam; a evolução do número de matrículas e expansão da empresa; os fluxos de rentabilidade e retorno aos investidores e o valor das ações; os processos de aquisições e a monopolização no setor;
- (iii) analisar o papel do Estado na indução da monopolização da educação e a entrada de outros atores do setor financeiro no crédito e financiamento da mercadoria educação.

Base empírica

Esta pesquisa vem sendo realizada de modo sistemático desde 2014 no âmbito do COLEMARX. Neste período, um cuidadoso e difícil levantamento das aquisições de empresas educacionais pelos fundos de investimentos foi realizado, a partir de uma ampla base empírica, compreendendo documentos da bolsa de valores (relativos aos valores das fusões, sua dimensão pro mercado financeiro), relatórios financeiros dos grupos educacionais (que devem ser apresentados aos investidores regularmente e que se tornam base empírica que pode comprovar a financeirização na educação) e do CADE (que nos últimos dez anos teve pouquíssimas posições contrárias aos atos de concentração neste segmento de ensino).

Isto significa que sítios web especializados foram escrutinados, coligindo matérias, estudos, atas e relatórios. Ao mesmo tempo, os principais jornais voltados para os negócios (especialmente o jornal “Valor Econômico”) foram consultados, permitindo reunir extraordinário volume de informações. No âmbito do Estado, relatórios e acórdãos do TCU foram considerados – especialmente o Relatório de Gestão do FIES, assim como foram examinadas informações do SisFIES, do MEC, do INEP, da Receita Federal, entre outros.

Particularmente para o estudo da *Kroton Educacional* analisamos documentações oficiais da empresa de capital aberto à Comissão de Valores Mobiliários

(CVM), que são documentos públicos aos investidores para dar transparência ao negócio como exigem legislações do nível novo mercado de governança corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo. Esta foi uma ferramenta importante porque se trata de um dos poucos documentos oficiais confiáveis na trama de operações do capital comércio de dinheiro, que intenta movimentos subterrâneos e movimentações invisíveis.

Por outro lado, os relatórios dos grupos obrigatórios da governança corporativa das empresas educacionais têm sido de grande valor empírico, pois não deixam dúvidas sobre as estratégias do universo da finança, que a priori confirmam a hipótese de financeirização no ensino superior privado.

Periodização

Delimitaremos o período de pesquisa na Kroton entre 2007 a 2018. A delimitação por esta data ocorre porque foi a partir deste ano que a empresa debutou na Bolsa de Valores, apesar de já ter todo aporte de grupos internacionais. Entretanto, algumas informações são possíveis somente a partir de 2013, por exemplo. Dados importantes como a lucratividade e a remuneração por valor de ação ordinária ou mesmo os números sobre as matrículas são divulgados com periodicidade regular apenas após a entrada da empresa no nível novo mercado de governança corporativa da Bolsa de Valores.

Referências teóricas

Esta tese está estruturada a partir do método materialista histórico-dialético, que procurou estudar a educação superior privada no âmbito das suas relações econômicas – particularmente das frações que controlam os negócios educacionais – e contradições, que tem intensificado na educação o processo de financeirização em curso na economia geral e não deve ser entendida como um fenômeno isolado, mas a partir de um contexto e historicidade no qual fora construído e por meio da totalidade complexa das relações que lhe estruturam.

Reivindicamos as proposições de Kosik (2002), acerca da necessidade de *détour* para atingir a essência do fenômeno a ser analisado, por meio do método materialista

histórico-dialético, com a finalidade de captação do movimento real e das relações do fenômeno da realidade para a reconstrução da totalidade como concretude pensada. O autor reitera que a totalidade não é produto apenas da soma das partes e que determinados ângulos oferecem melhores oportunidades para a reconstrução do objeto em estudo, considerando a complexidade do problema.

Consoante à proposta de Kosik (2002), nos interessa a destruição do mundo da pseudoconcreticidade, que envolve por óbvio o campo do discurso, da ideologia e das diversas representações no âmbito da sociabilidade burguesa (hegemônica), na perspectiva de construção de conceitos que permitam uma mediação entre pensamento e realidade concreta.

Desta forma procederemos a análise de múltiplas partes que são constitutivas do objeto proposto. Para a construção de conhecimento sobre a realidade, fundamentada no uso do *détour*, devemos analisar o processo de financeirização da economia e mundialização do capital, da conversão do setor de serviços em um marco de acumulação do capital, da forma particular do capitalismo brasileiro e do que denominamos de mercantilização de novo tipo do ensino superior, tal qual fazer esta análise a partir do bloco de poder dominante.

A discussão sobre a totalidade, por meio da contribuição trazida por Lukacs (2003), está presente na tese, estruturando a unidade como mediação das partes de um fenômeno, expressando, desta forma, a concretude da vida real.

A preocupação com a análise da totalidade, uma das principais categorias de análise presente na obra de Marx, na *Introdução de 1857*, significa dizer que trabalharemos com a crítica à construção de esquemas analíticos que tem sido comuns, pelo menos aparentemente, sobre financeirização da economia - que insistem em fazer uma análise do sistema financeiro/econômico dissociado da sociedade, como uma esfera independente e autossuficiente.

Concordamos com a preocupação científica de Netto (2011) acerca dos métodos de investigações por meio do materialismo, que, em alguns casos apresenta equivocadamente, princípios de um materialismo histórico e dialético que deveria ser aplicado indiferentemente à natureza e sociedade como suficiente para assegurar bom andamento da pesquisa, simplificando o processo investigativo²².

22 O autor chama atenção para dois eixos: as supostas irrelevâncias da dimensão cultural e simbólica em análises a tendência determinista de estudos e análises.

O autor relembra a preocupação de Marx com a teoria, que não seria apenas a descrição detalhada do pesquisador que constrói um modelo explicativo para dar conta fundamentado em hipóteses, refutadas ou não. Assim, a teoria é a reprodução do movimento real do objeto pelo sujeito que a pesquisa. Essa é a tentativa que esta tese estabeleceu: entender o ensino superior a partir dos determinantes que a *Kroton Educacional* apresenta como maior empresa do globo no segmento, que deve ser entendido por ter existência objetiva, partindo da aparência (nacional) para alcançar a essência (fundos na maioria estrangeiros que controlam um lucrativo mercado que foi promovido em boa medida pelo próprio governo brasileiro em nome de uma justificada democratização do acesso ao ensino superior).

Se pretendermos a reconstrução e reprodução do real não podemos dissociar o econômico do social, a partir dos fundamentos do materialismo histórico dialético, buscando formulações que retomem a totalidade, mesmo considerando o que foi a crescente autonomia da esfera financeira.

Desta forma procederemos a uma análise pormenorizada fundamentada nos marcos epistemológicos do referencial do marxismo e, na análise da realidade brasileira, elaborada por Florestan Fernandes (1975), a partir de sua discussão sobre capitalismo dependente e a forma da revolução burguesa no Brasil.

Frigotto (1991) separa a teoria marxista do conhecimento em três partes que se complementam e se auto alimentam e só fazem sentido quando se apresentam conjuntamente, sendo uma postura, um método e uma práxis. Do ponto de vista da postura recusa-se a neutralidade – daí que a argumentação no percurso da tese será crítica à mercantilização e comprometida com outra sociabilidade que não tenha o mercado como parâmetro – e apresenta o método como um caminho para a apreender o real, reproduzindo seu movimento.

Com o propósito de orientar teoricamente as questões que organizam os objetivos propostos, a pesquisa pretende (i) discutir a financeirização, tendo como aporte as interlocuções de Marx nos livros I e III d'*O Capital*, questão axial para estabelecer nexos do robustecido universo da finança, que procura valorização em outras áreas; (ii) relacionar a discussão presente em Lênin acerca das transformações que culminaram no capitalismo monopolista com a atual lógica de monopolização presente no ensino superior, conceito que dá sentido às discussões que tratamos sobre a natureza distinta do processo de mercantilização do ensino superior privado no tempo

presente; (iii) perceber o Estado como parte da indução do capital a partir do aporte de Marx no Livro III, Lênin e também Gramsci, em sua problematização do Estado ampliado e da hegemonia e consenso para situar o projeto dominante que se apresenta na educação e a racionalidade das reformas dirigidas ao segmento; (iv) relacionar o universo da finança no seu histórico e especificidades com o mercado educacional, organizando revisão de literatura sobre financeirização que abrangem diversos autores, entre eles Chesnais (2005), Sauviat (2005), Yamamoto (2012), Behring (2008, 2012), entre outros; (v) estabelecer os nexos da concentração monopólica no setor de ensino superior na sua relação com o capitalismo dependente e a formação econômico e social brasileira, em diálogo com a obra de Florestan Fernandes; (vi) estabelecendo também sínteses das políticas de ensino superior e da influência de organismos internacionais a partir de um conjunto de autores, entre eles Leher (2018) e Mancebo (2017).

CAPÍTULO 1 – O PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO – QUESTÕES CONCEITUAIS E HISTÓRICAS

O ponto de partida deste trabalho de doutoramento é entender o processo de reprodução do capital na educação superior, investigando a estratégia atual do capital na produção de valor que explora o ensino superior como mercado. Esta análise revela a relação existente entre as formas do capital (no caso específico, o capital comércio de dinheiro) na produção do valor, permitindo que se estabeleçam algumas relações a respeito do processo geral de financeirização da economia e sua particular reprodução no segmento de ensino superior.

É possível entender as configurações contemporâneas do capitalismo por meio da análise do ensino superior e da forma atual de mercantilização que desde 2007 vem imprimindo mudanças qualitativas por meio do controle do capital comércio de dinheiro.

Por outro lado, a particularidade do ensino superior no tempo histórico presente permite compreender um processo de mercantilização distinto (de novo tipo), considerando o controle monopólico no setor por grandes grupos econômicos vinculados ao capital comércio de dinheiro²³ – e implica o exame de algumas categorias de análise que Marx utiliza em diversas obras para entender o capital (que se apresenta como uma relação social).

O objetivo deste capítulo é recuperar ou apresentar elementos centrais do ponto de vista teórico que permitam entender com maior clareza e profundidade o processo de financeirização que atualmente incorpora diversos segmentos econômicos da sociedade, ajustando-os à estratégia de acumulação do capital – ainda que sejam setores que historicamente não estavam alinhadas organicamente às frações mais poderosas do capitalismo atual, como é o caso da educação, agora associada e controlada pelo capital comércio de dinheiro.

É preciso entender a sociabilidade do capital no seu movimento global que agora incorpora abertamente a educação sob a órbita dos negócios, por meio de um processo complexo organizado majoritariamente pelos fundos de investimentos, radicalizando a mundialização do capital²⁴ e a reprodução ampliada, conduzindo à superexploração do trabalho nas instituições de ensino superior e induzindo, por outro lado, a invisibilidade

23 Discussão presente em Tavares (2014).

24 A respeito, ver: Chesnais (2005).

que deriva do processo de financeirização e ratifica o setor financeiro como fração mais poderosa do capital.

A partir disto, o ponto de partida é entender como as principais categorias de análise presentes n'O Capital, especialmente nos livros I e III, podem contribuir para esclarecer a reprodução do capital na educação superior privada atualmente.

Pretende-se apresentar como a sociedade na sua quase totalidade converte-se em espaço de reprodução do capital²⁵ – diferente de outros períodos, quando algumas áreas ainda não haviam sido convertidas em fronteiras de acumulação do capital²⁶.

Assim, discutiremos no decorrer do capítulo a trajetória dos processos de desregulamentação financeira, que conduzem a finança à posição de fração mais poderosa do capitalismo tardio (MANDEL, 1982), indicando a possível “subsunção real da sociedade ao capital”, nos termos de Finelli (apud IAMAMOTO, 2012).

Apresenta ainda ao final do capítulo um breve panorama dos fundos de investimentos que operam o capital na educação superior privada a partir do contexto em que os fundos são organizados no Brasil e das suas estratégias de produção do valor. São discutidos os pressupostos que liberaram o fluxo de capitais que conduz a um amplo processo de concentração e centralização também no ensino superior privado, expondo a face especulativa do capital financeiro, que robustece o fetichismo, torna difusas as estratégias de exploração da força de trabalho e subordina a sociedade como um todo na esteira do processo de valorização do capital.

1.1 Notas teóricas sobre o capital e o capital comércio de dinheiro: capital portador de juros e capital fictício

25 Diferentes nichos foram convertidos em fronteiras de acumulação de capital, como o espaço urbano, a saúde, a educação, a previdência, as artes, entre outros.

26 As contrarreformas do Estado são nos anos 1990 foram indutoras de um amplo processo de mercantilização daqueles serviços que em tese seriam ofertados pelo Estado, apontadas por Behring (2003) no tocante às brechas possibilitadas no âmbito do PDRAE e da concepção de serviços não exclusivos do Estado, aqueles que podem ser compartilhados com a iniciativa privada,

Defendemos nesta tese de doutoramento que a educação superior é vista pelos fundos que operam o capital como uma mercadoria²⁷, que como tal está submetida à lei do valor e aos circuitos de valorização do capital. Assim, pretendemos relacionar nesta subseção alguns conceitos fundamentais da teoria social que Marx apresenta nas suas obras com a problemática empírica específica.

A análise de Marx (2013) sobre a sociedade capitalista indicou a particularidade histórica que estruturou a organização do trabalho com vistas à produção de mercadorias, a partir do trabalho que confere valor – erigindo sob a forma de trabalho abstrato.

A mercadoria, segundo a proposição de Marx (2013), é um objeto externo ao homem, fruto do trabalho que resulta da transformação e do controle da natureza pelo mesmo, que implica a construção de utensílios ou instrumentos que possuem imediatamente valor-de-uso²⁸ e, no contexto de relações capitalistas que intentam a produção mercantil, adquire valores-de-troca, assentando-se sob duas condições fundamentais: a divisão social do trabalho – relativo à organização do trabalho e que possui dimensão eminentemente histórica, posto que em constante transformação – e a propriedade privada dos meios de produção – que divide a sociedade entre os que possuem os meios de produção e aqueles que vendem sua força de trabalho, constituindo a sociedade que se organiza por classes fundamentais (no caso a burguesia e o proletariado).

Para Marx (2013):

mercadoria é, antes de tudo, um objeto exterior, uma coisa que, pelas suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. Quer essas necessidades tenham a sua origem no estomago ou na fantasia, a sua natureza em nada altera a questão (p. 32).

27 Discutiremos em outro capítulo a trajetória específica que tornou a educação uma mercadoria, desde a concepção apresentada por organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para Educação e Cultura (UNESCO), ou as proposições apresentadas em fóruns econômicos ou organizações com esta finalidade, como é o caso da OMC (Organização Mundial do Comércio) ou ainda, em nossa opinião, a confirmação empírica da educação como mercadoria quando da transformação das IES em organizações abertamente mercantis que negociavam títulos na bolsa de valores. Entretanto, para fins específicos, discutiremos nesta subseção apenas alguns elementos conceituais presentes na obra de Marx.

28 Netto e Braz (2010) chamam atenção para o fato de que, se por um lado, toda mercadoria possui valor de uso, por outro lado nem tudo que possui valor de uso seja mercadoria. Alertam que as mercadorias só são constituídas por valores de uso que podem ser reproduzidos mais de uma vez; porque é um valor de uso que se produz para a troca.

Para o autor, o valor da mercadoria, expressa no preço, é determinado a partir do quantum de trabalho socialmente necessário à sua produção.

Por outro lado, Marx (2013) ao falar sobre produção mercantil localiza historicamente a (i) produção simples, que no período da acumulação originária do capital era organizada sem os elementos considerados centrais da exploração capitalista sobre o trabalho²⁹ e que sua produção era destinada geralmente a um mercado consumidor limitado e local, onde os camponeses no período medieval já conheciam as necessidades uns dos outros. Observemos que neste período o dinheiro servia apenas como um simples meio de troca para facilitar a intermediação das mercadorias.

Este processo está organicamente vinculado ao surgimento da própria burguesia, na transição do feudalismo ao capitalismo, considerando sua relação quase umbilical com os grupos mercantis que acumularam riquezas no período. Em paralelo, a diversificação também cindiu a base dos artesãos – enquanto uma minoria de mestres enriqueceu, outra massa empobreceu e a solidariedade que caracterizava as relações sociais ruiu.

A erosão dos fundamentos da sociedade que organizava a produção mercantil simples e a constituição da base mercantil capitalista supunha não somente a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção, mas a eliminação do trabalho pessoal do capitalista - que agora desenvolve somente a atividade da supervisão do trabalho e a compra da mercadoria força de trabalho³⁰.

Constitui-se assim um dos pilares da produção capitalista: a organização de uma sociedade que estrutura-se em classes sociais fundamentais³¹ e que converte neste ponto da história o próprio homem em uma mercadoria que pode ser comprada, vendida e, principalmente, descartada, a depender de certas condições históricas e políticas, que é o ponto nodal para que ocorra a mercantilização da vida social em todos os seus aspectos

29 Consideremos neste caso o fato dos camponeses serem proprietários dos meios de produção e que as relações não eram por meio da compra da força de trabalho.

30 Este item diferencial esclarece um dos principais traços do capitalismo, no caso a exploração da força de trabalho, indicando o dito trabalho livre e assalariado como uma tendência do modo de produção capitalista, ainda que este seja um dos principais pontos conflituos da relação capital *versus* trabalho.

31 De um lado o capitalista, que dispõe de meios de produção e dinheiro (que se transforma em capital quando posto no processo de produção da mercadoria) e, na outra ponta, aqueles que dispõem apenas de sua força de trabalho para vender como mercadoria em troca de um salário.

e dimensões, retomando o conceito de supercapitalização (MANDEL, 1982) e subsunção real da sociedade ao capital (IAMAMOTO, 2013).

Netto e Braz (2010) chamam atenção para a particularidade capitalista quando a venda da força de trabalho se converte em possibilidade de mercantilização do conjunto das relações sociais e indicam que o surgimento do capitalismo teve como condições (i) o alto grau da produção de mercadoria e o novo papel que o dinheiro tem no processo de trocas comerciais.

Iamamoto (2013) entende que um dos resultados do modo de produção capitalista não é somente a produção de mais-valor, entendida como o excedente de trabalho não pago que produz valor e é privatizado pelo proprietário dos meios de produção. Ao contrário, é o próprio capital que se reproduz em nível ampliado, produzindo não somente capital, mas a reprodução das relações de classe estabelecidas, crescendo a força produtiva do trabalho que produz riqueza.

Estes elementos históricos são importantes para situar um ponto de partida nas discussões teóricas, que serão chaves analíticas para o entendimento da estratégia de acumulação do capital dirigida pela fração vinculada ao capital comércio de dinheiro, que no caso do Brasil fez e continua fazendo investimentos no segmento de ensino superior, impulsionado pela proposição que compreende a educação terciária como uma mercadoria.

Marx (2008) entende que o valor de uma mercadoria é definido pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-la e apenas pode se manifestar no processo de comercialização, ou seja, pelo seu valor-de-troca e que é exteriorizado pelo seu preço.

Ao mesmo tempo a determinação do valor da mercadoria expressa também a relação que os homens estabelecem entre si. Nesta relação, regulada pela lei do valor, a mercadoria aparece como algo que lhes é estranho ou alheio – operando a alienação que no plano da consciência apresenta a realidade invertida, indicando que as relações possuem aparência de relações entre coisas, conduzindo ao processo que conhecemos como “fetichismo da mercadoria”.

O desenvolvimento e a complexificação do capitalismo conduziram, progressivamente, à substituição do que se chamava de *produção simples* pela *produção ampliada*, quando o dinheiro converte-se em equivalente geral, no caso um meio de troca ou medida de valor, ou também meio de acumulação e entesouramento, mas também em uma mercadoria específica – proposição que retomaremos posteriormente.

A lei do valor regula as sociedades capitalistas por meio das relações econômicas no contexto da produção mercantil. Assim, opera-se a conhecida fórmula de produção do valor que encontramos em Marx: $D - M - D'$, que representa a circulação mercantil típica do capitalismo, diferente da produção mercantil simples, no qual D representa uma soma de dinheiro³² que o capitalista dispõe, que compra mercadorias (M) – expressa os meios de produção (maquinário, instrumentos, etc.) e o custo da força de trabalho – e que termina por produzir mais-valia ou mais-valor, do qual o lucro é resultante (D').

É nesta fórmula que defendemos que a educação superior privada está inserida, mas mediada por um complexo processo de produção de valor que envolve o comércio de uma mercadoria particular³³ e seu nexos com formas do capital que não somente o capital comercial, mas articulado ao capital financeiro, e a partir do qual defendemos haver um processo de mercantilização diferenciado – de novo tipo (TAVARES, 2014, LEHER, 2017) – e a tendência de financeirização que tem o capital comércio de dinheiro na centralidade das relações econômicas, com tendência de controle de tipo monopólico.

É fundamental entender que no modo de produção capitalista, diferentemente de formações pré-capitalistas ou na acumulação original, o lucro, objetivo final, não se origina do processo de compra e venda por preços diferenciados, mas decorre efetivamente das mediações existentes na esfera da produção.

32 Segundo Marx, há uma diferença fundamental entre o dinheiro e o capital. O primeiro se transforma no segundo apenas quando é colocado no circuito de valorização e pretende produzir mais mercadorias com a finalidade de valores-de-troca para conseguir mais-dinheiro (D'), pretendendo ao final do ciclo produzir lucro, resultante, entre outros, da mais-valia.

33 A educação superior como mercadoria, mesmo com as tratativas de diversas organizações vinculadas aos centros de difusão de hegemonia internacionais do capital, como a OMC, UNESCO, entre outros, era objeto de polêmica porque, apesar de fazer parte do ajustamento ao projeto neoliberal que robusteceu o setor privado no Brasil, ainda era, até os anos 2000, mediado por relações, como era o caso das instituições ditas filantrópicas, que o caracterizavam como relações de quase mercado.

O dinheiro, transformado em capital, permite que o capitalista³⁴ adquira um conjunto de mercadorias – insumos, maquinários, meios de produção e força de trabalho – para gerar outras mercadorias cujo objetivo é a venda, e que devem gerar outros valores – lucro. Netto e Braz (2010) chamam atenção para o fato de que os meios de produção, por si sós, não criam novos valores. Ao contrário, é a força de trabalho que opera os meios de produção e transfere o valor à mercadoria que, ao final, será produzida.

O processo de produção da mercadoria envolve a rigor o processo de trabalho (que produz valores de uso e troca) e a valorização – onde ocorre a extração de mais-valor. O processo de reprodução, por outro lado, incorpora a produção da mercadoria e o seu ciclo de circulação, constituindo o ciclo de rotação do capital. Assim, o processo global de produção e de circulação das fases do capital inclui a transformação do capital dinheiro em meios de produção e força de trabalho que confere valor à mercadoria produzida e insere-se no processo produtivo e de circulação.

No curso do processo de produção, Marx (2013) identificou a “composição orgânica do capital”, constituída pelo capital constante e capital variável. Isso quer dizer que no processo produtivo existe uma parte do capital que não se altera, denominado de capital constante, que representa o valor dos meios de produção que foram investidos no percurso. Entretanto, com o capital investido (D) o capitalista também adquire outra mercadoria fundamental para a produção da mercadoria – a força de trabalho, adquirida mediante o pagamento de um salário, que será incorporado como custo e determinará o preço final da mercadoria. Marx entende se tratar de uma mercadoria especial, sem a qual todas as outras não teriam sentido.

No caso da educação superior, existe um controverso debate sobre o caráter das relações mercantis. Nos anos 1990, mesmo diante de um quadro de controle majoritário do setor privado e de contrarreformas que indicavam o mercado como única sociabilidade possível, a educação ainda apresentava nexos e mediações que impunham alguns obstáculos ao livre-mercado e à dimensão abertamente mercantil de controle majoritário, a exemplo das legislações a respeito da filantropia e das instituições que oficialmente não eram consideradas com finalidade lucrativa.

34 Este capitalista pode variar de acordo com a formação histórica específica. Pode ser um capitalista individual ou um capitalista coletivo – organizando grupos de investidores, por exemplo.

Não pretendemos aprofundar a polêmica a respeito da educação nesta subseção, mas podemos indicar que mesmo neste período já era possível que a educação fosse apreendida no seio da fórmula indicada por Marx, afinal as instituições de ensino superior, mesmo não sendo abertamente lucrativas, estavam organizadas na fórmula da produção da mercadoria— quando uma quantidade de capital era investida (D) tendo em vista a produção de uma mercadoria (certificação de ensino superior) que seria comercializada a partir de um preço e que pretendia, ao final, obter mais-valor e reinvestir o lucro como capital.

Certamente o preço da mercadoria pode variar conforme diversos arranjos que as empresas possam oferecer para atrair clientes. No caso do ensino superior privado, as universidades particulares ofereciam uma mercadoria com alguns diferenciais – em alguns casos as instituições privadas possuíam estrutura de ensino, pesquisa e extensão, noutros a mercadoria educação era ofertada por centros universitários ou mesmo por instituições que operavam a comercialização dos certificados de ensino superior apenas pelo viés do ensino, despreocupadas com outras exigências que estruturam o tripé que pretende a educação de qualidade.

Independente dos casos, predominava o arranjo administrativo de instituições que oficialmente não possuíam finalidade lucrativa, mas que apresentavam vultosas cifras de movimentações financeiras³⁵. Recordemos o fato de que no ano de 1998, por exemplo, a receita de faculdades e universidades privadas superou os R\$ 4 bilhões, algo em torno de R\$ 32 bilhões em valores atualizados pela quantidade de salários mínimos³⁶. A maioria das instituições de ensino superior era dirigida por uma entidade mantenedora que era a instituição que, no fim do processo, distribuía lucros aos sócios das empresas.

No interior deste processo, a composição orgânica do capital envolvia os meios de produção necessários à produção da mercadoria, como o espaço físico, infraestrutura, entre outros, e a força de trabalho dos professores universitários que constituíam parte significativa.

35 A respeito, ver: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi28129802.htm>

36 As entidades mantenedoras são e foram as personalidades jurídicas, de direito privado, que controlavam as instituições de ensino superior privadas. Caracterizavam-se por ser propriedade de famílias ou grupos familiares que, na prática, eram os proprietários destas IES.

Marx (2013) afirma que diferentemente das outras mercadorias, a mercadoria força de trabalho tem a particularidade de produzir mais-valor, pois ao contratar/comprar a força de trabalho o capitalista dispõe de todo seu potencial criativo. Assim, o capital a remunera pelo seu potencial valor de troca (salário). Entretanto, não a remunera pelo valor criado no tempo da jornada de trabalho. Dito de outro modo, é a força de trabalho que tem o potencial criador de valor, sem o qual todas as outras mercadorias ficam inócuas e a qual o capitalista precisa explorar para gerar valores maiores que aquele empregado na contratação.

O valor excedente gerado pelo trabalho que não será pago ao trabalhador foi designado por Marx como mais-valia. Assim, o salário sempre representará um valor inferior ao que o proletário produz na forma da mercadoria, pois a força de trabalho sempre produzirá um valor superior àquele que será empregado na sua reprodução.

O valor da força de trabalho é o segundo aspecto, designado como capital variável, na composição orgânica do capital e pode variar conforme os diversos arranjos produtivos. Tende a ter seu valor menor quando consideramos os níveis de automação nos segmentos capitalistas. O capital variável representa a condição elementar para a própria produção de valor.

Assim, o salário está inserido na lei do valor e é deduzível que a classe dominante procure, sempre que possível³⁷, pagar um valor inferior pela mercadoria força de trabalho, tal como procura a diminuição dos preços dos outros componentes da produção de mercadorias³⁸.

Como assinalamos anteriormente, a dita sociedade de trabalho livre e assalariado constitui um dos pilares do modo de produção capitalista que acaba operando a um só tempo o trabalho concreto – que cria diretamente valores-de-uso – e o trabalho abstrato – que só se manifesta nas sociedades com economias capitalistas consolidadas e que

³⁷ A referência “sempre que possível” refere-se à particularidade das lutas de classes nas disputas pela definição do salário, a partir do antagonismo histórico entre as classes fundamentais. A disputa a partir da fixação do valor da força de trabalho costuma variar. Em alguns momentos as greves, ápices das disputas das lutas de classes, são responsáveis por elevação dos preços de salários. Noutros o capital triunfa e pode derrotar a classe trabalhadora, ainda que organizada.

³⁸ Não por acaso a contrarreforma trabalhista (lei 13467/2017) aprovada no governo ilegítimo de Michel Temer e a proposta de contrarreforma da previdência apresentada pelo governo de Jair Bolsonaro refletem essa tendência histórica do capitalismo contemporâneo.

opera a redução do trabalho concreto ao abstrato³⁹ – que pode ser objetificado e quantificado, indicando o tempo de trabalho socialmente necessário à produção da mercadoria, que agora está organizado diretamente ao valor de troca.

A taxa de exploração do trabalho pode ser mensurada pelos níveis de mais-valia ou mais-valor produzidos. Neste caso, a partir da análise do salário e da composição orgânica do capital podemos observar a distinção entre o tempo de trabalho socialmente necessário à produção da mercadoria e o tempo de trabalho socialmente excedente.

No percurso do trabalho não há uma linha de divisão clara que indique ao trabalhador a distinção entre ambas. Ao contrário, o próprio fetichismo da mercadoria e a alienação em relação ao objeto de trabalho constituem uma barreira objetiva que impede, na maioria dos casos, a passagem da consciência de classe em si e para si. A jornada de trabalho contínua e o fato de os meios de produção pertencer aos capitalistas constituem outros obstáculos no processo de conscientização.

Interessa ao capitalista o tempo de trabalho socialmente excedente na produção da mercadoria – que constitui a base da mais-valia, desenvolvendo-se estratégias de aumento da mesma. Uma das estratégias pode ser o aumento da jornada de trabalho, tendo em vista diminuir proporcionalmente o tempo de trabalho socialmente necessário, sem aumento salarial, que compõe o que Marx, no Livro I, exatamente no decimo quarto capítulo, designou como mais-valia absoluta.

É desta forma que parte das lutas de classes dos trabalhadores, que podem ser espontâneas ou organizadas por seus instrumentos de luta (sindicatos, partidos, imprensa alternativa, etc.), dirige-se contra o aumento da jornada de trabalho, da superexploração do trabalho ou ainda da redução dos salários, exigindo intervenções do Estado (que é de classe, como apontam Marx e ampliado por Gramsci) para mediar conflitos estabelecidos entre o capital *versus* trabalho.

O aumento da intensificação do trabalho, mediante diversas formas de acumulação do capital, como foi o caso do fordismo-toyotismo, mas também sob a forma flexível de acumulação, é expoente de arranjos sobre a força de trabalho que o

³⁹ A referência ao trabalho abstrato e trabalho concreto também implica o exame das categorias de trabalho simples e trabalho complexo. Mas não poderemos, pelos limites do trabalho, proceder esta análise de forma ampla.

capital opera sob a lei do valor, ao mesmo tempo em que a introdução da automação no interior do processo produtivo possibilita a redução do tempo de trabalho socialmente necessário. Marx (2013) chama este processo de mais-valia relativa. É importante acrescentar que a redução do tempo de trabalho socialmente necessário é, no limite, uma diminuição proporcional do próprio salário dos trabalhadores, ainda que esta mediação não seja explícita, pois o trabalhador tende a produzir mais mercadorias recebendo a mesma remuneração.

É verdadeiro que esta exploração assume diversos formatos e feições a depender do contexto histórico. Ela se manifestava, por exemplo, na cooperação de uma forma e na manufatura de outra, embora ambas ainda estivessem vinculadas à subsunção formal do trabalho ao capital – quando o trabalhador ainda possuía algum tipo de controle sobre o processo de trabalho.

Após a consolidação do modo de produção capitalista, já no contexto da industrialização, operou-se uma agressiva divisão das tarefas no interior do processo produtivo, eliminando progressivamente os conhecimentos que os trabalhadores possuíam no conjunto do processo produtivo e induzindo o desenvolvimento de tarefas específicas, delineando o novo cenário da subsunção real do trabalho ao capital, que emerge no contexto pós-revolução industrial.

A atratividade do ensino superior para o mundo dos negócios a partir de 2008, cujo ponto de partida foi a inicial abertura de capitais das empresas educacionais na Bolsa de Valores, não deixou dúvidas quanto à enorme rentabilidade e possibilidades de retorno para investimentos, por variados fatores –especialmente as garantias ofertadas no âmbito da indução do capital pelo Estado.

E como não poderia ser diferente, os custos relativos à força de trabalho nesta nova fronteira de acumulação do capital não ocupa lugar secundário. Ao contrário, os custos relativos à força de trabalho estão nos noticiários do mundo dos negócios e nas mídias gerais, especialmente a partir de 2017 com o anúncio de demissões em massa de professores em diversas instituições⁴⁰.

40 A respeito, ver: <https://oglobo.globo.com/economia/estacio-anuncia-demissoes-de-professores-no-rio-23302419>

A força de trabalho ocupa um lugar de atenção especial dos operadores das finanças em nível mundial – um dos centros da preocupação dos modelos de gestão corporativa é exatamente os custos da força de trabalho no computo da composição orgânica do capital – e no ensino superior não seria diferente. Este é o contexto no qual têm ocorrido processos de demissões em massa de professores por grandes grupos educacionais, por um lado, e por outro tem ocorrido a tendência de utilização de uma força de trabalho mais barata (tutores) no vigoroso processo de expansão da modalidade a distância no ensino superior, alterando os cálculos da composição orgânica do capital.

Se por um lado houve um quadro de aumento relativo do acesso ao ensino superior, justificada recentemente pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) em nome de uma (necessária) democratização do acesso, especialmente pelos mais pobres, por outro lado a modalidade à distância é o campo mais beneficiado deste processo. A *Kroton Educacional*, por exemplo, maior empresa de educação do globo expressa esta tendência na medida em que possui no final do ano de 2018, por exemplo, aproximadamente 871 mil alunos, dos quais 501 mil estão na modalidade à distância e 369 mil estão na modalidade presencial.

É possível identificar no campo do ensino superior privado que houve uma agressiva substituição no perfil da força de trabalho, por meio da substituição dos professores universitários, na sua maior parte portadores do título de mestre ou, pelo menos especialistas, por uma força de trabalho menos qualificada e, principalmente, menos onerosa. Trata-se da organização de um complexo quadro de oferta de ensino superior privado à distância cujos profissionais em sua maioria são os denominados tutores – presenciais ou a distância, responsáveis pela interação e esclarecimentos de dúvidas com alunos, coetâneo da tendência de precarização do trabalho e agressiva diminuição dos custos relativos à mão-de-obra.

Entre o ano de 2018 e 2019, por exemplo, houve aumento de 30% das matrículas em educação à distância no país, o maior crescimento verificado desde o ano de 2009⁴¹.

Marx (2013) chama atenção para o fato de que todo processo de produção é também um processo de reprodução. Assim, a produção capitalista também é parte do processo de reprodução social. Apesar de indicar a reprodução simples – na qual o

41 A respeito, ver: <https://www.destakjornal.com.br/carreira---formacao/detalhe/ead-se-consolida-no-brasil>

capitalista utiliza completamente para consumo próprio o resultado da mais-valia (que neste caso deixa de ser capital e volta a ser dinheiro) após o ciclo do capital –, Marx entende que a reprodução ampliada do capital é a forma típica do modo de produção capitalista. Ou seja, apenas uma parte da mais-valia é utilizada pelos capitalistas para despesas pessoais. Outra parte é necessariamente reinvestida para aumento da massa de capital concentrado, tendo como horizonte o aumento do capital (dinheiro utilizado no processo de produção).

Assim, o processo de reprodução ampliada do capital pode ser entendido a partir da tendência de conversão da mais-valia em capital e fortalece a tendência de superacumulação de capital. Dito de outra forma, o objetivo das empresas capitalistas é o aumento contínuo dos níveis de produção de mais-valor, que ocorre a partir da acumulação que é feita por meio do investimento progressivo dos lucros em capital.

As principais IES brasileiras não poderiam ser enquadradas nesta configuração de produção de valor porque durante longo período estavam, pelo menos oficialmente, separadas dos núcleos hegemônicos do capital que operavam a reprodução ampliada do capital. No tempo presente a educação superior privada foi inserida no hall de investimentos e o processo febril de financeirização que é operado a partir de 2008 indica que o quadro alterou-se e caminha na direção de conversão da educação em fronteira da reprodução ampliada do capital.

É verdadeiro e honesto que se reconheça a tendência de reprodução ampliada do capital na educação de forma mais explícita desde os anos 1990, potencializado com as contrarreformas iniciadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e aprofundadas nos governos do PT, especialmente com Lula da Silva (2003-2010) e sua sucessora, Dilma Rousseff (2011-2016).

Entretanto, o tempo histórico presente, com o controle das instituições de ensino superior por grupos econômicos que operam abertamente a valorização do capital em um portfólio diversificado de investimentos, apresenta mediações importantes, especialmente porque a taxa de rentabilidade do capital ganha centralidade e para o qual a gestão profissional tende a pressionar por resultados com maiores taxas de mais-valor.

É oportuno esclarecer que o aumento das taxas globais do capital sempre está relacionadas com o aumento da exploração do trabalho⁴² e da quantidade de capital investido – maiores volumes de capitais investidos tendem a aumentar a acumulação, devido à concentração e centralização de capitais, como é o caso de significativa parte das IES brasileiras.

Entretanto, o movimento do capital é um fenômeno que não se esgota, como Marx (2013) assinala, no processo produtivo. Ao contrário, incorpora também o processo de circulação da mercadoria – que é denominado de rotação do capital. Há três momentos neste processo: (i) quando o capital monetário (dinheiro) transforma-se em capital produtivo e o capitalista adquire meios de produção e força de trabalho que devem operar a produção de mercadorias – no caso das instituições que operam educação na modalidade à distancia estes custos tendem a ser menores, pois se dispensa uma quantidade significativa de recursos com infraestrutura e gastos com pessoal e no caso das IES que trabalham com a modalidade presencial a tendência tende ser de redução dos custos com força de trabalho e medidas de “modernização administrativa” que tendem por meio da gestão profissional a diminuir os custos relativos à composição orgânica do capital no que tange ao capital variável; (ii) operando um segundo momento, quando o capital mercadoria adentra a esfera da produção, quando a força de trabalho produzirá mercadorias com valores-de-troca com a finalidade de produção de valores excedentes – neste caso temos um complexo processo que, ao final, produz a mercadoria educação; e, finalmente, num terceiro momento volta-se a esfera da circulação, quando as mercadorias são vendidas por uma medida de valor denominada dinheiro, determinada por um preço – note-se que neste momento o dinheiro novamente torna-se capital monetário, mas agora evidentemente maior. A interrupção num desses momentos da rotação do capital contribuem para a formação dos períodos de crise do capitalismo.

Há, portanto, uma relação direta entre a quantidade de capital monetário, a reprodução ampliada e a própria acumulação. O tempo de rotação do capital é determinado pelo somatório dos períodos da circulação e da produção, desde quando se apresenta como capital monetário até a produção dos valores excedentes, tanto na esfera

42 É o caso do debate da produtividade no trabalho, no caso potencializada mediante as recentes reengenharias profissionais que impulsiona processos de demissões em massa em diversas instituições de ensino superior subordinadas ao capital comércio de dinheiro.

da produção quanto na circulação. Desta forma, interessa ao capital reduzir aos menores níveis possíveis o tempo de rotação, pois mais reinvestimentos podem ser feitos – ratificando a tendência de reprodução ampliada do capital.

O desafio da acumulação do capital é, desta forma, central para o sistema capitalista. Entretanto, os capitalistas não dependem apenas da exploração da força de trabalho. Muitas vezes precisam também competir entre si. Assim, a concorrência capitalista pode assumir feições as mais diversas.

Lênin (2003) já identificou na passagem do século XIX para o século XX a tendência de substituição de livre concorrência em direção à era dos monopólios, com um pequeno número de empresas controlando fatias significativas do mercado.

É próprio do processo de acumulação o incentivo à inovação tecnológica ou automação dos procedimentos produtivos, tendo em vista a redução de custos. É preciso ter clareza que os grupos que mais acumulam estão no geral mais organizados para enfrentar a concorrência e operam um conjunto de tecnologias voltadas para o aumento dos níveis de exploração do trabalho e conseqüentemente extração de taxas mais-valia – e que a acumulação está relacionada também as estratégias de diminuição dos custos do capital constante e variável, superestimando a composição orgânica do capital.

Este é parte do contexto no qual a educação está inserida, vinculada à reprodução ampliada do capital, a partir do momento em que os grupos vinculados aos fundos de investimentos organizam vastos processos de reengenharia no interior das instituições de ensino superior. Assim, observa-se a tendência que Marx (2013) identificou de concentração e acumulação de capital, que a rigor são os dois principais processos de desenvolvimento capitalista⁴³.

No caso da acumulação, observa-se que as operações que envolvem uma substantiva composição orgânica do capital não são acessíveis ao conjunto dos capitalistas – no caso os empresários dispersos que constituíam a fração burguesa que controlou o ensino superior privado brasileiro até o início dos anos 2000. Ao contrário, a necessidade de uma massa de capital que não é desprezível inaugura a tendência de concentração de capital, fazendo com que as frações do capital comércio de dinheiro

43 Esta discussão, presente no Livro I, Tomo 4, apresenta a concentração como aumento de capital pela capitalização da mais-valia; e por centralização a reunião de vários capitais individuais em um só.

acumulem cada vez mais capitais por meio da valorização dos seus ativos no promissor mercado de ensino superior.

A centralização do capital caracteriza-se, por sua vez, não apenas pela elevação do capital decorrente da acumulação, mas pelo aumento do capital por intermédio da fusão com outros capitais, que pode ser realizada por meio da formação dos cartéis, *trustes* ou *holdings*, mas que se expressa atualmente nas tendências de monopolização em diversos setores da economia. Atualmente as *joint ventures* são expressão deste processo na educação.

O surgimento dos monopólios no século XX, especialmente aqueles analisados por Lênin (2003) à luz da discussão sobre as particularidades do capitalismo monopolista no início daquele período, é resultado direto do processo que Marx identificou como tendência de concentração e centralização dos capitais.

Assim, a consequência mais visível é a substituição da concorrência, que deixa de ser entre inúmeros empresários ou grupos capitalistas e reduz-se a poucos grupos que operam o monopólio em determinados setores da economia – como aparentemente vem ocorrendo quando analisamos os grupos que controlam as ofertas de matrículas no segmento de ensino superior.

A livre concorrência e o próprio livre mercado parecem reduzidos mais à ideologia do que ao processo concreto, pois apenas os que controlam grandes massas concentradas de capitais podem ter condições de disputas reais na concorrência intercapitalista.

Se a tendência de concentração e centralização de capitais é típica de uma fase avançada do capitalismo, onde predomina a inclinação à substituição de diversos capitalistas dispersos, a educação acabou seguindo o lastro de outras áreas econômicas onde o capital já expressava suas disposições de monopolização.

Isso parece confirmar o quadro defendido por Tavares (2014), na medida em que os grupos educacionais dispersos foram, num intervalo menor que uma década, controlados por organizações vinculadas ao capital comércio de dinheiro. A acumulação capitalista, sob a tendência de monopólios e de centralização/concentração de capitais,

tende a elevar a composição orgânica do capital, fazendo com que a proporção de capital constante seja maior que a de capital variável.

Assim, o percurso da acumulação demanda mais recursos constantes (incrementos tecnológicos, inovações, etc.) em maior proporção à força de trabalho – aumentando o exército industrial de reserva e pressionando os salários para baixo. Marx (2013) também observa que a acumulação tende a produzir os supérfluos e a superpopulação relativa⁴⁴, da mesma forma que o crescimento do desemprego deve ser entendido como parte das consequências do processo de reprodução ampliada do capital.

Marx (2013) também identificou a pauperização como uma tendência do desenvolvimento do capitalismo que é resultado direto do caráter explorador do trabalho no modo de produção capitalista, que pode ser absoluta ou relativa⁴⁵. O pauperismo absoluto, por exemplo, ocorre quando a classe trabalhadora sofre uma queda substantiva no seu padrão de vida – diminuição dos salários, elevação dos custos de vida, corrosão social, entre outros. No outro lado, o pauperismo relativo pode ocorrer mesmo quando há tendência de crescimento econômico, pois se relaciona a diminuição relativa da distribuição dos valores excedentes criados, no caso quando aumentam os rendimentos do capital e diminuem-se os rendimentos do trabalho.

Esta compreensão teórica é importante para elucidar questões relativas à diminuição dos custos da força de trabalho, especialmente com a análise nos demais capítulos do significado da substituição dos professores por tutores, presenciais ou à distância, como tendência no ensino superior privado.

Marx (2013) observa que o capital mercantil ou capital comercial é dividido em dois grupos: o capital dedicado ao intercâmbio de mercadorias e o capital dedicado ao intercâmbio de dinheiro, embora desde o Livro II já fizesse referências ao capital mercantil – que incluía tanto o capital comercial quando aquele que provinha dos

44 Ao analisar a superpopulação relativa, Marx fez três observações: os flutuantes – trabalhadores que estão ora empregados e ora desempregados; os grupos latentes – que existem nas áreas rurais que, em contextos de relações capitalistas, acabam por emigrar às cidades e que podem ser massas camponesas que acabam por migrar para os grandes centros urbanos e industriais; os estagnados, relativos aos que não conseguem emprego fixo e orbitam entre diversas ocupações. Há também, abaixo da pirâmide, o que Marx denomina de lumpemproletariado, oscilando entre a miséria e o pauperismo.

45 A discussão a respeito da pauperização da classe trabalhadora é densa e de envergadura para as quais este trabalho não poderá responder. Mas podemos observar que este debate está presente n'Os Capital nos capítulos a respeito da Acumulação Primitiva e na Lei Geral de Acumulação Capitalista.

bancos e financistas, quando também distinguiu o ciclo do capital monetário e o ciclo do capital-mercadoria⁴⁶.

O capitalista comercial para obter lucros necessita negociar mercadorias. Entretanto, para constituir-se como capitalista necessita possuir capital monetário, devendo acelerar ou diminuir o tempo de rotação do capital. É desta forma que Marx entende que o capital comercial é uma forma de capital que funciona na esfera da circulação da mercadoria, apenas facilitando a realização do ciclo de rotação. Desta forma, é importante observar que o capital comercial não cria novos valores, que apenas sofre mudanças de forma, que adquire maior flexibilidade para mudanças de funções.

Diferente do que propugna o senso comum, de que o capitalista comercial obtém lucro ao vender mercadorias por um valor superior ao que adquiriu, o capital comercial influencia a formação da taxa de lucro geral na medida ou proporção que constitui no capital total, pois está envolvido na equalização da taxa de lucro, apesar de não necessariamente produzir mais-valor – recordemos que na tese antediluviana era o capital comercial que determinava os preços das mercadorias, que são neste caso definidas em maior ou menos escala pelo capital produtivo. Assim, quanto maior for a taxa de capital comercial em relação ao industrial, maiores serão os lucros do primeiro em relação ao segundo. O contrário também é verdadeiro.

Considerando que o capital comercial é associado ao capital produtivo na exploração do trabalho, pode-se afirmar que quanto maior for a taxa de exploração do capital comercial, maior será a taxa de mais-valia que poderá ser extraída do capital produtivo.

É este o ponto que entrelaça os debates atuais acerca da financeirização no ensino superior privado. Embora a hegemonia financeira seja um tema que trataremos posteriormente, na próxima subseção neste mesmo capítulo, entendemos que a relação de lucro nos fundos de investimentos que aplicam na educação é em certa medida congruente. Esta é a chave analítica para entender o poder do capital comercial atualmente, que desde os anos 1970 tornou-se uma poderosa fronteira de acumulação do capital e está subordinado ao capital financeiro.

46 Marx já identificara que o ciclo do capital industrial organizava-se de forma interligada pelo ciclo do capital monetário, capital-mercadoria e capital-produção.

O desenvolvimento do capitalismo fez surgir um grupo específico de capitalistas que opera uma mercadoria particular: o dinheiro. Neste ponto, discutido no Livro III, d'O Capital, Marx (2017) já indica a organização do capital comércio de mercadorias e do capital comércio de dinheiro.

Marx (2017) chega à conclusão que os ciclos do dinheiro e da mercadoria eram pré-condições para o surgimento e consolidação do modo de produção capitalista, reconhecendo-as como antediluvianas que funcionariam de maneira autônoma uma da outra. Escreveu, apesar de não ter concluído com o rigor analítico que o caracteriza, o Livro III com o propósito de discutir e demonstrar como suas trajetórias guarda relação com a lei geral do capital.

Marx (2013) indica que entre as pré-condições para o capital comercial estavam a (i) circulação simples de mercadoria e o (ii) dinheiro, indicando que a extensão do comércio está diretamente relacionada ao modo de produção em curso. Afinal, o capital comercial aparece como forma histórica anterior à consolidação do modo de produção capitalista, reconhecendo posteriormente que, apesar do comércio ser anterior ao capitalismo, com o estabelecimento deste modo de produção a indústria prevalece sobre o comércio, reconhecendo a importância das revoluções no comércio nos séculos XVI e XVII e das descobertas geográficas como fundamentais na transição do feudalismo exatamente porque organizou a criação efetiva de um comércio mundial⁴⁷.

Entretanto, a reflexão trazida por Harvey é importante:

Historicamente, porém, o papel do capitalista comercial tem sido em grande medida estimular os desejos do consumidor, atrair o público para as mercadorias, atrair o público para as mercadorias que o capital industrial tem a oferecer e, tanto quanto possível, assegurar que os consumidores potenciais tenham o dinheiro (usualmente o crédito) necessário para absorver rapidamente o produto e manter a dinâmica em expansão, num ritmo consistente com a infinita acumulação buscada pelo capital industrial. Contudo, Marx caracteriza essa barreira do tempo de rotação do capital como decisiva (2014, p. 162).

Entender a diferença entre o capital comercial e o capital comércio de dinheiro é fundamental para análise do ensino superior privado atualmente. Historicamente, desde o período da ditadura civil-militar, o setor privado que comercializa a mercadoria

⁴⁷ Note-se que, por um lado, os comerciantes obtinham lucros por meio de práticas que podem ser vistas com enorme reserva ética ou por meio da compra e venda por preços diferenciados, por outro lado, após o predomínio da indústria, necessitam organizar produtores subordinados para aumentar a taxa de mais-valia e dela apropriar-se de uma parte.

certificação de ensino superior foi controlado por grupos empresariais (a maioria familiares) que operam a produção de valor na educação – ainda que sob o manto da filantropia. Entretanto, algumas mudanças empreendidas pelo capital trouxeram o capital comércio de dinheiro em associação com outras formas de capital, o que resulta em importantes mudanças de grandeza no interior do processo de acumulação que ocorre neste segmento e no sentido da mercantilização em curso.

Este quadro teórico parece útil para explicar a configuração social adquirida pela educação no último período. Observa-se, por conta das tendências de monopolização, robustecida pela concentração e centralização de capitais, a elevação da taxa de capital constante e a tendência de diminuição crescente das taxas de capital variável, a exemplo das recentes demissões de docentes em importantes grupos educacionais.

Se o dinheiro abre caminho para o processo produtivo e produção de mais-valor, ao inserir-se na clássica fórmula $D-M-D'$, por outro lado também pode assumir a forma de uma mercadoria específica, com a possibilidade aparente de produção de mais-valor ao ser comercializado, adquirindo conseqüentemente valor de troca⁴⁸, cuja medida é determinada pelo juro, operado a partir de uma forma capital específica – o capital portador de juros, com a produção e comércio juntos.

Desta forma, Marx (2017), ao separar e diferenciar os capitalistas monetários dos capitalistas industriais, que efetivamente organizam a produção de mais-valor, também entende que a taxa de juros seria definida a partir das disputas concorrenciais entre essas frações da classe, o que demonstra que há disputas de hegemonia entre esses dois grupos e que nos remete a duas discussões centrais, mas que não poderemos aprofundar: as disputas entre as frações burguesas pela dianteira no processo de acumulação e a concorrência como parte da dinâmica capitalista.

O ciclo do capital monetário apresenta-se com a circulação do capital portador de juros, cujo preço é chamado de juro, determinada pela oferta e demanda deste mesmo capital monetário.

48 O dinheiro inicialmente possuía valor-de-uso ao induzir o processo produtivo ou dimanizar a circulação das mercadorias pela determinação de um valor-padrão, agora, converte-se também em valor-de-troca por um grupo específico de capitalistas que comercializa fatias de dinheiro sob sua responsabilidade.

É importante realçar a dimensão alienante do capital e sua fetichização, cujo topo é a forma capital que rende juros, que sintetiza o potencial do capital de apropriação do trabalho exterior, no presente e no futuro. O capital dinheiro nesta forma se apresenta como uma fonte auto criadora de valor (uma espécie de dinheiro que gera dinheiro $D - D'$), quase alheio à produção, mistificando sua dimensão antagônica em relação ao trabalho, assumindo a forma que Marx denomina de capital fetiche.

Desta forma, Marx (2017) destaca que na acepção clássica da economia política burguesa, denominada de economia vulgar, seria o juro e não o lucro que se apresenta como fonte criadora de valor, fazendo desaparecer a mediação da exploração do trabalho, avançando na concepção fetichista do capital.

Apesar de o juro ser uma categoria analítica anterior ao lucro – tendo na usura uma forma antediluviana, o papel que o capital portador de juros desempenha é totalmente diferente das formações econômicas pré-capitalistas. Na sociedade capitalista o lucro é quem determina o juro, pois necessita ser grande para que uma parte se converta em juro⁴⁹.

No percurso da sociedade capitalista, o juro e o lucro aparecem como figuras autônomas, que estão relacionadas às frações burguesas dos capitalistas que são proprietários do capital dinheiro e do capital industrial, que desempenham funções diferentes no processo de reprodução do capital. O juro nesta perspectiva é parte da mais-valia e reflete relações de poder entre as frações da burguesia, ainda que apresentado sob a forma do fetiche auto-criador de valor, que em tese seria engendrado sem a mediação do processo de produção.

O empréstimo via de regra determina a circulação do dinheiro como mercadoria específica (capital comércio de dinheiro), apesar de continuar como propriedade do prestamista, havendo uma transferência provisória do capital, sendo posteriormente devolvido, acrescido de mais-valor (sob a forma de juro), que na verdade é parte da mais-valia retirada da massa de lucro, sendo a expressão da valorização do capital que o capitalista que comercializa dinheiro operou sobre outro capitalista.

49 Iamamoto (2013) entende que apesar da usura ser uma forma de crédito, nas sociedades pré-capitalistas a mesma era a expressão da falta de crédito.

O juro nada mais é que a transferência de uma parte da mais-valia de uma das formas capital (comercial, industrial, entre outros) ao capitalista monetário.

Neste complexo processo que se organiza a partir do capital portador de juros, o crédito adquire importância indiscutível. Trata-se de uma quantia colocada à disposição do capital industrial pelo capital comércio de dinheiro, neste caso especificamente o meio do capital portador de juros, que deve ser utilizado no ciclo de rotação do capital e para dinamizar o potencial de consumo das mercadorias produzidas.

O crédito converte-se em uma das molas propulsoras do modo de produção capitalista ao permitir que de um lado os capitalistas alterem a composição orgânica do capital e de outro que setores do proletariado tenham acesso ao consumo, ainda que sem dispor de dinheiro no momento. Entretanto, os títulos que estão nos papéis assinados tanto pelos capitalistas quanto pela classe que vive do trabalho tem uma dimensão eminentemente especulativa, pois este valor é calculado em rendimentos futuros, não em valores reais ou existentes.

Atualmente, este crédito é fundamental para a venda da mercadoria educação superior e hoje é operado por meio do fundo público, quando estudantes contraem uma dívida por meio dos títulos com o governo federal através do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) ou por programas próprios de instituições, como é o caso do Parcelamento Estudantil Privado (PEP) da Kroton Educacional⁵⁰, semelhante ao Programa de Financiamento Estudantil (PFI) da Estácio Participações⁵¹ ou mesmo o financiamento de mensalidades que a BV Financeira⁵² oferta em parceria com a *Kroton Educacional*.

Para Harvey (2014), a autonomia do capital comercial pode levar o sistema, com apoio das operações de crédito, ao consumo muito além dos seus limites, havendo, obvio, a conexão com as leis gerais da produção e da produção de mais-valor.

50 O PEP estava dentro das estratégias de crescimento e atração de investidores da Kroton Educacional após cortes no FIES no ano de 2017. A respeito, ver: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/kroton-busca-crescer-e-atrair-investidor-apos-cortes-no-fies.shtml>

51 Estratégia semelhante foi construída pela Estácio Participações, vice-líder do mercado de ensino superior. A respeito, ver: <https://extra.globo.com/noticias/economia/faculdades-fazem-promocoes-para-atrair-novos-estudantes-23179085.html>

52 Importante ressaltar que, no Banco Votorantim, o Banco do Brasil e, portanto, o fundo público, possui 50% do capital social total e 49,9% do capital votante. A respeito, ver: <https://www.bancovotorantim.com.br/web/site/pt/banco/institucional/estrutura-societaria/>

Segundo Marx (2017), a partir do estabelecimento de um grupo específico de capitalistas que comercializavam a mercadoria dinheiro desenvolve-se o capital comércio de dinheiro, com destaque para o capital portador de juros (que se vincula diretamente aos créditos comercial e bancário) e ao capital fictício, concentrando gigantescas massas de capitais monetários.

A particularidade do capital portador de juros exige que cada rendimento monetário determine um juro de capital, quando o credor possui um título de dívida que lhe dá direito sobre receitas futuras e as converte em dívidas.

Este é o ponto de cruzamento com a dimensão fetiche do capital, posto que se trata de previsões que, na verdade, não existem na sociedade concreta – alguns valores podem ser realizados, outros não, criando as condições políticas e macroeconômicas que determinam períodos de crises estruturais no capitalismo.

Estes pontos são importantes porque apreendem leis do desenvolvimento capitalista e indicam os subsídios teóricos que apontam para transformações importantes no sistema capitalista no decorrer do século XX e XXI.

Marx (2017) chama atenção para a intervenção do capital monetário na circulação do capital industrial em dois momentos: no início e na finalização. Ao mesmo tempo em que pode comercializar dinheiro como valor de troca na forma de capital mercadoria, pode também intervir na fase final, acelerando o ciclo de rotação do capital ao facilitar a demanda pela mercadoria através de operações de crédito, facilitando a oferta e a demanda das mercadorias.

Marx (1989) entende que a taxa geral do lucro é criada a partir do intercâmbio do capital industrial e comercial, considerando as particularidades de cada um na produção do valor e que a taxa de lucro é equalizada entre os mesmos. Entretanto, aqueles capitalistas que possuem dinheiro o transformam em capital e comercializam essa mercadoria específica querem valorizar a partir do capital portador de juros, cedendo a um terceiro e, efetivamente, colocando aquele dinheiro (real, não fictício) em circulação, com a condição de ser devolvido ou restituído, acrescido de juro – que seria uma parte do lucro cuja origem está na exploração da mais-valia no desenvolvimento da

produção e comercialização da mercadoria, fazendo dos empréstimos um processo de comercialização da mercadoria-dinheiro, que será empregado como capital-dinheiro.

Assim, o dinheiro adquire valor de uso que funciona como capital e é usado na produção da mais-valia, posto que está definido por conta da taxa de juros nos acordos celebrados entre diferentes grupos de capitalistas e os capitalistas monetários. Entretanto, esse dinheiro, alienado, emprestado ou qualquer que seja a sua origem, constitui-se como capital constante, só tendo capacidade de produção de mais-valores quando operado em algum momento da produção pela força de trabalho.

É importante reconhecer que o capital portador de juros pressiona o capital produtivo a produzir mais-valia em um nível muito além do que o mesmo já realizaria na antagônica relação capital x trabalho, favorecendo inclusive obliterações nas lutas de classes, especialmente quando operado por alguns intelectuais a famigerada contraposição entre um capitalismo bom, positivo – o produtivo, em contraposição à ganancia de especuladores representados pelo capital financeiro (LEHER, 2005).

Este é o contexto no qual o capital portador de juros opera a indução do capital na educação. Por meio de um processo complexo que articula a associação do capital portador de juros ao capital comercial a educação superior torna-se uma fronteira de acumulação quando os investimentos organizados nos fundos operam a reprodução ampliada do capital no ensino superior. Apresentaremos na próxima subseção a trajetória da finança em busca de autonomia e o processo que leva à dianteira da acumulação, por meio das frações da burguesia que operam o capital comércio de dinheiro.

1.2 A hipertrofia da finança

Um conjunto de diversos autores⁵³ indicam que a partir dos anos 1970 a economia mundial passou por profundas alterações, especialmente na acumulação, caminhando em direção a um amplo processo de financeirização, que representa uma (nem tão) nova arquitetura ou engenharia econômica e social, no qual a fração mais poderosa do capital tende a ser dirigida por capitalistas que operam o capital comércio de dinheiro, envolvendo diversas instituições financeiras – como bancos, fundos

53 A respeito ver: Chesnais (2005), Harvey (2011, 1996).

mútuos, bancos digitais, fundos de pensão, fundos de previdência, companhia de seguros, entre outras instituições do sistema financeiro.

Chesnais (2005) identifica uma configuração especial do capitalismo, no qual o capital portador de juros está no núcleo das relações econômicas e sociais. Isso quer dizer que ganha protagonismo grupos econômicos que a priori não são sempre facilmente identificáveis, dos quais os grandes grupos financeiros (bancários e não bancários) são o principal expoente, representantes da forma mais fetichizada e alienada do capitalismo atualmente, que estão no núcleo da produção do valor⁵⁴.

O processo que logrou a hegemonia da finança é complexo e sinuoso. Mas é preciso considerar que houve a necessidade de que as nações mais poderosas organizassem um amplo processo de liberalização e desregulamentação dos seus respectivos sistemas financeiros. O marco histórico nos debates sobre financeirização tem como referência a ruptura, no ano de 1971, do acordo de *Bretton Woods* – que vigorava desde 1944, relativo às taxas de câmbio fixas do padrão ouro-dólar⁵⁵.

Podemos localizar historicamente, apenas para fins de exposição, que o início da hegemonia da finança pode estar localizado, a rigor, na Europa em meados da década de 1960, como resultado dos frutos da produção industrial proveniente da “idade de ouro”, quando algumas famílias optam por canalizar capitais para as companhias de seguro, combinada a criação do mercado de eurodólares, com destaque para o Reino Unido.

O crescimento da dívida pública foi outro fator que alimentou a dinâmica de acumulação do capital portador de juros, pois a partir dos anos 1980⁵⁶ a conversão dos títulos da dívida pública em títulos ao portador⁵⁷ impulsionou fundos que adquirem os

54 Persistem, até os dias atuais, difundidas no plano ideológico teses equivocadas, alimentada por alguns núcleos de pensamento, a ideia de um capital que tem a capacidade de “fazer dinheiro” ou “gerar valor” sem sair da esfera da finança.

55 A criação do Tratado de *Bretton Woods* tinha por objetivo a estabilidade monetária e financeira perseguida desde os anos 1920. Foi um protocolo assinado por mais de quarenta países que deu origem, dentre outros, ao Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento, que depois origina o grupo Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional. O acordo significava também que o dólar, moeda da nação que dirige o projeto imperialista no século XX, se torna a principal moeda na conversibilidade financeira – não poderia alterar as taxas de câmbio sem a anuência dos demais países.

56 Chesnais (2005) indica que a tendência de financiamento da dívida já era dominante nos países mais poderosos do capitalismo (G7) desde meados dos anos 1980, possibilitando crescimento vertiginoso do capital portador de juros.

57 Em 1989, ante a crise econômica que afetava com mais intensidade as economias latino-americanas, foi lançado o Plano Brady, num reconhecimento da dificuldade de pagamento da dívida pelos países endividados. O plano, cujo nome remete ao então secretário do Tesouro dos Estados Unidos, pretendia reestruturar as dívidas dos países periféricos por meio da troca por novos bônus, com o abatimento do

lucrativos títulos da (crescente) dívida pública – robustecendo o capital fictício que avança sobre o fundo público.

Neste caso, é importante relacionar o endividamento público e os processos de financeirização. No caso da ruptura dos acordos de *Bretton Woods* de maneira unilateral pelos Estados Unidos encontra-se a raiz do crescimento da dívida e do déficit na balança de pagamentos – principalmente depois da Guerra do Vietnã, que esvaziou parte das reservas norte-americanas, somadas à estagnação econômica e à crise decorrente do choque do petróleo, cuja saída foi a criação de instrumentos de financiamento da dívida, ocasionando a chamada “economia do endividamento” (IAMAMOTO, 2012).

Iamamoto (2012) indica que a financeirização precisa ser entendida como a estratégia estadunidense do financiamento da sua dívida e déficit, o que contribui para acentuar o caráter conservador e neocolonial do fortalecimento do sistema financeiro, fortalecendo a fração burguesa que opera o dinheiro como mercadoria.

Chesnais (2005) indica que a partir de 1976 a reciclagem dos petrodólares⁵⁸ se converte em empréstimos e linhas de crédito direcionadas aos países da periferia do capitalismo, especialmente os latino-americanos, lançando as bases do endividamento que aumentou as taxas de juros que alimentavam o capital portador de juros, em busca de liquidez.

O fortalecimento do capital comércio de dinheiro também implicou mudanças políticas e adequações legais que garantissem condições para acumulação. É desta forma que, no meio da complexa relação sociedade política *versus* sociedade civil que constituem o Estado ampliado⁵⁹, apresentam-se exigências e contra garantias que caminharam no sentido de assegurar o ciclo de acumulação do capital operado pelos circuitos da dívida – assim impõe-se por intelectuais coletivos do capital, como o FMI⁶⁰ ou o Banco Mundial⁶¹ condicionalidades para países endividados, como a privatização

encargo da dívida pela minimização dos seus montantes de juros, mas ao custo da liberalização de títulos, agora ao portador, permitindo sua circulação livre na esfera das finanças.

58 Os petrodólares representam os excedentes de valor gerados a partir do aumento do preço do barril do petróleo em decorrência da crise e que foram depositados no mercado de offshore de Londres, depois apropriados pelo capital comércio de dinheiro.

59 A respeito, ver Gramsci (2000).

60 O Fundo Monetário Internacional – FMI foi criado em 1944 na Conferência de Bretton Woods, com objetivo de financiar a reconstrução dos países no imediato pós-guerra. Atua como intelectual coletivo do capitalismo e é parte da agenda global de poder.

de empresas públicas, programas de austeridade fiscal e controle da inflação, entre outros.

Como consequência, o FMI e o Banco Mundial atuaram como intelectuais do capital para os programas de ajuste fiscal e dirigiram a tarefa de cobrança dos títulos da dívida, conforme destaca Pereira (2010).

É desta forma que Iamamoto (2012) entende que a mundialização ou financeirização unifica processos que aparentemente atuam de forma dispersa, como é o caso da contrarreforma do Estado; da reestruturação produtiva e das mudanças na base da acumulação do capital – note-se o caso das recentes mudanças na legislação trabalhista brasileira; a questão social; da ideologia, entre outros que a rigor constituem as saídas para a crise do capital.

Iamamoto (2012) indica algumas fases que podem ser observadas na tendência de financeirização em curso desde os anos 1980. A primeira relaciona-se com os processos de liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros, que teve na dívida pública o principal impulsionador. Criaram-se mecanismos de liquidez que possibilitaram a mobilidade que o capital desejava, em bases absolutamente distintas daqueles limites identificados no período conhecido como “repressão financeira”⁶². O fortalecimento da “indústria da dívida” – construída mediante a emissão de títulos públicos pelo Tesouro – alimentou e impulsionou o poder das finanças. O ano de 1979 foi paradigmático pelas medidas de liberalização dos títulos da dívida, alta do dólar e das taxas estabelecidas pelo FeD (Federal Reserve, Banco Central norte-americano), o que acabou precipitando a própria crise da dívida que eclodiu em 1982, sobretudo nos países da periferia do capitalismo, culminando na saída localizada no interior do *Plano Brady* e na organização do que ficou conhecido como *Consenso de Washington*,

61 O Banco Mundial integra o complexo Banco Mundial, formado por sete organizações – Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento; Associação Internacional de Desenvolvimento; Corporação Financeira Internacional; Centro Internacional para Conciliação de Divergências em Investimentos; Agência Multilateral de Garantias de Investimentos; Instituto de Desenvolvimento Econômico; e Painel de Inspeção. Pereira (2010) realça o predomínio dos Estados Unidos sobre o banco, posto que são os maiores acionistas e investidores do Banco e que se trata de uma instituição que á parte da infraestrutura de poder global dos Estados Unidos; e o fato de que apenas os Estados Unidos, Canadá, Reino Unido e Alemanha nunca tomaram empréstimos do banco, uma vez que os contratos de empréstimos exigem condicionalidades sobre o que os governos desses países podem ou não fazer em termos de política econômica e todos os outros países, em algum momento do pós-guerra, solicitaram empréstimos.

62 Neste caso é importante destacar os limites da afirmação, especialmente com o oásis financeiro construído a partir do mercado de capitais em Londres nos anos 1960.

representativo de um conjunto de medidas que estruturaram um amplo sistema de proteção à finança – via legislações que determinavam a “responsabilidade fiscal”, ainda que ao custo do estrangulamento social. A crise econômica na década de 1980, também conhecida como período da “década perdida”, ameaçava os bancos privados internacionais, acenando prejuízos em caso de não pagamento da dívida.

Este contexto fortaleceu os grandes grupos que centralizavam o capital comércio de dinheiro em busca de valorização, que intentavam autonomia e demandavam a desregulamentação, do qual o maior resultado foi a ressurreição dos mercados financeiros em diversos países que a rigor organizavam a própria “repressão financeira”, como foi o caso da própria França no governo de François Mitterrand na década de 1980, abrindo uma nova etapa de dominância financeira⁶³. É coetânea deste período a abertura de diversos sistemas nacionais que deu origem ao sistema financeiro interconectado em escala global.

Se a desregulamentação e a liberalização da finança somada à descompartmentalização já indicava mudanças profundas na forma de produção de valor, agora a desintermediação por meio da abertura de operações de crédito por instituições não bancárias escreve um novo capítulo no quadro de financeirização em curso.

Iamamoto (2012) destaca como características importantes do processo de financeirização a perda do monopólio dos bancos da criação do crédito e das operações financeiras que, afinal, injetavam capital nos grupos industriais ou de serviços, cedendo lugar aos grupos que operam o capital comércio de dinheiro, principalmente aos fundos de investimentos, fundos mútuos e fundos de pensão.

Como resultado da desintermediação, ocorre a entrada dos *players* do setor financeiro na dinâmica de acumulação do capital, inicialmente dirigidos por fundos de pensão⁶⁴, cujos gestores tinham a tarefa de converter a poupança em capital por meio do

⁶³ A respeito do assunto, recomendo leitura da tese de Thury (2011), a respeito da mudança na política econômica francesa do governo de François Mitterrand (1981-1984), que apesar da primeira fase organizada por um pacto keynesiano-distributivo de Maio de 1981 à Junho de 1982, predominaram os pacotes de austeridade a partir de 1982, com aumento da integração econômica internacional.

⁶⁴ Recordemos, por exemplo, que os modelos de previdência por capitalização, que deram origem aos fundos de pensão, são operadores do capital comércio de dinheiro, quando na prática administram caixas de aposentadoria separadas das contas patronais nos quais as reservas são acumuladas e posteriormente, após investimentos, adquirem valor no interior dos mercados financeiros.

aumento da subordinação de outras formas do capital, quando da associação estabelecida nas décadas seguintes junto grandes grupos industriais ou de serviços⁶⁵, como é o caso em tela da particularidade da mercantilização do ensino superior privado brasileiro.

Acerca dos fundos, Sauviaut (2005) entende que:

eles participam das aplicações financeiras operando uma arbitragem constante entre rendimentos e riscos. São movidos, antes de tudo, pela antecipação dos ganhos e pela realização de ganhos do capital. Mesmo quando fazem aplicações de longo prazo, tendem a se comportar mais como trades concentrados nas oportunidades de lucro financeiro decorrentes dos movimentos de evolução dos títulos, em vez de serem investidores preocupados com a capacidade da empresa de engendrar um fluxo de lucro durável (...). Eles sempre consideram os títulos adquiridos como ativos negociáveis, jamais como ativos imobilizados. (p. 118).

Sauviaut (2005) entende que o poder financeiro que fora originado dos fundos de pensão se consolidou na década de 1980 por meio da elevada taxa de juros, do surgimento do regime de baixa inflação e pelo desenvolvimento da bolsa, que fortaleceram os mercados financeiros – retroalimentando-se por meio dos títulos da dívida pública e das ações das empresas.

Entretanto, a partir dos anos 1980 se desenvolvem outros tipos de fundos, não apenas os de pensão, que por meio da titularização da dívida ou liberalização do mercado de capitais, lançam as bases de um modelo especializado apenas na gestão de ativos – investimentos. É este o contexto que demarca a entrada dos fundos mútuos e fundos de investimentos, do qual um dos seus principais expoentes ocorre por meio do processo mais ou menos frenético de fusão e aquisições de empresas⁶⁶.

Para Saviat (2005), o controle das empresas pelos fundos elevou o poder dos acionistas, criando um poderio sem paralelo na história das disputas interburguesas ao

65 Sauviaut (2005) alega que este processo tem início nos Estados Unidos entre o fim da segunda guerra e o início dos anos 1970 e foram apresentados como alternativa para elevar os valores das aposentadores, principalmente no setor privado. A autora destaca que as principais pressões envolvidas nos fundos de pensão eram a necessidade de liquidez; tolerância ao risco; perspectivas de antecipação ao rendimento, entre outros.

66 Sauviaut (2005) afirma que a força dos fundos de pensão foi fundamental para alavancar o desenvolvimento dos fundos mútuos, na medida em que a Lei Erisa, de 1974, nos Estados Unidos, exigiu que a gestão dos ativos financeiros fosse delegada à administradores especializados.

exigir, das outras formas do capital, níveis de retorno (de extração da mais-valia, portanto) sobre as aplicações e investimentos.

Para Harvey (2011) estes novos atores tornam-se protagonistas do mercado financeiro – tanto para as novas estratégias de produção de valor quanto para o sentido mais profundo das crises econômicas que se manifestam desde os anos 1980, especialmente a de 2008.

O poder da finança manifesta-se também pela sua volatilidade. A possibilidade de desinvestimento nas empresas, ou seja, a retirada de capitais –típica do capital comércio de dinheiro constitui um traço nítido da fase do capitalismo que denominamos de financeirização.

Sauviaut (2005) indica que os fundos investem nos países da periferia do capitalismo desde o início dos anos 1980, mas foi na década seguinte que aumentaram expressivamente o movimento de capitais em busca de liquidez em direção aos países dependentes, reconhecendo que foram as súbitas retiradas de capitais que levaram ao colapso de algumas economias da região da América Latina e Ásia.

Paulatinamente, um número expressivo de grandes empresas associa-se aos fundos de pensão e também aos fundos de investimentos, alterando a natureza da acumulação do capital, subordinando as decisões administrativas das grandes empresas às determinações do capital portador de juros – deslocando parte dos lucros produzidos pelo trabalho seja no capital industrial ou mesmo no capital comercial ou ainda na interseção de ambos.

Esta polêmica, a respeito da associação das indústrias com os bancos, é debatida por autores marxistas desde o fim do século XIX e início do século XX. A respeito do tema, as obras de Hilferding ou de Lênin procuraram dar conta da problemática daquele período. Entretanto, a prevalência do capital comércio de dinheiro sobre o capital comercial, industrial ou mesmo agrícola enseja hoje novos contornos à discussão da financeirização.

Chesnais (2003) evidencia dois problemas decorrentes da ressurreição do poder da finança: (i) a tendência de centralização de capitais, já indicada na subseção anterior, e por outro lado, alimenta a alienação típica desta fase do capitalismo, (ii) a dita

“exterioridade da produção”, que procura dar relevo para a obtenção dos lucros que nascem da esfera produtiva (no marco das polêmicas relativas ao trabalho produtivo e improdutivo), que são agora resultados dos arranjos organizacionais que são impostos sobre as organizações tradicionais (da indústria ou do comércio) que submete as empresas e, principalmente, sua força de trabalho aos imperativos definidos pelos grupos de investidores e orientados aos resultados que devem ser apresentados nas bolsas de valores.

Chesnais (2005) destaca que os assalariados são as principais vítimas da entrada desta fração para o topo do bloco no poder – a entrada de um capitalista não significa a saída de outro, indicando apenas que as empresas entram numa nova fase cuja maior tendência é a superexploração da força de trabalho, que guarda relação com as discussões apresentadas por Marx na subseção anterior a respeito do exército industrial de reserva.

Sauviat (2005) afirma que os fundos de pensão e os fundos mútuos, apesar de não representarem a totalidade dos investimentos, representam os componentes mais “importantes e dinâmicos” da acumulação como consequência da centralização da poupança coletiva e individual, transformando-a em dinheiro concentrado. Para a autora, este componente representa um novo vetor na relação capital e trabalho, alterando estratégias de lucro das grandes empresas que foram adquiridas, em parte ou na totalidade, pelo capital comércio de dinheiro.

A alteração das relações capital-trabalho ancora-se em novas engenharias administrativas ou rearranjos que procuram alinhar diretamente as organizações sobre o controle do capital portador de juros aos objetivos dos investidores, especialmente a partir do que se denomina de “gestão corporativa”, que substituiria a antiga gestão familiar típica das empresas capitalistas na fase anterior à financeirização.

Entretanto, foi somente a partir dos anos 1990, especialmente 1994, segundo Iamamoto (2012), que fica evidente uma nova fase da dominância financeira, quando as bolsas de valores adquirem crescente importância, pois se tornam intermediários da associação estabelecida pela compra de ações de grandes corporações (industriais e de serviços) por grupos que operam as finanças, apostando em lucratividade posterior⁶⁷.

⁶⁷ Observemos, por exemplo, que é nas bolsas de valores que se estabelecem fusões de empresas e novos desenhos organizacionais congruentes à forma de acumulação flexível que reorganizou a economia

Essa opinião é compartilhada por Chesnais (2003), quando indica que desde os anos 1980 nos Estados Unidos, ou mesmo na França dos anos 1990, as bolsas de valores já ganharam centralidade e importância mediante o crescimento do mercado dos títulos das empresas (ações).

Sauviaut (2005) identifica o crescimento indiscutível da importância das bolsas de valores na dinâmica de acumulação, que elevou a importância dos investidores que podem organizar-se por fundos ou associações de investimentos, perdendo crescentemente a distinção entre capital estrangeiro e nacional.

Na reconfiguração da nova arquitetura do poder dirigida pela finança e que organiza o capitalismo de fins do século XX e início do século XXI, chama atenção a importância, segundo Iamamoto (2013), do mercado dos países emergentes, que se tornam parte da ofensiva da finança em função do seu mercado consumidor, das fontes de matéria-prima e do valor da sua força-de-trabalho.

Não será possível estabelecer um balanço das políticas de liberalização financeira ou mesmo dos resultados da pragmática que se apresenta sob a forma neoliberal que pretendia restabelecer as taxas de crescimento econômico do capitalismo interrompidas nos anos 1970⁶⁸. Mas é possível apontar, como consequência do processo de aquisições, por meio da compra e venda de ações nas bolsas de valores, a geração de novos arranjos produtivos ou novas arquiteturas empresariais, quando da associação do capital comércio de dinheiro com o capital comercial, industrial ou agrário, por exemplo.

Essas formas podem estabelecer diferentes níveis de governança (do qual a dita gestão corporativa é típica do modelo de grandes empresas financeirizadas), do qual se privilegiam estratégias de redução de custos, reorientação a partir das atividades mais rentáveis e programas de aquisições e associações com outras empresas subsidiárias⁶⁹.

capitalista.

⁶⁸ Alguns autores oferecem contribuições excelentes sobre essa discussão, como é o caso de Chesnais (2005), que indica que nos anos 1990 a economia mundial só cresceu em dois lugares - no Sudeste asiático e nos Estados Unidos, por meio da “nova economia”. No caso dos primeiros, o autor sustenta que o crescimento ocorreu em função da produção voltada aos mercados externos e pelo estímulo dos capitais estrangeiros em busca de investimentos.

⁶⁹ Neste caso, assiste-se abertamente alterações na composição orgânica do capital, com as estratégias de otimização de custos do capital constante. Aparenta, no caso da educação superior que os grandes grupos educacionais, como *Kroton Educacional*, *Estácio Participações*, grupo *Ser Educacional*, realizaram profundas mudanças organizacionais nos seus interiores em direção à produção de valor.

O perfil de lucro desejado pelos acionistas e investidores é abertamente contrário aos níveis mais elementares de dignidade no trabalho. A produção da mais-valia desejada pelo capital comércio de dinheiro ataca diretamente os direitos adquiridos pela classe trabalhadora, como é o caso de questões como tamanho de salários, seguridade social, proteção aos direitos trabalhistas que estão na agenda da ofensiva ultraconservadora que dirige o bloco no poder no Brasil.

Ao entrar na Bolsa de Valores as empresas que procuram se tornar atraentes aos investidores e acabam optando pelo modelo de gestão denominado governança corporativa. Miranda et all (2017) já destacam que a literatura disponível acerca da governança corporativa converge no entendimento que é uma prática de gestão voltada ao aumento do retorno financeiro dos investidores/acionistas. Acreditam que a economia brasileira não ficou imune ao processo de financeirização, pois as medidas de privatização, desregulamentações e liberalização do mercado de capitais alteraram o perfil acionário⁷⁰ das principais empresas não financeiras.

Miranda et all (2017) em estudo indicam que as famílias e os indivíduos são isoladamente os principais acionistas (no caso proprietários) não financeiros das empresas brasileiras, apesar de indicar o crescimento de investidores, especialmente vinculados aos fundos de investimentos, e a redução progressiva, resultado das políticas de privatização, das empresas públicas ou a diminuição da participação do setor público – o Estado – no controle acionário, quando da abertura, ainda que mista, de capitais.

1.3 Notas sobre o processo de financeirização no Brasil e os fundos de investimentos e educação

Em nosso entendimento o processo de financeirização é resultado de determinantes mais ou menos complexos, síntese de múltiplas determinações e parte da engrenagem das frações burguesas que duelam por hegemonia entre si.

Contudo, antes de aprofundar a discussão dos fundos de investimentos na educação, acreditamos que recuperar o debate a respeito da monetarização das políticas

⁷⁰ Os autores indicam ao longo do texto a diferença entre estruturas dispersas e não dispersas, sendo a segunda típica das empresas de natureza familiar, pertencentes a um único dono ou família.

sociais e o significado da Emenda Constitucional 95⁷¹ são importantes elementos que evidenciam a tendência de financeirização que já estava em curso desde os governos do Partido dos Trabalhadores e seguiu/aprofundou-se na agenda do governo ilegítimo de Michel Temer.

A respeito da monetarização das políticas sociais, Silva (2012) procura entender as modificações na estrutura e na direção das políticas sociais brasileiras fundamentada no entendimento de que o capital comércio de dinheiro se tornou protagonista na determinação das relações sociais e sendo o grande privilegiado na destinação do fundo público. A autora reconhece que desde os anos 2000 vivencia-se um processo diferenciado de mercantilização das políticas sociais, que caminha em direção à financeirização, quando os programas de transferência de renda privilegiaram a estratégia de enfrentamento e alívio da pobreza⁷², fortalecendo a contrarreforma do Estado, que era levada à frente por meio da focalização e por políticas minimalistas.

Infelizmente não será possível um amplo estudo que dê conta dos fundamentos da mercantilização das políticas sociais desde os anos 1980, ou mesmo desde o governo de Fernando Henrique Cardoso. Mas é possível indicar que as políticas de transferência de renda foram a estratégia de compensação do processo de ajuste estrutural dos anos 1990 que levou ao que Soares (2001) chamou de “desajuste social”.

A preocupação com a pobreza levou os organismos internacionais a proclamarem a necessária intervenção na questão social⁷³, indicando, segundo Silva (2012) uma “atuação focalizada e segmentada, agindo especificamente sobre parcelas determinadas da classe trabalhadora” (p. 221), devendo “a resposta à questão social” ser uma preocupação permanente.

Silva (2012) argumenta que programas de combate à pobreza, bastante focalizados, produzidos sob inspiração do receituário das propostas de ajuste e concertação defendidos pelo Banco Mundial, são parte dos acordos para cumprimento dos acordos de pagamento da dívida pública e constrói um aparato que atua, no plano da ideologia, no sentido de apresentar uma falsa realidade de diagnóstico dos números da pobreza mundial e propunha um programa de renda mínima como projeto de política

71 A EC 95 aprovada em 2016, também conhecida como “PEC do Teto dos Gastos”.

72 O alívio da pobreza estava no centro das preocupações do Banco Mundial no final da década de 1990, preocupados com a questão social e a governabilidade do sistema. A respeito, ver: <https://ufrj.br/noticia/2017/11/29/banco-mundial-ajuste-regressivo-e-antidemocratico>

73 Preocupados principalmente com os resultados da experiência da África subsaariana.

social aos mais pobres e recusa à garantia do direito ao trabalho como política social fundamental.

A autora argumenta que neste contexto de financeirização a monetarização de importantes políticas sociais, ainda que muito diversas entre si, como é o caso da *Renda Vitalícia Mensal (RMV)*, o *Benefício de Prestação Continuada (BPC)*, o *Programa Bolsa Família (PBF)* ou, ainda como acrescentamos, o programa FIES e *Minha Casa, Minha Vida (MCMV)* guardam relação com o capital comércio de dinheiro, especificamente neste caso o capital que porta juros, e são operados pelos denominados agentes pagadores, na verdade instituições financeiras que operam esses recursos, dos quais a principal é a Caixa Econômica Federal (CEF).

Apesar de esses programas apresentarem profundas diferenças e objetivos entre si⁷⁴, há em comum que todos, ao enfrentar a pobreza como uma expressão da “questão social”, remuneram instituições financeiras por meio dos agentes pagadores e indicam também o fortalecimento da fração do capital que opera as finanças, fortalecendo o rentismo por meio do fundo público⁷⁵.

Para Silva (2012) o processo de financeirização se expressa por meio da monetarização decorrente da mediação de instituições financeiras sobre os recursos das políticas sociais e se fortalece ao promover a inserção das camadas mais pobres no processo de circulação da mercadoria – em grande parte pela abertura de crédito, cuja garantia são os próprios benefícios sociais cujos ativos estão sob seu controle. Assim:

A monetarização, portanto, consiste no processo de repasse de recursos monetários tanto aos beneficiários, em vez de operar com prestação de serviços diretos pelo Estado, quanto ao capital para operarem com a prestação dos serviços. Ou seja, não é apenas o repasse direto de recursos aos prestadores de serviços, mas sim uma remuneração, extraída do total dos recursos repassados, para que operem com os benefícios (e que ocorre nas demais políticas sociais, como no caso da previdência). E a financeirização se encontra no fato de esses recursos servirem à remuneração do capital portador de juros posto que operado por instituições bancário-financeiras. Assim, alimentam diretamente esta forma de capital. Isto quer dizer que o Estado paga ao capital financeiro – pois mesmo que o banco seja estatal opera como capital bancário e com a

74 Alguns expressando conquistas constitucionais, outros se assemelhando à transferência de renda e outros tentando equacionar problemas históricos como acesso à educação ou moradia.

75 O fundo público representa o conjunto da riqueza construída pela classe trabalhadora e arrecadada pelo Estado na forma de impostos e tributos, que pode ser transferida na forma de pagamentos de títulos da dívida e transferida para o rentismo, por exemplo, segundo Granemann (2012).

especulação – para a manutenção desses programas, ou seja, alimenta a elite rentista. (2012, p. 234).

A Emenda Constitucional 95/2016 representa um diagnóstico construído pelos dominantes que apresenta argumentos e sínteses a respeito das dificuldades financeiras que o Estado brasileiro (nos seus diferentes entes federativos) apresentava, mas que a rigor é uma crise do capital, em um claro processo de contrarreforma.

Metodologicamente não nos restringimos à análise de documentos, pois as medidas adotadas pelos diversos governos, especialmente a União, estão referenciadas em “seu” diagnóstico particular sobre os fundamentos da crise. A presente análise examina o contexto em que essas medidas e políticas públicas estão sendo produzidas, incorporando o significado social destas medidas de “ajuste” para os direitos sociais, correlacionando-as com as medidas de repactuação dos direitos sociais empreendidas pelo Governo Federal, notadamente na reversão das conquistas sociais democráticas da Constituição Federal de 1988 e, também, os direitos trabalhistas ainda vigentes na Consolidação das Leis do Trabalho e na própria Carta de 1988.

Com efeito, as expressões da crise econômica que se tornaram mais visíveis a partir de 2008 nos EUA, espalhando seus efeitos severos por diversos países europeus, ao mesmo tempo em que repercutiram duramente sobre as *commodities*, pilar da expansão e crescimento econômico dos países latino-americanos a partir de 2005, especialmente do Brasil (LEHER, 2018).

O crescimento econômico apresentado no segundo mandato do ex-presidente Lula precipitou sua análise como um novo ciclo de desenvolvimento em virtude das políticas de crédito, isenções fiscais, dos programas de bolsas de alívio à pobreza e de importante elevação do salário mínimo que experimentou à época relativa expansão.

A gerência do Estado, confiada a uma larga coalizão de centro, liderada por Luís Inácio Lula da Silva e, depois, por Dilma Rousseff, foi operatória para o ciclo expansivo até o agravamento da crise.

A significativa queda do preço internacional das *commodities*, em virtude do novo patamar de expansão chinesa, europeia e estadunidense fizeram sobressair a fragilidade e a vulnerabilidade do arranjo distributivo engendrado pelas frações burguesas dominantes e administrados pelo governo Dilma Rousseff. Sem a forte

captação de divisas por meio das *commodities*, o significado negativo das desonerações apareceu de modo avassalador (LEHER, 2018).

Ademais, as vulnerabilidades do setor industrial em operação no Brasil, diante de um mercado mundial controlado pelas grandes corporações, parte delas em plataformas de produção chinesas, em feroz competição, levaram os aparelhos de hegemonia do setor industrial a conclamar um duro arrocho salarial. A saída do bloco no poder foi blindar qualquer ameaça ao pagamento dos juros e serviços da dívida e, ao mesmo tempo, estrangular os gastos sociais e empreender inclemente ataque aos direitos trabalhistas para provocar um choque negativo nos salários, segundo Leher (2018).

O contexto de difícil reeleição da ex-presidenta cassada Dilma Rousseff e a impossibilidade de levar adiante o ajuste fiscal proposto pelo seu ministro da Fazenda à época, um representante orgânico dos bancos, Joaquim Levy, levou a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) a hegemonizar uma áspera campanha em prol do *impeachment* político de Dilma Rousseff.

Segundo Leher (2018), em reação a tais iniciativas, Rousseff buscou uma agenda dita neodesenvolvimentista⁷⁶, liderada pelo seu ex-ministro Nelson Barbosa que, entretanto, como a realidade evidenciou, não teve condições de ganhar apoio das frações burguesas mais relevantes.

As empreiteiras que irrigaram a máquina política da coalizão encabeçada pelo PT, golpeadas pela operação Lava-Jato⁷⁷, perderam capacidade de coesionar outras frações burguesas.

É importante ressaltar que as reacomodações no bloco no poder no Brasil, sob a gerência de um governo que foi empossado em radical crise de legitimidade, liderado por Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), buscam unificação em torno de uma agenda que tem como eixo a devastação do Estado Social (Emenda Constitucional 95/2017), o benefício ao setor bancário-rentista (reforma da previdência e EC 95/2017) e, para os setores industriais e de serviços, a elevação da exploração do trabalho (terceirizações e “reforma” trabalhista).

⁷⁶ Denominada de Nova Matriz Econômica.

⁷⁷ A operação Lava Jato foi o nome dado para um conjunto de investigações que inicialmente apurou um esquema de lavagem de dinheiro, cuja promotoria é de titularidade do Ministério Público Federal e da Procuradoria da República. Foi comandada pelo ex-juiz federal Sérgio Moro, que, após ordenar prisão do ex-presidente Lula, se tornou ministro da Justiça de Jair Bolsonaro, maior privilegiado com a prisão de Lula e conseqüentemente sua não participação no processo eleitoral de 2018.

Ao mesmo tempo, a nova gerência opera no sentido de flexibilizar a legislação ambiental, de abrir o mercado de terras ao capital multinacional e de reduzir ao mínimo o conteúdo local do setor de petróleo e gás. Para melhor caracterizar o bloco no poder, o presente trabalho argumenta que:

1 – houve o fortalecimento em nível mundial e, com particularidades no Brasil, da fração vinculada ao universo das finanças como a fração hegemônica do bloco de poder da burguesia, robustecendo o capital comércio de dinheiro, o capital fictício e o rentismo, criando uma política econômica bastante favorável aos operadores do capital, os bancos e os fundos de investimentos;

2 O pacto social (a ser destruído) entre o capital e o trabalho elaborado no período dos governos do PT foi mediado e dirigido pelo Estado, por meio de um conjunto de políticas que combinou medidas que incidiram positivamente sobre os salários, parcerias público-privadas e políticas de alívio à pobreza focalizada.

As frações burguesas dominantes sustentam que tal pacto não mais se sustenta, visto que a crise (i) não permite mais intervenções do Estado em direção às políticas dos mais pobres⁷⁸ e melhoria, ainda que tímida, dos salários e (ii) exige do capital medidas diretas contra os direitos do mundo do trabalho.

A erosão de um conjunto de políticas que, apesar de organicamente vinculadas ao mercado e aos negócios, eram apresentadas como democratizantes ou comprometidas com a inclusão social⁷⁹ é um objetivo comum das principais frações burguesas, visto o consenso dos dominantes em torno da destruição do já debilitado Estado social existente no Brasil, especialmente nos termos previdenciários e trabalhistas. Reiteramos que esta é a perspectiva trazida pelos setores dominantes: de que a crise é do Estado. Insistimos, por outro ângulo, que a crise na verdade é do capital.

Estamos diante de um novo tempo histórico, bastante conservador e draconiano do ponto de vista do capital, que acelera reformas privatizantes. A partir das reacomodações do bloco de poder, os setores dominantes buscam acelerar a mudança na distribuição da renda em prol do capital e em detrimento do trabalho.

⁷⁸ A preocupação com os mais pobres e com o alívio da pobreza foi central na formulação de programas e receituários de diversos atores do capital. Está presente em diversos documentos do Banco Mundial que reorientou a atuação dos Estados após avaliações sobre a repercussão das políticas de liberalização nos anos 1990.

⁷⁹ Acerca das contrarreformas, ver Bering (2003).

Elaborado de modo afim ao centro de pensamento do bloco no poder, Casa das Garças⁸⁰, o programa de governo de Michel Temer denominado “Uma ponte para o Futuro”⁸¹ sintetizava uma agenda de violenta redução do gasto público e estabelecia a conhecida narrativa neoliberal de que o setor privado, livre das amarras do Estado Social, pode ser o protagonista do processo de retomada do crescimento econômico e da retomada das taxas de lucro.

Esta “associação estratégica” entre aparelhos privados de hegemonia com o Estado é congruente com a proposição defendida por Gramsci (2000) de que o Estado integral, ou ampliado, tem nos seus fundamentos uma grande coalizão que unifica a sociedade política (incluindo seu Estado Maior, e, por isso, os segmentos mais degradados da política que estão inscritos nas redes de poder burguês no Brasil) e a sociedade civil burguesa.

Neste caso, os aparelhos de hegemonia burgueses são parte do Estado exatamente por apresentarem um conjunto de proposições que estruturam o próprio Estado, assegurando, assim, diagnósticos e saídas para a crise econômica.

Nos dizeres de Florestan Fernandes (1981) o bloco no poder, diante de qualquer possibilidade de redução nas taxas de lucro ou de ameaça aos seus interesses particularistas, não hesita instaurar uma contrarrevolução preventiva. No caso brasileiro, as sofisticadas frações burguesas, objetivando os seus fins, não hesitam em se associar aos setores fundamentalistas, às direitas de cariz fascista e aos setores mais corrompidos da pequena política para assegurar a sua grande política.

Uma breve síntese das principais medidas apresentadas (e muitas delas aprovadas por ampla maioria) no Congresso Nacional permite examinar a profundidade da contrarrevolução, isso em um contexto de lutas importantes (mas ainda não massivas), em especial pela erosão da legitimidade das principais Centrais Sindicais e pela rápida expansão do desemprego, notadamente entre jovens⁸².

⁸⁰ Também conhecida como “ninho dos tucanos”, fazendo referência à liderança PSDB, a Casa das Garças é uma mansão localizada no Rio de Janeiro, ponto de encontro de economistas neoliberais e empresários do mercado financeiro.

⁸¹ O programa de governo que seria levado ao fim pelo PMDB não pôde, por diversos fatores, chegar ao fim. Observa-se, no caso das tentativas de votação da reforma da previdência, por exemplo, amplas manifestações, entre elas a greve geral que paralisou mais de 40 milhões de trabalhadores em 28 de Abril de 2017.

⁸² Estima-se que a taxa de desemprego entre os jovens de até 24 anos era de 27,2% até o fim de 2018, por exemplo, aproximadamente 1,7 milhão de jovens. Por outro lado triplicou o número de jovens que desistiram de procurar emprego. A respeito, ver: <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2019/03/triplica-o-numero-de-jovens-que-desistiu-de->

Por outro lado, EC 95/2017 que limita e congela as despesas primárias da União (educação, saúde, cultura, infraestrutura, saneamento, entre outros, excetuando as despesas financeiras, como o pagamento da dívida, os juros e as amortizações) por vinte anos foi aprovada no final de 2016, ainda que com uma heroica resistência e oposição nas ruas do entorno da Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

Com a medida, o governo tornou sem efeito as vinculações constitucionais de recursos para as áreas da educação e da saúde. As previsões de todos os matizes econômicos são de uma redução de pelo menos 0,6% do PIB ao ano. Atualmente, as despesas primárias alcançam 20% do PIB. Segundo Leher (2018), em menos de dez anos as despesas primárias poderão estar abaixo do vigente nos anos mais áspers da ditadura (11% do PIB).

A EC 95/2017 é um rearranjo das contas públicas que objetiva ampliar a transferência do fundo público para as frações burguesas dominantes, sob a dominância financeira, calibrando a economia brasileira em termos afins à financeirização da economia, operado pelas frações do capital (financeira, sob a liderança dos bancos e fundos de investimentos; produtiva, que está sob a liderança da Federação das Indústrias de São Paulo).

A utilização da imagem da crise na perspectiva pró-sistêmica justifica, na perspectiva dos dominantes, um rigoroso processo de ajuste fiscal na economia orientado para a retomada da taxa de lucro do capital, cujos principais privilegiados são os operadores dos circuitos da dívida.

O capital também se apropria de parcelas dos salários dos trabalhadores via contribuições aos sistemas privados de previdência e saúde, tendo o sistema financeiro como grande mediador. Assim, a EC 95 deve ser entendida no contexto mais amplo que inclui a proposta de contrarreforma da Previdência que, ao inviabilizar as condições de aposentadoria dos trabalhadores, abre caminho para uma expansão sem precedentes do modelo de previdência por capitalização.

Objetivando arrochar os salários e enfraquecer os sindicatos e as lutas dos trabalhadores, os setores dominantes estão encaminhando radicais mudanças na legislação trabalhista, como um regime de terceirizações que permite atividades fins nos setores público e privado, “quarteirização” e “pejotização” do trabalhador. Mais

amplamente, apresenta uma contrarreforma trabalhista que permite que o negociado prevaleça sobre o legislado, extinguindo, assim, grande parte da CLT (LEHER, 2018).

Este é o contexto que confirma a tendência de financeirização na economia brasileira, que fortaleceu o setor financeiro por meio da monetarização das políticas sociais em um momento que apresentou um tímido crescimento econômico.

Assim, não surpreende que os fundos de investimentos dirigissem atenção especial ao Brasil. Em recente estudo, Ferreira (2015) apresenta dados sobre os fundos de investimentos no Brasil, que juntamente com as seguradoras e fundos de pensão compõem os *money managers*, com recorte temporal de 2007 a 2013, identificado como aquele período em que houve maior crescimento dos fundos de investimentos no país – passando de 8.247 para mais de 14 mil ao final do referido período – com robusto crescimento de 70%, atingindo patrimônio líquido de R\$ 2,2 trilhões no ano de 2013 (valor que correspondia a aproximadamente 46% do Produto Interno Bruto – PIB), por exemplo.

Coincidentemente este também foi o período que identificamos de primeira fase da financeirização do ensino superior privado no país – quando uma quantidade significativa de IES abrem seus capitais nas bolsas de valores e passam ao controle de organizações vinculadas ao capital comércio de dinheiro por meio dos fundos de investimentos.

Numa perspectiva histórica, a legislação sobre o capital comércio de dinheiro, neste caso o chamado mercado de capitais no Brasil, data desde o início da ditadura empresarial-militar, por meio da Lei n. 4728/1965, que tratava da aplicação de capital em carteira diversificada de títulos ou valores mobiliários ou mesmo da administração de fundos em condomínios ou de terceiros.

Neste período fora criado o Conselho Monetário Nacional (CMN), que deveria também regulamentar os tipos de fundos em condomínios e a composição dos seus portfólios – agrupamentos em torno do qual se organizam investimentos.

Para Ferreira (2015), a Lei 4278/1965, para além de organizar a distribuição dos títulos e valores mobiliários ou mesmo regulamentar as ações, possibilitou na verdade a criação de um novo canal de financiamento privado por meio da captação de recursos para ampliar o que a autora denomina de unidades produtivas e iniciar um novo ciclo de

crescimento econômico nacional – alterou-se o padrão de negociação das ações, criam-se incentivos para abertura de capitais, entre outros.

É importante realçar também que dez anos depois, a Lei 6385 de 1976⁸³ alicerçou dois pilares que são bastante caros à financeirização: (i) de um lado o incentivo ao mercado e (ii) do outro a proteção ao investidor.

Para Ferreira (2015), “a CVM passava a ter competências regulatórias, fiscalizadoras, investigativas e punitivas. A CVM caberia a definição de políticas relativas à organização e ao funcionamento do mercado de valores mobiliários” (p. 11).

Esta legislação foi importante porque trouxe pela primeira vez uma definição a respeito dos fundos de investimentos, que seriam a “comunhão de recursos constituída sob a forma de condomínio, destinada ao investimento em títulos e valores mobiliários, divididos em cotas ideais e administrada por entidade para tanto habilitada junto à autoridade competente” (p. 11).

Ferreira (2015) também realça a importância da resolução 1779 da CMN, que, entre outras, indicou a obrigatoriedade do registro dos títulos que compunham o condomínio no Sistema Especial de Liquidação e Custodia (SELIC) e no Sistema de Registro e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP) ou outros sistemas de custódia e liquidação regulamentados pelo Banco Central.

Igualmente importante foi a Lei 20303 de 2001, que alterou a Lei 6385/1976, a partir da qual a CVM tem a prerrogativa de regular (diferente de regulamentar) todos os fundos de investimentos – neste caso incorporam-se os fundos que tem investimentos concentrados em títulos públicos, que não eram até então considerados valores mobiliários.

É desta forma que Ferreira entende que:

Pela Lei 10.303/2001 a existência de oferta pública de títulos de participação ou de dívida passou a ser o fator determinante na qualificação de um título ou contrato como valor mobiliário. Com o novo regime, todas as cotas de fundos de investimento ofertadas publicamente, independente do ativo predominante do fundo, passam a serem valores mobiliários. Assim, a CVM passou a ter competência para regular e supervisionar todos os fundos de investimentos cujas cotas sejam ofertadas publicamente (p. 12).

83 Que estabelece, entre outras, a Comissão de Valores Mobiliários como uma nova matriz de responsabilidade.

A portaria 409/2004, é, para Ferreira (2015), pilar da legislação em vigor a respeito, indicando, desde o seu artigo 2, que fundo de investimento é “uma comunhão de recursos, constituída sob a forma de condomínio, destinado à aplicação em ativos financeiros”, a partir da qual algumas mudanças foram desenhadas⁸⁴, tal qual a estruturação da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros de Capitais) – que seria um fórum consultivo do mercado de capitais no Brasil.

Os fundos de investimentos, via de regra, são organizados mediante a forma coletiva denominada condomínio, com patrimônio é dividido em cotas - cujo valor é calculado periodicamente por meio da divulgação de balanços, planilhas e outros demonstrativos que indicam o patrimônio líquido que é resultado da soma do valor dos títulos e dos fluxos em caixas subtraídas às despesas obrigatórias do fundo e os valores de remuneração da administração.

Ferreira (2015) chama atenção para o tema da regulamentação do mercado de capitais, a partir da Anbima, protagonizada em grande parte pelos próprios agentes do mercado de capitais – o que necessariamente nos remeterá a discussão proposta por Antônio Gramsci (2000) acerca da participação da sociedade civil e da sociedade política na construção do Estado integral, que se expressa na própria sumula 409/2004, que traduz parte dos anseios dos operadores da fração do capital vinculada ao rentismo, na medida em que “coube à ANBIMA, após diálogo com o mercado e os entes reguladores, definir a pauta do que era chamado à época de *nova 409*” (p. 15).

Desta forma, ao falar sobre os fundos de investimentos no Brasil é necessário ter clareza que os principais atores neste cenário de financeirização tornam-se (i) os

84 Entre as mudanças podemos destacar (i) a unificação da regulamentação – permitindo a constituição de condomínios de capitais abertos; (ii) registro automático de todas as categorias de fundos de investimentos; (iii) possibilidade de constituição de sociedades intermediárias constituídas pelos administradores dos fundos; (iv) não estabelecimento de limite para operações compromissadas; (v) alteração do conceito de investidor qualificado; possibilidade que fundos de investimentos e fundos de investimentos em cotas de direitos creditórios; (vi) maior transparência na divulgação da informação; (vii) regras mais claras a respeito da responsabilidade de cotistas, administradores e gestores de fundos; (viii) restrição para resgates de ativos em liquidez; e (ix) nova matriz de classificação dos fundos.

investidores⁸⁵; (ii) os administradores⁸⁶ e os (iii) gestores⁸⁷ do capital, que operam concretudes de alta complexificação relativa ao metabolismo do capital em busca de liquidez.

Outro importante marco foi a instrução 555/2014, também objeto de embates e discussões entre agentes públicos e os representantes das frações do capital comércio de dinheiro no mercado de capitais, das quais, segundo Ferreira (2015), as principais alterações foram a (i) redução dos tipos de categorias de fundos⁸⁸; (ii) elevação do limite para investimentos no exterior; (iii) alteração do conceito de investidor qualificado – cujo investimento deve ser de no mínimo R\$ 1 milhão de reais; (iv) criação de fundos reservados a investidores qualificados e que contam com flexibilidade nas regras de aplicações no exterior; e (v) criação de um fundo de investimento de baixo custo e risco.

Ferreira (2015) também destaca a importância da Lei 12.431/2011, que teve entre seus objetivos o incentivo ao financiamento da economia tendo o longo prazo como relevo e estruturou demandas importantes do universo da finança e do mercado de capitais ao estabelecer, por exemplo, benefícios tributários aos investidores, especialmente nos então denominados projetos prioritários, e indica (i) redução da alíquota do imposto de renda que incide sobre títulos e valores mobiliários de renda fixa de empresas sem personalidade financeira, criando ambiente favorável aos investimentos e fluxo de capitais; (ii) as debentures oriundas de Sociedades por propósito específico devem ter seus rendimentos tributados à alíquota zero quando operados por pessoas físicas e à alíquota de 15% quando operados por pessoas jurídicas; entre outras.

85 A ANBIMA diferencia os fundos de investimentos em investidores institucionais (no qual operam os grupos que operam o capital portador de juros e o capital fictício, como os regimes de previdência complementar, seguradoras, fundos, entre outros); o varejo (onde prevalece o investidor de baixa renda); varejo de alta renda (cadeias maiores que operam o varejo e que poderiam ter acesso a financiamentos nos bancos comuns); private (onde estão os grupos com altíssima renda e que estão no geral organizados nos fundos ou bancos de investimentos ou que administram o patrimônio de investidores); corporate (formado por agrupamentos que obtém faturamento de até R\$ 1 bilhão por ano); o próprio poder público; e os investidores estrangeiros.

86 Os administradores não possuem competência para realizar auditorias, segundo a regulamentação do setor financeiro no Brasil, mas podem organizar o conjunto das atividades inerentes à produção de valor a partir dos ativos financeiros disponíveis.

87 Segundo Ferreira (2015) os gestores podem ser delegados (terceirizados) pelos administradores para administrar determinados nichos ou segmentos.

88 Os fundos podem ser de ações, renda fixa, multimercados – onde prevalecem os investimentos na educação – e de investimentos no exterior.

A respeito desta lei, a autora destaca que, no caso dos fundos de investimentos, os acionistas têm tributação de imposto de renda à alíquota zero, desde que os respectivos fundos apliquem 85% do patrimônio líquido nos projetos prioritários.

Entretanto, Ferreira (2015) chama atenção para alguns erros metodológicos na compreensão dos fundos de investimentos no Brasil, realçando suas diferenças em relação ao modelo em curso nos Estados Unidos, por exemplo. A autora destaca que, diferentemente dos Estados Unidos onde os fundos têm status de empresas financeiras e podem inclusive contrair empréstimos, no Brasil os fundos seriam apenas “condomínio de investidores”⁸⁹.

Outra diferença residiria no tipo de regulação – que diferente dos Estados Unidos onde praticamente não se experimentam restrições. No Brasil todos os fundos de investimentos são regulados e dependente das normativas oficiais provenientes da CVM⁹⁰.

Ferreira (2015), a respeito da Instrução CVM 555/2014, teceu preocupações a respeito do novo papel dos administradores de fundo, quanto ao período em que deveriam disponibilizar informações referentes a liquidez do fundo; em relação à autonomia da finança que desenha um novo quadro mediante a inclusão de uma nova categoria – denominada de investidores profissionais; e, não menos importante, aos investimentos no exterior – com aumento do limite dos fundos de 10 para 20%, tanto no varejo quando no caso dos investidores profissionais (até 40%)⁹¹.

É preciso realçar, segundo os estudos de Ferreira (2015), a concentração e centralização de capitais em poucos administradores, na medida em que os cinco maiores⁹² concentram 60% do patrimônio líquido e os quinze primeiros⁹³ na proporção de 92% no ano de 2014, movimentando um valor de aproximadamente R\$ 2,6 trilhões,

89 No Brasil a exceção dos fundos de participação, que podem contrair empréstimos até o limite de 30% do patrimônio líquido.

90 A autora também chama atenção para o fato da inexistência de *hedge funds* (fundos de participação) no Brasil, que operam com derivativos no segmento de multimercados.

91 A autora reconhece que o relaxamento nos limites para investimentos no exterior foi comemorada pelo mercado como parte de uma possível modernização na direção do regime internacional de dominância financeira e fortalece o processo de abertura financeira da economia brasileira, potencializando a fragilidade econômica e a possibilidade de crises econômicas com picos no setor financeiro por meio da retirada dos capitais.

92 BB DTVM S/A; Itaú Unibanco S/A; Bradesco; Caixa; BTG Pactual. No caso da Kroton Educacional, as operações financeiras são realizadas pelo Bradesco – mas já foram pelo Itaú/Unibanco e operações de ações e capitalização tem participações do BTG Pactual.

93 BEM; Banco Santander S/A; BNY Mellon Serviços Financeiros; Intrag; HSBC; Credit Suisse; Citibank; Banco J Safra; Votorantim Asset; Western Asset.

realçando as instituições que administram fundos de investimentos são a rigor vinculados a grandes grupos financeiros.

Essa situação não é diferente do caso gestores dos fundos de investimentos que, no caso dos maiores administradores, também são seus próprios gestores, na medida em que os cinco maiores gestores são responsáveis por operar aproximadamente 62% do patrimônio líquido do setor, enquanto os quinze maiores gestores são responsáveis por 88% dos recursos (FERREIRA, 2015).

Ferreira (2015) destaca que o período 2008-2013, a despeito da crise econômica internacional, do *boom* no movimento de capitais, da mudança no preço das *commodities* e das diversas modificações nas taxas de juros e câmbio, foi marcado por um crescimento impressionante no número de fundos de investimentos operando o capital comércio de dinheiro no país, quase dobrando quando se considera fundos lato-senso e fundos de conta (aumento de 4201 para 8.207), chegando a 95% quando se considera apenas fundos de investimentos stricto senso (desconsiderando aqueles que operam os fundos de pensão). Quando se considera a evolução do patrimônio líquido os números são impressionantes: aproximadamente 49% de valorização nos fundos lato-senso e 37% nos fundos stricto senso.

A autora destaca que neste período “houve, além da movimentação de recursos entre as categorias dos fundos, uma movimentação entre os ativos nos quais os fundos alocam seu portfólio” (2015, p.32). Isso quer dizer que o fundo pode investir em um determinado segmento, como educação superior ou apostilamento e material didático, por exemplo, e desinvestir em seguida, fortalecendo a dinâmica de movimentação e circulação de capitais.

É preciso realçar que os fundos neste caso não fazem investimentos nesta ou naquela área – ao contrário, os fundos investem neles mesmos, pouco importa qual seja a área/campo onde estão, afinal o cerne é a valorização dos ativos disponíveis para investimentos.

Neste processo é preciso ter clareza da diferenciação dos fundos, como é o caso dos cambiais, dos fundos imobiliários ou de curto prazo – como é o caso típico da maioria dos processos de desinvestimento.

A alteração da taxa SELIC a partir da sua redução, entre 2011 e 2012, significou um aumento significativo do patrimônio líquidos dos fundos, especialmente os fundos

de investimentos imobiliários. Neste período até 2013 (quando a taxa de juros volta a ser elevada) o patrimônio dos fundos, principalmente ligados à renda fixa, aumenta consideravelmente, principalmente a partir da migração dos fundos pós-fixados para os pré-fixados (a participação dos fundos de renda fixa atingiu 35,8% em 2012), conforme estudo de Ferreira (2015).

É preciso atentar para o fato de que os fundos de renda fixa foram os maiores beneficiados pela queda na taxa de juros.

Os fundos multimercado são a segunda mais importante no conjunto dos fundos de investimentos, atingindo aproximadamente 20%, e segundo Ferreira (2015) “refletem uma gestão mais ativa do portfólio do que no caso dos fundos de renda fixa, e uma busca por diversificação”.

A participação dos fundos que operam os títulos da dívida pública e operações compromissadas (há uma leve alteração que apresenta aumento do percentual das operações compromissadas a partir da diminuição da participação dos títulos da dívida) representam 60% da liquidez do setor. O tipo investidor institucional, representados por administradores do capital comércio de dinheiro, é na verdade o maior investidor dos fundos de investimentos (participação de aproximadamente 37%). Os segmentos varejo, *private* e *corporate* apresentam participações equilibradas de aproximadamente 15% cada um (FERREIRA, 2015).

Este é o contexto que precisa ser analisado para compreender as principais mudanças no ensino superior. Assim, os levantamentos teóricos e empíricos indicam que a financeirização da educação é uma dimensão particular de um processo mais amplo da mundialização do capital.

Realçamos que, no caso da educação, a quase totalidade de aquisições e fusões de instituições de ensino superior pelos fundos de investimentos ocorreu nos governos do PT, coetâneo da ressignificação da concepção de público e do papel do ensino superior privado.

Foi neste período que encontramos o apoio mais consistente do Estado ao setor privado-mercantil, notadamente por recursos públicos repassados por meio do FIES e Proni. O FIES assegura viabilidade e saúde financeira aos grandes grupos educacionais.

Foi no período da ditadura empresarial-militar (1964-1985), no processo de *modernização conservadora*⁹⁴, que o número de matrículas nas IES públicas sofreu uma inflexão em direção ao segmento privado. Percebe-se que a expansão privada, com expressivo e franco apoio do Estado, por meio de políticas de incentivos via isenções e transferência direta de recursos públicos até o reconhecimento de instituições que oficialmente não teriam finalidade lucrativa, fortaleceu um vigoroso setor empresarial que por muitas décadas foi controlado por uma burguesia de caráter nacional⁹⁵.

Contudo, ante as mudanças recentes que tem redesenhado o controle do setor, identificamos a substituição agressiva da fração burguesa nacional por uma internacionalizada, controlada pelos investidores através dos fundos de investimentos que substituem as tradicionais empresas familiares.

Conforme apontamos, o processo de mercantilização de novo tipo envolve um novo protagonista, no caso os investidores da fração burguesa que operam o capital comércio de dinheiro, agora desejosos de investir no (novo) setor que se denomina de serviços educacionais.

Por isso, o exame da conformação do ensino superior atualmente identificou uma realidade distinta – que precisa ser investigada sob o risco das análises da mercantilização da educação tornar-se apartadas dos movimentos subterrâneos que, afinal, redefinem os rumos dessas organizações. Sumarizamos a seguir uma breve trajetória dos principais grupos econômicos, principalmente de investimentos, que atuam no novo mercado de ensino superior do Brasil.

A entrada do capital estrangeiro na educação no Brasil tem como referência inicial o ano de 2001, com a própria *Kroton Educacional*, que à época atuava sob o

94 A discussão a respeito dos processos de modernização conservadora no Brasil pode ser localizada a partir de diversos autores, entre eles Florestan Fernandes, Luiz Werneck Vianna ou mesmo Maria Arminda do Nascimento Arruda. Entretanto, este trabalho privilegia a elaboração formulada pela Escola Paulista de Sociologia, liderada por Florestan. Para este, se trata do processo que explica as transformações levadas à cabo pela ditadura empresarial-militar. Assim, a obra de Fernandes (1981) denominada *A Revolução Burguesa no Brasil* resgata elementos históricos da natureza do capitalismo brasileiro, que realiza sua revolução não com os elementos clássicos, mas cujo processo ocorre mediante a conciliação entre setores da burguesia e do latifúndio, imprimindo posteriormente, já no escopo da segunda metade do século XX, com a ditadura, um processo de modernização que carrega em si elementos conservadores, fruto da conciliação que determina modernidade com elementos arcaicos, principalmente na era burguesa.

95 Estas disputas estavam relacionadas com conhecidas discordâncias entre os grupos representativos das universidades, dos centros universitários e das faculdades isoladas ou integradas.

nome de grupo Pitágoras⁹⁶ com o fundo americano *Apollo Internacional*, uma expressiva *joint-venture*.

Segundo Ruas (2016), a Kroton Educacional, por meio do grupo Pitágoras, adquiriu nova experiência internacional através dessa associação com o referido grupo que vinha expandindo suas fronteiras desde os anos 1970⁹⁷. Entretanto, em 2006 o fundo americano optou pelo desinvestimento na instituição, que voltou a ser controlada pelo grupo de sócios iniciais e fundadores da empresa, enquanto a Apollo direcionou seus investimentos na Universidade de Phoenix, nos Estados Unidos, que contava à época com 150 mil alunos⁹⁸.

O grupo Pitágoras, agora voltado ao ensino superior, transformou-se no ano de 2007 em Kroton, passando por transformações jurídicas importantes ao sinalizar vocação abertamente lucrativa, com objetivo de ingresso no mercado das ações e investimentos na Bolsa de Valores.

O ano de 2005 foi paradigmático para o que denominamos de mercantilização de novo tipo, inaugurando a primeira fase deste processo, que se relaciona com um processo de financeirização por meio da capitalização decorrente da abertura de capitais nas bolsas de valores e entrada dos fundos de investimentos.

Apresentaremos aqui uma breve exposição da penetração dos fundos de investimentos nas principais empresas educacionais do Brasil, sem destacar a Kroton Educacional, que fará parte de um estudo de caso específico no terceiro capítulo desta tese de doutoramento.

Neste ano ocorreu a aquisição da Universidade Anhembi-Morumbi pelo grupo *Laureate International*. Trata-se de uma grande rede global de ensino criada em 1998 que, desde 2000 investe apenas em ensino superior, controlada pelo fundo de *private equity* estadunidense Kohlberh Kravis Roberts (KKR) que possuía, em 2015, aproximadamente U\$\$ 94 bilhões de dólares em ativos sob sua gestão de investimento e

96 O grupo Pitágoras, fundado em Minas Gerais nos anos 1960, começou com um curso preparatório ao vestibular, ampliou-se para educação básica, possuindo em fins dos anos 1990 quase cem mil alunos espalhados em diversas unidades da federação, distribuídos em escolas conveniadas/controladas, abrindo a primeira instituição de ensino superior no ano 2000.

97 Parte desta experiência internacional veio da Universidade de Phoenix, que era gerida pelo fundo e contava, à época, com mais de 150 mil alunos.

98 Em 2006 o fundo americano optou pelo desinvestimento do recurso no Grupo Pitágoras, que voltou a ser controlado pelo grupo mineiro na sua totalidade, limitando os investimentos na América do Norte.

possuía investimentos em 85 empresas, entre elas algumas gigantes como a Nielsen, e no segmento educacional, especificamente, possuía receita de U\$\$ 210 bilhões⁹⁹.

Os investimentos estrangeiros diretos têm um salto qualitativo a partir de 2005 e estão relacionados com o ambiente macroeconômico afim aos interesses do capital financeiro e à política de estabilidade assegurada pelos governos do PT, liderados pelo ex-presidente Lula.

O ranking geral de aquisições, dividido por segmentos de mercado, mudou a partir de 2008, impulsionado pela expansão do número de fusões e incorporações comandadas pelos fundos, quando a educação deixa de estar pulverizada na categoria “outros” e tornou-se um segmento independente no ranking setorial de transações por empresas de consultoria especializadas, sendo responsável por 53 de um total de 663 fusões e incorporações, conforme aponta pesquisa da KMPG, empresa de consultoria do mercado financeiro¹⁰⁰.

Segundo Ruas (2016), o antigo grupo *Anhanguera Educacional*, que foi adquirido pela *Kroton Educacional* e se tornou uma de suas marcas, nasceu como uma associação sem finalidade lucrativa, constituindo-se numa faculdade isolada no município do Leme, no interior de São Paulo. Em sua origem contou com incentivos e isenções da Prefeitura local.

A partir de 1994, o grupo expandiu pelo interior de São Paulo, tendo, até 2003, nove instituições pertencentes ao grupo (dois centros universitários e o restante de faculdades isoladas). Em 2003, o grupo sofreu uma inflexão ao transformar-se em *Anhanguera Educacional S. A*, despindo-se do manto da filantropia ao ser convertida uma Sociedade Anônima com a finalidade de mobilizar recursos e viabilizar sua trajetória de crescimento, agora sob assessoria do Banco Pátria¹⁰¹ para viabilizar investidores¹⁰² (RUAS, 2016).

O Banco Pátria é um fundo mútuo que gere fundos de investimentos de *private equity*, de infraestrutura, capital management, *Real Estate* e multimercado. O primeiro

99 Ver <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,com-compra-da-aceco-empresa-de-ti-gigante-kkr-estreia-no-brasil-imp-,1148030>

100 A respeito, ver: http://www.kmpg.com.br/publicacoes/fusoes_aquisicoes/2008/fusoes_aquisicoes_2_trim_2008.pdf

101 O Banco Pátria surge nos final dos anos 1980 e se consolida nos anos 1990 no contexto dos investimentos estrangeiros diretos. A respeito, ver: <https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/financas/20030806/patria-nosso/19910>

102 A respeito, ver: <https://www.semesp.org.br/imprensa/patria-reduz-presenca-na-anhanguera/>

investimento em *private equity* foi em 1994 com a compra da rede de drogaria *Drogasil*. A partir de 1997, opera em parceria com o banco de investimento norte-americano *Oppenheimer* (hoje *Canadian Imperial Bank of Commerce*), gerindo diversos fundos direcionados e diversificados. Já participou do controle de empresas como *Veloc Logística*¹⁰³, *Casa do Pão de Queijo*¹⁰⁴, *CasaCor* e a *Anhanguera Educacional*. Recentemente investiu em empresas de insumos agrícolas¹⁰⁵ e fez aquisições na área de saúde¹⁰⁶. É preciso destacar que o Banco Pátria já havia participado da reestruturação da Universidade Anhembi Morumbi para deixá-la atraente para investidores internacionais.

No período de 2006 a 2013 a Anhanguera Educacional S.A. comprou outras 28 instituições¹⁰⁷ com destaque para a incorporação da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal (UNIDERP, atualmente Universidade Anhanguera UNIDERP) em 2007, com mais de 37 mil alunos, e o controle da Universidade Bandeirante, com mais de 55 mil alunos, adquirida pelo valor de R\$ 500 milhões de reais, ultrapassando à época a marca de 400 mil alunos e consolidando-se como o segundo maior grupo de ensino superior do mundo¹⁰⁸.

O grupo Estácio de Sá, que entre 2007 e 2014 adquiriu 21 instituições no país¹⁰⁹, abriu seu capital em 2007, alterando sua natureza jurídica empresarial, tornando-se uma instituição com finalidade lucrativa, condição para capitalização na Bolsa de Valores, construindo o conglomerado Estácio de Sá Participações, que teve 20% de suas ações adquiridas pelo fundo *GP Investments*.

Trata-se de um fundo criado em 1993 com atuação em gestão de recursos, investimentos de tecnologia, *real estate*, entre outros, que controla mais de 50 grandes empresas mundiais em diversos segmentos, desde bens de consumo, serviços de saúde, educação (Estácio), monitoramento de recursos móveis, internet e logística, gestão de recursos humanos, hotéis (rede BHG), energia, petróleo e gás, entretenimento, setor

103 A respeito, ver: <https://www.investe.sp.gov.br/noticia/fundo-patria-cria-a-veloce-para-atuar-em-transportes/>

104 O Banco vendeu a Casa do Pão de Queijo para o Standard Bank por R\$ 70 milhões de reais. A respeito, ver: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1401862-9356,00-PATRIA+VENDE+CASA+DO+PAO+DE+QUEIJO+POR+R+MILHOES.html

105 A respeito, ver: <https://www.valor.com.br/agro/6059793/patria-adquire-mais-uma-distribuidora-de-insumos>

106 A respeito, ver: <https://www.valor.com.br/agro/6059793/patria-adquire-mais-uma-distribuidora-de-insumos>

107 Consta no apêndice a discriminação das instituições adquiridas ao fim do projeto.

108 Para maiores informações, ver: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,anhanguera-compra-uniban-por-r-510-milhoes,773921>

109 A respeito, ver: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2014/08/grupo-estacio-chega-ao-amazonas-apos-compra-da-faculdade-literatus.html>

imobiliário, gestão de shoppings centers (como os grupos BR Mall, Gafisa) e telecomunicações¹¹⁰.

Em 2010, a Estácio Participações, por meio de oferta pública de ações, já havia capitalizado R\$ 685 milhões¹¹¹ e, seguindo a política agressiva de capitalização, o grupo em 2013 captou mais R\$ 768 milhões em recursos com ações primárias e secundárias na Bolsa de Valores, que, segundo a estratégia empresarial, 70% seria utilizado para aquisições, 10% para investimentos na modalidade a distancia, 10% para a construção de novos campi e 5% para abertura de laboratórios¹¹².

Neste caso é importante realçar que no caso das ações secundarias, no valor de R\$ 151 milhões, seriam destinadas aos acionistas *Private Equity Partners C, LLC* e *GPCP4* – fundo de investimento em participações, cujos coordenadores são abertamente o setor financeiro, como o *Credit Suisse* (líder), *Itaú BBA*, *BofA Merrill Lynch* e *Bradesco BBI*¹¹³, consolidando a tendência de financeirização do ensino superior.

No ano de 2013, após a compra do Centro Universitário UNISEB pela Estácio¹¹⁴, que possuía 37 mil alunos, seguindo a lógica do capital comércio de dinheiro, o fundo *GP Investments* optou pelo desinvestimento na Estácio Participações, vendendo aproximadamente 22 mil ações que possuía na empresa, depois de um retorno de 2,3 vezes do valor investido, recebendo um montante de aproximadamente R\$ 230 milhões de reais¹¹⁵.

A partir de 2013, as ações que pertenciam ao grupo *GP Investments* foram adquiridas pelo empresário Chaim Zaer, que era proprietário do Grupo Uniseb, associado em *joint venture* ao conglomerado Estácio¹¹⁶.

Ainda em 2013, possivelmente como resposta ao mercado ante a fusão que robusteceu a Kroton, a Estácio, que já controlava 334 mil matrículas e possuía atuação

110 A respeito, ver: <http://www.gp-investments.com/investimentos/?lang=pt-br>

111 A venda das ações da Estácio tiveram como líder o BTG Pactual, o Crédit Suisse e o Santander. A respeito, ver: <https://oglobo.globo.com/economia/com-lote-suplementar-oferta-da-estacio-capta-6855-milhoes-2941282>

112 A respeito, ver: <https://economia.ig.com.br/mercados/2013-01-23/estacio-movimenta-r-7688-milhoes-em-oferta-publica.html>

113 Ver <http://exame.abril.com.br/mercados/noticias/estacio-capta-r-768-6-mi-em-oferta-de-acoas-4>

114 A respeito, ver: <https://economia.ig.com.br/mercados/2013-01-23/estacio-movimenta-r-7688-milhoes-em-oferta-publica.html>

115 A respeito, ver: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/09/gp-investments-vende-totalidade-de-sua-participacao-na-estacio.html>

116 Ver <http://www.valor.com.br/empresas/3279076/chaim-compra-fatia-do-gp-na-estacio>

em vinte estados da federação e no Distrito Federal, anunciou a aquisição da TCA Investimentos, controlada pelo grupo Uniseb, por aproximadamente R\$ 615 milhões¹¹⁷.

A Uniseb, fundada em 1999, possuía quase 40 mil alunos no mercado da região de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Araçatuba. A incorporação permitiria ao grupo carioca o acesso aos cursos de graduação presencial e à distância e pós-graduação da instituição no prodigioso mercado paulista, onde já detinha unidades presenciais, mas ainda hegemônico pela Kroton Educacional e Anhanguera Educacional.

Importante realçar que a aquisição da Uniseb pela Estácio permitiu que o grupo saltasse de 55 para 216 polos de educação à distância e foi influenciada pela fusão anunciada pela *Kroton/Anhanguera*, na medida em que o presidente da Estácio reconheceu que se formou um competidor de alto nível e a movimentação, como resposta, foi no segmento à distância¹¹⁸.

No ano de 2016 foi anunciada a fusão da *Kroton Educacional* e da *Estácio Participações*, que foi recebida com grande euforia pelo mercado financeiro, expressa da alta valor das ações das empresas¹¹⁹, que apesar de não ter sido aprovada pelo CADE, criaria um gigantesco grupo, em negócio que unificaria o líder e vice-líder do segmento educacional no país, que controlariam 1,01 milhão e 588 mil matrículas, respectivamente, numa operação de aproximadamente R\$ 5,5 bilhões¹²⁰.

Antes mesmo de concretizar a fusão, entretanto, a dinâmica especulativa tornou-se mais evidente. No dia 01 de Julho de 2016, por exemplo, às 11h30min h, a Kroton elevou sua proposta de aquisição e, como consequência, suas ações subiram 5,14% sendo comercializadas por R\$ 14,50, enquanto as ações da Estácio avançaram pra 2,88%, vendidas por R\$ 17,45 e as da Ser Educacional, que já havia elevado proposta de compra para R\$ 1 bilhão e reajustado o valor de R\$ 1,92 para R\$ 3,25 por ação¹²¹,

117 Ver <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/09/1341048-estacio-participacoes-compra-uniseb-por-r-6153-milhoes.shtml>

118 <http://www.valor.com.br/empresas/3269694/fusao-entre-kroton-e-anhanguera-impulsionou-aquisicao-da-uniseb>

119 A respeito, ver: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/kroton-e-estacio-terao-23-do-mercado-diz-consultoria.ghtml>

120 A respeito, ver: <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2016/07/kroton-melhora-oferta-e-conselho-da-estacio-diz-que-aceita-uniao-20160701092505271435.html>

121 Importante salientar que a família Zaher, acionista da Estácio, associado posteriormente a incorporação da Uniseb, se manifestou contrária a venda ao grupo Kroton e cogitou oferecer R\$ 2 bilhões em ações aos bancos em troca de financiamento que pudesse elevar o controle do grupo para 51% e, assim, inviabilizar a venda. Ver mais em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/06/1786802-ser-educacional-sobe-a-r-1-bi-oferta-de-dividendo-em-fusao-com-estacio.shtml>

também apresentou crescimento de suas ações por meio da proposta de compra, subindo 0,64%, por R\$ 12,55¹²².

O cenário da monopolização é tal que a atual arquitetura financeira permite inclusive que acionistas possam ter investimentos em vários grupos e conglomerados. Este é o caso, por exemplo, do fundo *Oppenheimer* que possui 5% das ações da *Kroton Educacional* e é, ao mesmo tempo, o maior acionista individual da *Estácio Participações*, com uma fatia de 17,7%. Os fundos *Oppenheimer*, *Coronation*, *Capital* e *BlackRock*, que podem estar dispersos na sociedade por meio de um sem número de fundos pulverizados, detinham no ano de 2018 41% das ações da Estácio e 21% das ações da Kroton.

O grupo SEB (que envolvia as marcas de ensino Dom Bosco, COC, Pueri Domus e Name), que havia adquirido em 2009 cinco empresas educacionais, foi em parte controlado no ano de 2010 pelo fundo *Pearson* pelo valor de R\$ 888 milhões de reais, assumindo o controle multimercado da editora, da produção de material didático, desenvolvimento de apostilas e treinamento de professores¹²³.

O fundo Pearson é um grupo de origem britânica que se notabilizou por ser o maior conglomerado editorial do mundo, atuando em mais de 60 países e controlando marcas como o *Financial Times* e *The Economist*, atuando também no mercado de ensino e idiomas, controlando o grupo *Multi* no Brasil, adquirido por R\$ 1,7 bilhão de reais em 2013, incorporando as gigantescas redes *Wizard*, *Skill* e *Yazigi*. A partir de 2013 definiu uma nova estrutura organizacional de negócios em torno da educação, ensino superior e profissional.

O fundo Pearson vendeu o grupo SEB no ano de 2017 novamente ao sistema Pueri Domus, grupo originário, pelo dobro do valor da compra ao empresário Chaim Zaher, que reduziu sua participação na Estácio Participações e voltou-se ao mercado de educação básica¹²⁴.

Outro grande destaque tem sido o grupo *Ser Educacional*. Trata-se de um grupo criado em Recife, seguindo a trajetória de transformação de cursos preparatórios para concursos na área jurídica, herdeiro do Complexo Educacional Bureau Jurídico, que no

122 <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/07/1787560-kroton-aumenta-oferta-e-conselho-da-estacio-diz-que-aceita-fusao.shtml>

123 A respeito, ver: <https://oglobo.globo.com/economia/pearson-compra-parte-da-seb-sistema-educacional-brasileiro-2976439>

124 A respeito, ver: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/01/1854199-grupo-seb-recompra-sistema-pueri-domus-vendido-ao-britanico-pearson.shtml>

ano de 2003 deu origem ao grupo que tem como núcleo a Faculdade Maurício de Nassau e a Faculdade Joaquim Nabuco, voltada para um perfil de menor poder aquisitivo e sediada em Paulista, região metropolitana de Recife. Este grupo se consolidou e adquiriu instituições nas proximidades, expandindo-se a partir de João Pessoa e Campina Grande¹²⁵. Em Outubro de 2008 o *Cartesian Capital Group* associou-se ao grupo com participação de 11,% das ações com aporte de R\$ 48 milhões¹²⁶.

O *Cartesian Capital Group* é uma gestora norte-americana de fundos de participação em empresas que estreou seus investimentos no Brasil justamente no segmento educacional, por meio do fundo *Pangaea One*, que adquiriu ações junto a Faculdade Mauricio de Nassau e que possui R\$ 1 bilhão em recursos para investimentos na América Latina e no Leste Europeu. Como exigência para o investimento, o fundo exigiu que a empresa fosse transformada numa sociedade anônima de capital fechado.

Importante destacar que se trata de um fundo de investimento especializado e direcionado para empresas de alto crescimento e mercados emergentes e investindo preferencialmente em empresas que tenham como eixo a expansão internacional de seus negócios

Em 2009 o grupo redefiniu suas diretrizes acadêmicas, unifica matrizes curriculares e planos de ensino das disciplinas, iniciando metodologias de diário eletrônico e auditorias acadêmicas, mantendo reformulações e trajetórias de crescimento também em 2010, quando auditores do Banco Mundial aprovam linha de crédito no valor de R\$ 80 milhões. Esta linha de crédito não merece apenas o destaque pontual. Foi a primeira vez que o grupo Banco Mundial disponibilizou crédito específico para expansão do ensino superior privado de um grupo educacional particular. Foi a partir daí que o grupo denominou-se especificamente Ser Educacional, com finalidade abertamente lucrativa¹²⁷.

125 Segundo o site oficial do grupo, pouco mais de três anos após sua fundação o grupo consolida-se como uma instituição focada em crescimento e expansão. É desta forma que adquire instituições em João Pessoa e Campina Grande, maiores cidades do vizinho Estado da Paraíba e no ano de 2007 implementa um Conselho Consultivo como forma de orientar suas estratégias de crescimento, em parceria com a Hoper Consultoria. Neste ano o grupo adquire as Faculdades Joaquim Nabuco, orientada por um modelo de negócios voltado para alunos de baixa renda.

126 A respeito, ver: <https://www.sereducacional.com/imprensa/banco-mundial-financia-expansao-do-grupo-ser-educacional>

127 A respeito, ver: <https://www.sereducacional.com/imprensa/banco-mundial-financia-expansao-do-grupo-ser-educacional>

As mudanças de nomenclatura tanto das instituições controladoras como das adquiridas ainda são um desafio grande, dada à dificuldade metodológicas de cruzamento de dados na obtenção do material.

A Faculdade Mauricio de Nassau tornou-se, em 2012, Centro Universitário UNINASSAU. A partir de 2013 o grupo apresenta oferta inicial pública (IPO) e debuta na Bolsa de Valores, onde consegue captar R\$ 617 milhões de reais, que, conforme seu próprio site apresenta, “passa a fazer parte do rol de empresas de capital aberto com os mais avançados níveis de governança corporativa do mercado”¹²⁸.

Após o IPO, o fundo *Cartesian* diminui sua participação no grupo. Merece destaque também que as variadas aquisições que integraram em seu portfólio, com a compra de unidades no Pará, Sergipe, Bahia, Rio Grande do Norte e Alagoas. Merece destaque a aquisição da CESESUP (Centro Nacional de Educação Superior Ltda.) e a aquisição de 100% do capital social da Universidade de Guarulhos (UNG), adentrando no importante mercado educacional paulista.

A entrada das novas empresas educacionais nos circuitos de valorização do capital, vinculadas às complexas redes que envolvem os fundos de investimentos quando da abertura de seus capitais na bolsa de valores, significou também a adoção de novos modelos de gestão para se tornar atraente aos investidores. Procura-se construir um tipo de gestão corporativa que deve substituir os arranjos de gestão empresarial anteriores. Como expressão de saúde financeira com capitalização, as empresas educacionais têm adotado modelos de gestão típicos desta fase de financeirização.

A governança corporativa refere-se neste caso a estratégia administrativa desenvolvida, segundo Ruas (2016), após a entrada de “novos players, os grandes fundos de investimentos principalmente estrangeiros, exigiu um modelo de gestão que trouxesse mais transparência nas ações e mais lucratividade para o negócio” (p. 175).

Trata-se, neste caso, de uma das principais estratégias contemporâneas de produção de valor quando da associação do capital comércio de dinheiro com o capital industrial ou comercial, cujo desdobramento é a adoção e estabelecimento de políticas e matrizes administrativas bastante agressivas cujo foco será o retorno e lucratividade dos ativos investidos.

128 Disponível em http://ri.sereducacional.com/sereducacional/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=47915

Trata-se de uma estratégia que foi incorporada na gestão das instituições controladas por fundos de investimentos. De acordo com Ruas (2016), trata-se de um planejamento estratégico que substitui o planejamento convencional de longo prazo, priorizando retornos imediatos, posto que “os interesses do capital financeiro oscilam conforme o movimento do mercado, necessitando de um tipo de planejamento que responda as exigências da economia competitiva” (p. 178).

A profissionalização da gestão das empresas educacionais tornou-se questão central, posto que deve contemplar a um só tempo a eficiência, criação de valor e consolidação da marca. Como parte deste intento, a inserção de profissionais especializados dos mercados financeiros tornou-se um imperativo para a consolidação da gestão profissional nas instituições adquiridas e operam com a perspectiva de construção uma cultura organizacional de resultados nas instituições de ensino cada vez mais próxima ao mundo dos negócios, ainda que membros das famílias que controlavam ainda estejam em postos de comando.

O paradigma de gestão empresarial se aproxima das estratégias de negócio de qualquer outra grande empresa, indicando a opção pela gestão corporativa por priorizar a valorização e retorno num curto prazo, o que justifica a excessiva preocupação com divulgação de relatórios trimestrais de desempenho e preço de ações para tranquilizar os investidores e o mercado financeiro.

Entendemos por governança corporativa o padrão de gestão do trabalho segundo o qual as empresas e organizações são monitoradas, dirigidas e incentivadas, numa matriz que envolve relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de controle e fiscalização e demais partes, estruturando prioritariamente um modelo pelo qual o proprietário (acionista/investidor) delega a um administrador especializado o poder de decisão sobre a empresa.

No Brasil as práticas de gestão corporativa expandem-se a partir de dois momentos fundamentais: (i) o primeiro a partir das privatizações de empresas públicas e abertura do mercado nacional no percurso dos anos 1990; e (ii) com a crescente abertura de capitais de empresas nas bolsas de valores, quando os investidores estão dispostos a pagar maior valor por empresas que adotem práticas de gestão corporativa¹²⁹.

129 Para mais informações, acessar <http://www.ibgc.org.br/inter.php?id=18166>

Como parte da gestão corporativa, os Conselhos de Administração têm cumprido papel importante nas questões estratégicas da empresa, apontados como o principal componente nos sistemas de governança, nos assuntos financeiros e nos eventuais riscos e gestão de recursos humanos, não obstante contando com auxílio dos comitês de apoio¹³⁰.

No caso da *Estácio Participações*, por exemplo, se adota desde 2008, após aprovação em Assembleia Geral, contrato com a Bolsa de Valores, assumindo compromisso de *Práticas Diferenciadas de Gestão Corporativa*, entre os quais se destacam emissão de ações ordinárias; a garantia de circulação de pelo menos 25% do capital total da empresa; políticas rígidas de divulgação das negociações realizadas pela empresa e pelos seus acionistas; submissão de qualquer acordo de ação e opção de compras pela Bolsa de Valores; adoção irrestrita das normas do regulamento de arbitragem da Bolsa de Valores; contratação de empresas de auditoria independente para análises de balanços e demonstrativos financeiros; transparência nos relatórios anuais de administração; previsão estatutária de arbitragem como forma de solução entre conflitos de sócios e empresa; conselheiros experientes em questões operacionais e financeiras e acumulando participações em outros conselhos; entre outros¹³¹.

A adoção destes princípios de governança corporativa tornou mais dinâmico e rentável um mercado que já era promissor, posto que aproximou as instituições educacionais do modelo adotado nas grandes empresas controladas pelo capital rentista, acenando com lucros e retorno de investimentos.

Desta forma, a governança/gestão corporativa torna-se parte fundamental da estratégia do capital portador de juros e fictício para produção de valor no ensino superior. Apenas foi possível levantar os princípios que norteiam a governança corporativa no grupo *Estácio Participações*. Temos, entretanto, o desafio de aprofundar empiricamente, apontando as principais estratégias que dinamizam a governança, relacionando ao contexto atual quando se consolidou a maior empresa educacional *Kroton-Anhanguera* que incorporou a vice-líder *Estácio Participações*.

130 Os comitês mais importantes tem sido Acadêmico; Auditoria; Financeiro; Marketing; Relacionamento; Gestão e riscos; e Recursos Humanos.

131 Ver mais em http://www.estacioparticipacoes.com.br/estacio2010/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=30100&conta=28

CAPÍTULO 2 - CONCENTRAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Este capítulo identifica os principais aspectos que constituem o cenário de concentração e a monopolização no ensino superior privado atualmente, como é o caso da natureza acionária e empresarial das maiores instituições de ensino superior privado ou as organizações econômicas vinculadas ao capital comércio de dinheiro que as controlam.

Para isto, é importante situar três pontos de partida que consideramos fundamentais: (i) indicar o processo que conduz ao controle majoritário do setor privado a partir da ditadura empresarial-militar, especialmente por meio da reforma universitária de 1968; (ii) comentar o lugar que ocupou o ensino superior com os desdobramentos do processo de redemocratização, pelo significado da sociedade civil nas disputas pela concepção de público e privado; (iii) e as principais medidas e políticas no octênio FHC no processo de mercantilização que caracteriza os anos 1990 e início dos anos 2000.

Este panorama nos permite entender mediações e eixos importantes para o atual estágio de mercantilização do ensino superior.

2.1 FOMENTO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR

Alguns determinantes do processo de mercantilização do ensino superior podem ser recuperados por meio da análise da opção política pelo mercado desde a ditadura empresarial-militar (1964-1985). É relevante destacar que este trabalho de doutoramento foi defendido num momento bastante difícil da história brasileira, com um governo abertamente alinhado com as frações mais reacionárias da sociedade brasileira, construindo um novo bloco no poder, diretamente alinhado ao imperialismo estadunidense, coetâneo de tentativas de revisionismo da historiografia acerca do próprio significado da ditadura empresarial militar.

Nesta subseção especifica exploraremos (i) algumas contribuições a respeito do caráter do capitalismo brasileiro que foi organizado pela formação de um novo bloco no poder com os militares e os empresários à frente, que reorganizaram as classes no país e as opções econômicas adotadas que consolidaram a associação de maneira dependente do capitalismo brasileiro, por meio da subsunção ao capital estrangeiro, tal qual (ii) as principais políticas educacionais que inseridas nos propósitos dos governos autoritários que aprofundaram a heteronomia nas universidades públicas e forneceu conseqüentemente as bases para um profundo processo de mercantilização do ensino superior – da qual a forma atual (mercantilização de novo tipo) é típica da forma da dominância financeira.

Leher (2018) destaca que no período que compreende o final dos anos 1950 até os anos 1970, fundamentada na teoria do capital humano¹³², a ideologia do desenvolvimento¹³³ foi dominante e difundiu-se que o “atraso educacional” poderia ser superado no bojo do desenvolvimento, afinal os governos militares abraçaram o quadro

132 A teoria do capital humano guarda relação com a teoria econômica proposta por Jacob Mincer e popularizada Schultz e Becker nas décadas de 1950 e 1960. Consiste na crença ideológica de que o trabalho é um tipo de capital que será tão mais produtivo quanto maior for sua qualificação, alterando não apenas o produto do trabalho (qualidade da mercadoria), mas um fator preponderante para geração de riqueza, crescimento econômico e justiça social no interior dos países. Assim, é atribuído um valor social e econômico à educação. A respeito do tema, ver Motta (2012).

133 A temática da ideologia do desenvolvimento certamente poderia ser o objeto de outra tese de doutoramento. Não pretendemos esgotar nem resumir este importante debate teórico. Mas recorreremos a Bielschowsky (2004) que entende o desenvolvimentismo como ideologia de superação do subdesenvolvimento por meio da estratégia de acumulação de capital na indústria, que se torna hegemônica a partir dos anos 1950. A propósito, o termo desenvolvimentismo, como observa Prado (2015) é usado para caracterizar não somente uma ideologia, mas um período histórico entre os anos 1950 e 1980.

proposto de evolucionismo proposto por Rostov¹³⁴ e as proposições de Theodore Schultz ou mesmo por intelectuais da *Escola de Chicago*¹³⁵ que ocuparam posições importantes nos governos autoritários, como a direção do Banco Central¹³⁶.

Fernandes (1981) constrói um quadro analítico importante para dar conta do período empresarial-militar – especialmente a partir do papel que cumprem as classes e as frações de classes após o golpe e particularmente a maneira como as classes dominantes operam o Brasil como parte do capitalismo mundial, entendendo a dependência como parte da dinâmica de acumulação do capital, destacando os nexos entre as frações burguesas locais e internacionais e a associação que ocorre no âmbito da dependência e a formas particulares de exploração e expropriação exigida por este modo de produção¹³⁷.

Nesta perspectiva, o capitalismo dependente é entendido como uma especificidade do capitalismo monopolista – que se consolida no Brasil a partir da intervenção da ditadura empresarial-militar. Para Fernandes (1981) a dependência econômica é diretamente responsável pela heteronomia cultural.

134 Walt Rostov (1916-2003) fora economista anticomunista e conselheiro dos ex-presidentes norte-americanos John Keneddy e Lindon Johnson (que sucedeu este último na Presidência da República, quando de seu assassinato), tendo papel importante na formulação da política externa norte-americana para os países da periferia do capitalismo.

135 O termo *Escola de Chicago* faz referência ao grupo liderado por Milton Friedman, cujas melhores proposições podem ser exploradas na obra *Capitalismo e Liberdade*, e George Stigler, no campo microeconômico, naquela instituição, tornando-se expoentes do liberalismo a partir da segunda metade do século XX, criticando abertamente a intervenção estatal na economia, enfrentando teoricamente e também politicamente as proposições dominantes na economia norte-americana, especialmente aquelas vinculadas ao keynesianismo. Segundo Friedman, a oferta da moeda em termos de política monetária deveria seguir a regra de expansão, discordando da proposição keynesianista de ajuste a partir dos ciclos econômicos, com a intervenção estatal tendo possibilidades de agravar mais ainda o quadro de crise econômica. Suas ideias estiveram presentes a partir dos anos 1980 nos programas de governo de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, nos Estados Unidos e Inglaterra, respectivamente. Na América Latina, a experiência chilena durante a ditadura comandada por Augusto Pinochet é reconhecida como o primeiro laboratório de experiências da Escola Chicago na região. No Brasil a influência da Escola de Chicago, apesar das tratativas durante a ditadura, esteve presente na proposta (inacabada) de abertura por Collor de Melo, mas está em maior evidência com o Plano Real, proposto por Fernando Henrique Cardoso, no final do governo de Itamar Franco. Atualmente, com o início do governo de Jair Bolsonaro o economista Paulo Guedes, que fez carreira no mercado financeiro se diz ex-aluno da Universidade Chicago e na equipe econômica temos outros representantes da instituição, como é o caso de Joaquim Levy, escolhido para comandar o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Rubem Novaes, dirigente do Banco do Brasil ou Roberto Castelo Branco, da Petrobras.

136 Este é o caso de Geraldo Lagnoni, por exemplo, que fora presidente do Banco Central durante a ditadura empresarial-militar.

137 A partir da obra *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (1968) o tema do capitalismo dependente já se consolidava como problemática de pesquisa, questão que será mais bem discutida, de forma mais madura com o materialismo como método, posteriormente na obra *Revolução Burguesa no Brasil*, publicada inicialmente em 1975, conformando a mais original obra da formação histórica e social brasileira.

Leher (2018) entende que o golpe empresarial-militar foi dos e para os setores dominantes, com apoio dos principais meios de comunicação do período, operado por grupos de interesse que mantinham sintonia com os principais núcleos do capitalismo monopolista norte-americano, com destaque para organizações burguesas como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que atuaram como partido – na perspectiva elaborada pelo intelectual e dirigente italiano Antônio Gramsci, quando reuniram diversas frações burguesas e elaboraram um programa pós-golpe, propagandeando a possibilidade de um golpe que na figura de Jango representaria o socialismo, o populismo e o sindicalismo, criando condições para a instalação de uma contrarrevolução preventiva, como assinala Fernandes (1981).

Gramsci (2000) considera que a função de um partido – não necessariamente uma sigla que disputa o registro eleitoral para disputas que envolvem o sufrágio – é exercer a tarefa de direção e organização, ou seja, cumpre neste caso funções intelectuais e educativas, unificando na superestrutura aquilo que poderia ser foco de conflito na infraestrutura, coadunando frações de diversas classes sociais, cumprindo funções importantes na luta de classes (que no caso do IPES e IBAD ocorrem na sociedade civil) e na hegemonia.

É preciso entender o componente de classe (das classes dominantes) que presidia o pacto celebrado no golpe empresarial-militar que começa em 1964. Leher (2018) entende que, apesar do reconhecimento das gravíssimas violações de direitos humanos no período autoritário, a mídia e setores dominantes seguiram fazendo crer a tese de que, a despeito dos “excessos” ou falta de democracia, a ditadura “transformou” o país por meio da sua modernização, deslocando o ônus para os setores militares e ocultando os grupos de interesses (econômicos, religiosos, meios de comunicação) que se beneficiaram da ditadura e a direção da mesma sob o comando do capitalismo dependente¹³⁸.

Leher e Silva (2014) concebem o golpe de 1964 como a contrarrevolução dirigida pelas frações burguesas locais numa coalizão com os militares e associada aos núcleos imperialistas dominantes, que constrói as bases para a consolidação do

138 O autor acrescenta que a partir dos anos 1990 houve uma revisão historiográfica que suprimiu a participação dos grupos econômicos pela sociedade civil, negando afrontosamente a vasta participação que setores ligados à Agência norte-americana para o desenvolvimento (USAID) ou das frações burguesas locais que se beneficiaram do golpe.

capitalismo monopolista, que erigiu, no exemplo da educação superior, “um sofisticado aparato de fomento à ciência e à tecnologia que enredou de modo profundo o cotidiano da vida universitária com a racionalidade da universidade operacional, utilitarista e pragmática” (p. 14).

Na esteira das disputas do período cômoda conhecida Guerra Fria (1945-1989), o imperialismo, por questões de correlações de força no seio do bloco no poder, permitiu alguns movimentos que questionavam em certa medida o *status quo*, como foi o caso do *Movimento dos Países Não Alinhados* e de reivindicações que criaram, por exemplo, a *Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)*, processos de nacionalização de empresas estratégicas, vinculações de preços e tarifas, entre outros. Neste lapso, debelado pelas tensões imperialistas, Leher (2018) pondera que estrategistas do Departamento de Estado norte-americano observaram que efetivamente poucas nações representavam perigos reais à estabilidade, de modo que apenas algumas foram consideradas prioritárias para assistência técnica e repasse de recursos, entre elas o Brasil, a Argentina e o México, que experimentaram processos de modernização conservadora.

Para Leher (2018), os adeptos do modelo de modernização implementado pela ditadura empresarial-militar, em aberta militância contra a herança do populismo nacionalista, defendem um novo bloco de poder que se estruturava pelo aprofundamento da relação com o capital estrangeiro.

Assim explica-se a associação das frações burguesas locais ao imperialismo na medida em que, pressionadas por mobilizações empreendidas “dentro da ordem” com vistas à realização de reformas que ampliassem direitos sociais, optaram pela aliança que viabilizou o golpe empresarial-militar, “justificado” em nome da luta contra as mobilizações que ocorriam dentro da ordem – apresentadas como “fora da ordem”, tentando legitimar socialmente o conjunto de barbaridades cometidas no período. Assim, os militares são escolhidos pelo Departamento de Estado, representado pela Aliança pelo Progresso, para conduzir o dito processo de modernização.

Entretanto, é um grave erro analítico entender que o golpe empresarial-militar foi um processo exógeno. Ao contrário, as frações burguesas locais tiveram papel decisivo, tendo êxito na construção de um novo bloco dirigente do capital que tornou o Estado indutor do capital via frações que organizam a coalizão dominante – não por um acaso um conjunto significativo de empresas (nacionais e estrangeiras) nasceram e

encontraram vertiginoso crescimento neste período, revelando a face civil e empresarial dos governos que, erroneamente, são apontados apenas como militares – mas cujo papel foi decisivo para o fortalecimento dos grandes grupos privados¹³⁹.

É por este motivo que, obedecendo à determinação de que a modernização deveria ocorrer rapidamente e apresentar resultados imediatos, são construídas condições de infraestrutura (que reduziram significativamente os custos de diversos setores produtivos, como foi o caso da abertura de estradas ou complexos industriais), possibilitada por meio de empréstimos robustos e pela tributação regressiva, lapidando cuidadosamente o conhecido ambiente para uma situação de aparente crescimento econômico, o conhecido “milagre econômico”.

É desta forma que o processo de modernização implementado carrega em si elementos conservadores e que impedem a leitura de um “milagre econômico” – nos dizeres de Fernandes, que prefere ler o crescimento do período como parte do processo de incorporação do Brasil ao capitalismo monopolista, como explica muito bem Leher (2018):

Toda vez que isso ocorre, os países incorporados recebem um volume de tecnologia e de capital e, de imediato, cria-se uma aparente situação de euforia de desenvolvimento, mas, em seguida, o país tem de pagar a conta quando, então, as desvantagens ficam visíveis (p. 143).

Assim, segundo Leher (2018), a criação/fortalecimento de grandes empresas estatais, a entrada de multinacionais ou a consolidação de grandes empresas nacionais eram a expressão de um novo cenário de desenvolvimento, do qual as universidades também eram parte deste processo. Assim, a aparente modernização empreendida pelo bloco de poder empresarial-militar tem limite no capitalismo dependente e suas consequências nefastas, aprofundando a heteronomia cultural.

A compreensão do capitalismo dependente permite identificar as dificuldades que as frações burguesas dominantes tiveram e ainda têm, ao se associarem de maneira subordinada aos núcleos hegemônicos do capitalismo mundial, de empolgar revoluções

139 Entre os grandes grupos beneficiários da ditadura empresarial militar podemos destacar o Bradesco, Banco Mercantil, Camargo Correa, Grupo Objetivo, Folha de São Paulo, Nestle, Ford, General Motors, Volkswagen, Ford, entre outros. A respeito deste assunto, ver: <https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20141212/empresas-ditadura/216503.shtml>.

burguesas clássicas, que universalizem a educação, por exemplo, criando obstáculos para reformas educacionais pela especificidade da revolução burguesa no Brasil.

A problemática da revolução burguesa no Brasil, nos dizeres de Fernandes (1981), envolve a rigor a formação histórica do capitalismo brasileiro, as relações entre as frações de classes dominantes e sua associação com o núcleo hegemônico do capitalismo mundial – denotando a especificidade dependente da revolução burguesa no Brasil e as possibilidades para um desenvolvimento independente do país. Florestan entende que a consolidação do capitalismo no Brasil ocorre desde o século XIX com a abertura dos portos e vai até meados do século seguinte com o estabelecimento de um capitalismo competitivo, sequenciado pelo capitalismo monopolista.

O autor, que discordava das proposições de esquerda da época¹⁴⁰, entende que o capitalismo foi consolidado como uma experiência neoclássica, gerando uma situação particular que media a relação entre o desenvolvimento desigual e o imperialismo – o capitalismo dependente. Importante observar que o autor abandona a tese da “demora cultural” que havia presidido outros trabalhos e assume o capitalismo dependente como o fator explicativo principal das desigualdades.

No entendimento deste trabalho de doutoramento os nexos entre os processos de mercantilização da educação (que assume uma configuração nos anos 1990 e outra sob a dominância financeira nos anos 2000) e a ditadura empresarial-militar precisam ser examinados para análises corretas sobre a natureza do capitalismo brasileiro e o ensino superior, evitando análises que, via de regra, desconsideram a herança de mercantilização deixada pelo período.

Após a efetivação do golpe empresarial-militar no ano de 1964, mudanças importantes ocorreram alterando o *ethos* do ensino superior da época. A reforma universitária de 1968, a defesa de verbas públicas para instituições privadas e a imposição de uma agenda de pesquisa, no caso das universidades públicas, com interesses atinentes ao desejados pelos militares constituem o fio condutor que aprofundou, segundo Leher (2014), a responsabilidade da universidade com o capitalismo monopolista e expõem seus nexos.

140 Notadamente a posição do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que à época ainda via o país como uma nação semifeudal e que preconizava aliança dos trabalhadores com setores progressistas da burguesia nacional.

Leher e Silva (2014) identificam iniciativas como a *Comissão Meira Matos* (1967)¹⁴¹ ou o grupo de trabalho da reforma universitária¹⁴² no ano seguinte como paradigmáticos na tentativa de ajuste da universidade brasileira ao capitalismo monopolista. Dito de outro modo inicia-se o processo de construção de uma universidade para o capitalismo dependente. Assim:

A consolidação e o crescimento quantitativo da universidade e da pós-graduação se dão sob a égide autocrática, desvinculado de um projeto auto propellido de desenvolvimento científico comprometido com os problemas atuais e futuros dos povos. O crescimento acelerado da pós-graduação, por isso, aprofundou a heteronomia da universidade vis-à-vis ao Estado e ao capital. Ainda que, contraditoriamente, tenha propiciado condições de pesquisa teórica relevante, especialmente na educação básica, contribuindo para a formação de pesquisadores, socializou muitos dos novos pesquisadores em conformidade com uma racionalidade tecnicista, não crítica, frente ao padrão de acumulação do capital expropriador e explorador da grande massa popular, difundido como milagre econômico realizado com um enorme custo socioambiental (p. 36).

Desde o *Programa Estratégico de Desenvolvimento* (1968-1970) o objetivo da política de ciência e tecnologia era construção de um instrumento de apoio com expansão nacional, construindo e fortalecendo programas de pós-graduação que investigassem temáticas que viabilizassem o país em áreas consideradas como estratégicas (astronomia, matemática, física, química e tecnologia), na medida em que requeria recursos e instrumentos de controle (possibilitado pela política de editais) para alcançar a “eficácia” almejada¹⁴³.

Para Leher (2018), a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento, lançado em 1974, a alternativa da ditadura foi o esvaziamento da autonomia universitária, deslocando todo o suporte da pesquisa para fora das universidades (em órgãos de

141 A Comissão Meira Matos, em referência ao general Meira Matos, era responsável por elaborar pareceres e proposições sobre as reivindicações dos estudantes de acesso ao ensino superior e planejar e supervisionar os objetivos de expansão e também o controle sobre o ensino superior.

142 O grupo de trabalho da reforma universitária, criado por meio do Decreto 62937, forneceu as bases de mudanças profundas que estruturara o ensino superior a partir de então por meio da promulgação da Lei 5540 de 1968, mais conhecida como reforma universitária de 1968. Entre os membros deste GT destacam-se Newton Sucupira e Roque Maciel de Barros, professores universitários e outros membros do Conselho Federal de Educação. Entre seus objetivos estavam o controle político das universidades públicas e a formação de mão de obra para o mercado de trabalho. Para os objetivos deste trabalho, destaca-se como, uma das consequências, o aumento das matrículas em instituições de ensino privadas, mas também a difusa autonomia conferida às universidades, a escolha dos reitores pelo presidente da república, a criação dos departamentos em substituição às cátedras, anulação do movimento estudantil e o fomento à heteronomia universitária, entre outros.

143 A respeito, ver a dissertação *A Pesquisa científica, os editais de financiamento e a heteronomia acadêmica*, Silva (2012a).

fomento de pesquisa, como a *FINEP*¹⁴⁴ ou o *CNPq*¹⁴⁵, que deixou de ser autarquia para se transformar fundação de direito privado), justificada pela necessidade de flexibilização, num processo que culminou na política de editais para financiamento da pesquisa nos anos 1980¹⁴⁶, fortalecendo a concentração da produção de conhecimento em áreas como energia e agricultura, aprofundando a ofensiva ideológica de “desenvolvimento acelerado com segurança máxima”.

Particularmente no caso da política de editais, o objetivo era:

A estruturação da pesquisa áreas funcionais ao modelo econômico e às necessidades do capitalismo monopolista – garantir um Estado capaz de agregar inteligência em setores estratégicos para acumulação de capital, como energia (petróleo, nuclear e hidrelétrica), engenharia (civil, química, metalúrgica, produção, naval, elétrica, eletrônica), telecomunicação, aeroespacial, agricultura (implementação da revolução verde) e para o controle social do trabalho (administração, economia, saúde, educação, etc.). (LEHER, 2014, p. 141)¹⁴⁷.

Ainda a respeito do II PND, Leher (2018) depreende que, sendo um dos mais notórios e significativos do período empresarial-militar, a revolução verde foi um dos principais objetivos de pesquisa e pós-graduação a partir dos anos 1970, cujo modelo, apoiado pelo Banco Mundial, era consolidar um determinado tipo de concepção de modernização profundamente vinculado às perspectivas internacionalizadas, ratificando o agronegócio em relação às *commodities*, com utilização de tecnologias (mecanização), de recursos híbridos e uso intensivo de energia, tendo como horizonte o aprofundamento do capitalismo no campo¹⁴⁸.

144 Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, empresa pública de fomento à ciência, tecnologia e inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas, com sede no Rio de Janeiro.

145 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, órgão de fomento à pesquisa e inovação vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

146 O autor destaca o controle dos órgãos de fomento a pesquisa por representantes das corporações ou por prepostos vinculados às mesmas.

147 Segundo o autor, parte do intento ditatorial foi a reorientação dos rumos da universidade, afastando-a de referenciais nacional-desenvolvimentistas, em cujos simpatizantes estão expoentes como Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Celso Teixeira, Francisco de Oliveira, entre outros.

148 A respeito da consolidação do capitalismo no campo é preciso recordar a dimensão dos conflitos camponeses desde o início da República até os anos 1960, que assustou frações burguesas e apressaram as ações que organizaram a consolidação do modo de produção capitalista no Brasil nos interiores. Recordemos que até os anos 1960 ainda existiam polêmicas teóricas e políticas a respeito da natureza do modo de produção brasileiro. .

Como parte do intento de adaptação da universidade ao capitalismo dependente, a expansão da pós-graduação também seguiu um caminho particular. Leher e Silva (2014) destacam o vertiginoso aumento no número de programas de pós-graduação no período subsequente ao golpe, passando de 36 em 1965 para 1116 em 1985, por exemplo. Os autores entendem que esta expansão não foi num contexto reformista burguês. Ao contrário, a contrarrevolução preventiva¹⁴⁹ em curso objetivava alinhar o país de forma dependente aos núcleos hegemônicos do capitalismo mundial.

Isso significa dizer, segundo Leher e Silva (2014), que a consolidação da pesquisa e da pós-graduação e do aparato de ciência e tecnologia brasileira ocorreu “pari-passu à institucionalização da heteronomia universitária imposta por uma severa ditadura empresarial militar” (p. 17), na medida em que a expansão da pesquisa e dos estudos de pós-graduação *stricto senso* (mestrados e doutorados) significou diametralmente menor autonomia universitária¹⁵⁰.

Leher e Silva (2014), reivindicando o conceito de “destruição criadora” elaborado por Schumpeter, destacam que, apesar do contexto fortemente autoritário do período¹⁵¹, não se pode reduzir o período à destruição. Ao contrário, o governo logrou uma reforma universitária “exitosa”, que concebia a universidade como um nicho capaz de formar mão de obra com a sofisticação necessária para a infraestrutura indispensável ao capitalismo monopolista, especialmente em áreas como energia, agricultura, engenharias e telecomunicações.

Assim, a condução da pós-graduação foi referenciada pelo objetivo estratégico de formação de capital humano. Concomitantemente, para os objetivos do II PND era necessária uma estrutura de ciência e tecnologia que pudesse se adequar às condições sociais e ambientais do país; formação de técnicos comprometidos com o novo paradigma da ciência em vigor a partir de então; e a estruturação de um ambiente de produção de conhecimento em áreas como genética, fisiologia, agronomia, física nuclear (fundamental para objetivos militares) e demais componentes que permitiram avançar em direção à “modernização conservadora”, de tal modo que criasse a

149 Sobre o conceito de contrarrevolução permanente é importante entendê-lo como um movimento estruturado pelas frações de classe dominantes que, a rigor, determina a manutenção da ordem, entendendo os mais diversos movimentos dentro da ordem como fora da ordem. A respeito, ver Fernandes (1981).

150 Os autores destacam, por exemplo, que as primeiras iniciativas de maior envergadura no campo da ciência e tecnologia estavam orientadas por uma *ratio* militar e pela ideologia do desenvolvimento, pensando nos desafios e obstáculos para a industrialização.

151 Expressão do autoritarismo foi a Lei Suplicy de Lacerda, o Decreto 477 ou o AI 5 de 1968.

infraestrutura demandada pelo capitalismo monopolista. As mudanças no ensino superior que mais afetaram as instituições públicas foram as que listamos acima. Entretanto, no que se refere às bases do processo de mercantilização atual podemos identificar que as mudanças empreendidas pela ditadura também estão expressas no escopo da *Lei 5540/1968*, no *Decreto 477/1969* ou incorporando o sentido do *Ato Institucional n 5*¹⁵².

A sanha ditatorial pelas mudanças foi tão ampla ao ponto de promover um conjunto de mudanças, entre elas algumas no interior do próprio Conselho Federal de Educação¹⁵³, nomeando novos conselheiros e alterando sua estrutura ao ponto de incluir diversos proprietários ou representantes de instituições de ensino superior privadas.

Tal medida facilitou a expansão do ensino superior privado, por meio de normativas que posteriormente alteraram a legislação tributária e também ampliaram por diversas formas os modelos de financiamento (por repasses diretos ou mecanismos de renúncia fiscal) e/ou instituíram programas de crédito ao estudante para permanência no ensino superior, como é o caso do antigo CREDUC (crédito educativo), que à época também auxiliava estudantes do ensino superior público.

É importante recuperar que a ditadura, ao abandonar o projeto de autonomia cultural, fez a opção política pelo modelo que expandiu o acesso ao ensino superior por meio do fortalecimento do setor privado, pressionado pela chamada “crise dos excedentes”¹⁵⁴. Isso significa que este entendimento, partilhado pelo GT de reforma universitária e no *relatório Atcon*¹⁵⁵, caminhava para avaliação de que algumas

152 É verdade que a Ditadura não pode ser resumida, no terreno educacional, aos termos que citamos neste capítulo. Para maior entendimento, que não abrange os propósitos imediatos deste trabalho, é importante analisar a reforma na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1971, que a ideologia do capital humano aventando a possibilidade de ascensão social pela escolarização ou, no âmbito da universidade, o decreto 574 de 1969, que alterou a oferta de crédito, os critérios para jubileamento ou mesmo a extinção da cátedra e a organização da universidade por departamentos.

153 As atribuições do Conselho Federal de Educação foram assimiladas, na sua maior parte, pelo Conselho Nacional de Educação, criado pela Lei 9131/1995 e órgão integrante da estrutura do Ministério da Educação,

154 A crise dos excedentes relacionava-se com o enorme contingente de estudantes que estavam fora do acesso ao ensino superior, mesmo em tese obtendo aprovação para tal. Este fato pressionava a ditadura empresarial-militar a tomar decisões no sentido de expansão do setor privado como estratégia de absorção deste contingente na perspectiva de evitar conflitos e questionamentos ao poder.

155 Em referência a Rudolph Atcon, especialista norte-americano em planejamento educacional, contratado pelo Ministério da Educação em 1965 para ajudar a formular proposta para o ensino superior brasileiro. Suas proposições estão presentes no relatório “Rumos à reformulação estrutural da universidade brasileira”. Entre suas propostas destacam-se aquelas que procuravam reduzir a participação do movimento estudantil nos processos de decisão ou sugestões para expansão do ensino superior privado.

instituições deveriam ser entendidas como centros de excelência em pesquisa e ciência e tecnologia (LEHER & SILVA, 2014).

Nos dizeres dos autores:

Em nenhum momento a ditadura admitiu a ideia de que a pressão por mais vagas na educação superior poderia ser assimilada pela expansão das universidades públicas. A opção pelo setor privado foi inequívoca. Isenções tributárias foram concedidas para os que tivessem seus filhos matriculados nas organizações de ensino privadas, isenções que se estendiam às próprias empresas, ainda que abrigadas sob o manto da filantropia. Foi aberta uma linha de crédito subsidiada pelo Estado para que os consumidores provenientes de famílias sem recursos pudessem adquirir a mercadoria educacional, por meio do crédito educativo. Reunidas, tais medidas impulsionaram de modo extraordinário a expansão privada. Em 1975 as instituições privadas já dividiam meio a meio as matrículas com as públicas. A exemplo do Programa Universidade para Todos (2004), a justificativa para tais medidas em favor da privatização foi a necessidade da ‘democratização’ urgente do acesso à educação superior, sem que com isso o setor público necessitasse ser ampliado, pois os poucos ‘centros de excelência’ bastariam para dar conta das necessidades de pessoal formado com maior sofisticação científica. Desse modo a exponencial privatização da educação foi mais um dos acres frutos da ditadura empresarial-militar (LEHER, SILVA, 2014).

Cumprido recordar que, no caso da LDB aprovada no ano de 1961, o anteprojeto fora apresentado em 1948 e desde o início sofreu grande oposição no Congresso pelos parlamentares que representavam as escolas privadas e, por exemplo, o próprio parecer do então deputado Gustavo Capanema que paralisou o projeto por anos.

Foi exatamente neste período que o setor privado alegou suposta, havendo retomada do debate a respeito da disputa dos setores privados pelos recursos públicos como a principal disputa da época, conforme Cunha (2007), dividindo o debate entre os setores privatistas que estavam ligados ao *Substitutivo Lacerda*¹⁵⁶ (principalmente vinculados à Igreja Católica) e de outro lado os defensores do caráter público da educação que se organizavam na *Campanha de Defesa da Escola Pública*.

¹⁵⁶ Em 22 de Maio de 1959 o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (PL 2222/1957) que tramitava na Câmara dos Deputados entrou em discussão, tendo recebido um substitutivo do deputado Carlos Lacerda e evidenciou disputas em torno de interesses particulares na oferta do direito à educação. O teor do substitutivo era crítico ao dito monopólio estatal sobre a educação, argumentando sobre experiências europeias da liberdade dos pais escolherem a escola onde queriam que os filhos estudassem. Por detrás dessa discussão estava em jogo a aplicação das verbas públicas para a educação, que segundo o substitutivo deveriam estender-se às instituições privadas de ensino.

Assim, o projeto de LDB aprovado em 1960 na Câmara e ano seguinte no Senado Federal já refletia uma correlação de forças favoráveis aos interesses privatistas, sendo pioneiro no modelo de privatização do ensino – com o Estado como indutor do capital, ainda que com amplas diferenças em relação à natureza da mercantilização atual – e reflete a conformação de um formato de ensino superior com hegemonia privatista desde o período da ditadura empresarial-militar. Cunha (2007) cita a transferência de prerrogativas e responsabilidades para os Conselhos Estaduais de Educação, por exemplo, daquilo que antes era prerrogativa do governo federal, favorecendo interesses privados. O autor indica que a LDB reforçou a concepção privada no ensino superior na medida em que estabeleceu a concepção de universidade como aglomerado de unidades acadêmicas e não pelo pressuposto da função integradora.

Mancebo (2009) recorda que os governos militares aprofundaram ambiguidades no ensino superior. É o caso das consequências da aprovação, em 3 de Dezembro de 1965, do Parecer 977 pelo Conselho Federal de Educação, também conhecido como *Parecer Sucupira*, que reconheceu as experiências de pós-graduação brasileiras e seu modelo de organização (mestrado e doutorado) com consequências de financiamento e desdobramentos tectônicos (institucionalização da profissão docente, construção de laboratórios, expansão da pós-graduação, entre outros), mas também, por outro lado:

As instituições privadas também receberam sólidos incentivos públicos, diretos e indiretos e detinham representação majoritária no CFE, o que, somado às afinidades políticas dos empresários do ensino com os governos militares permitiu-lhes um novo surto de expansão, a ponto de se tornarem majoritárias no ensino superior a partir de então (p. 16).

Alguns grupos importantes nas disputas por hegemonia do período, como foi o caso do IPES, desempenharam papel fundamental nos embates na sociedade civil.¹⁵⁷ Minto (2005) entende que o instituto defendia (i) o fim da gratuidade no ensino superior, (ii) concepção utilitarista do ensino superior e (iii) o combate a expansão da escola pública. Ainda para este autor, a Constituição de 1967 confirmou a opção pelo setor privado ao estabelecer uma série de concessões aos interesses privatistas, especialmente no acesso aos recursos públicos.

¹⁵⁷ Seus fundamentos foram publicizados em 1968 em evento na Pontifícia Universidade Católica (PUC) Rio, denominado “A educação que nos convém”.

É forçoso reconhecer que estas proposições em maior ou menor grau foram assimiladas pela ditadura empresarial-militar. A primeira, apesar de não ter sido concluída – o fim da gratuidade, foi e ainda é defendida por diversos agrupamentos (desde organismos internacionais até equipes do governo atual) em virtude de uma alegada elitização do ensino superior, como se a democratização fosse sinônimo de privatização ou de mercantilização¹⁵⁸; enquanto a segunda foi extremamente bem sucedida quando da heteronomia construída pela ditadura, especialmente com as políticas de editais e expansão da pós-graduação. A terceira, no caso o combate à expansão da escola pública, teve seu germe lançado no período e foi realizada com maior êxito entre os anos 1990 e 2000, auspiciada pela pressão de organismos internacionais que associavam educação e equidade social, preocupados que estavam com a governabilidade do mundo pós-socialista.

Estima-se que entre 1968 e 1972 o Conselho Federal de Educação recebeu 938 pedidos de abertura de instituições para oferta de cursos superiores, aprovando aproximadamente 80% deles – exatamente 759, com a finalidade de equacionar o problema da demanda do acesso ao ensino superior, conforme Martins (2009).

Mancebo e Vale (2013) indicam preocupação, apesar do favorecimento ao setor privado, com análises que reduzem o papel decisivo do Estado. Ao contrário, diversos mecanismos de imunidade impulsionaram empresários a abrir instituições, como é o caso do ISS (imposto sobre serviços), favorecendo a expansão das matrículas; IPTU (imposto predial e territorial urbano) – que permitiu uma grande aquisição de imóveis; imunidade sobre o IRPJ (imposto de renda de pessoa jurídica) – importantíssimo na saúde financeira destas instituições; isenção da cota patronal na contribuição ao antigo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), atual Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS); o Programa de Auxílio às Instituições Não Federais (PANF), que auxiliou despesas com equipamento e infraestrutura; e, possivelmente, o mais importante que foi o antigo Crédito Educativo (CREDUC), criado em 1975, sendo uma importante fonte de financiamento para as instituições privadas de ensino superior.

Para Minto (2005):

158 Este não é um tema concluído. Ao contrário, o programa defendido pelo atual governo, ainda que mascarado pela necessidade de desmoralização das universidades, somado a reportagens e noticiários indicam a disposição em instituir cobrança de mensalidades nas universidades públicas. Ver <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,equipe-de-bolsonaro-quer-cobranca-de-mensalidade-em-universidades-federais,70002557697>

A ditadura militar semeou o terreno do ensino privado, facilitando sua expansão e fazendo deste um período muito importante para o setor. Não porque antes o ensino superior privado fosse insignificante em termos quantitativos – ao contrário -, mas porque foi com o golpe que se iniciou um novo período na história educacional brasileira em que a contrarreforma da universidade viria a selar de vez a intenção de nossas elites em eliminar o caráter crítico da universidade, da produção autônoma de conhecimento, enfim da já parca função da universidade pública, consolidando para este ensino um modelo pautado, via de regra, nos moldes das antigas escolas superiores (p. 110).

O contexto de fortalecimento do movimento estudantil associado à conhecida “crise dos excedentes” (aqueles que possuíam notas para aprovação, mas não encontravam vagas nas universidades) acabou sendo o pano de fundo de um consenso em torno da necessidade de mudanças no ensino superior.

A Lei 5540, por exemplo, estabeleceu a possibilidade do ensino superior não ser apenas desenvolvida em universidades (por meio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão), mas também permitiu a sua oferta em institutos isolados, permitindo sua organização como fundação ou associações, estabelecendo critérios e prioridades para obtenção de recursos públicos por estabelecimentos educacionais.

É verdade que benefícios de isenções tributárias (fiscais ou previdenciárias), importante mecanismo de incentivo à mercantilização, já eram uma realidade desde a Constituição de 1946, mas foi na de 1967, por meio do artigo 168, no seu segundo parágrafo, que foi fortalecido, especialmente com a certificação como entidade filantrópica reconhecida pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), acrescido também dos benefícios concedidos pela isenção do salário-educação.

A CF de 1967 já indicava o uso de recursos públicos e assistência técnica ao ensino particular, mas a possibilidade de oferta de vagas e estabelecimentos isolados permitiu que a situação de complementação do ensino superior privado aumentasse e foi verificado um crescimento sem precedentes neste segmento.

Desta forma, como consequência de políticas deliberadas de favorecimento ao ensino superior privado, obedecendo ao receituário de expansão com contenção e induzindo o capitalismo monopolista na educação, Martins (2009) destaca o crescimento vertiginoso das matrículas nas instituições privadas. Entre 1965 e 1980 o

número de alunos saltou de 142 mil quase 900 mil estudantes e a primeira fase da expansão ocorre até a década de 1970 quando a maioria das instituições eram isoladas.

A partir de então ocorre um processo de fusão de instituições que formam federações ou grupos maiores (centros universitários e mesmo universidades). O autor sugere que o movimento de fusão foi determinado por vantagens competitivas que a unificação poderia render.

Corbucci, Kubota e Meira (2016) observam que foi nos anos 1970 que o setor privado “virou o jogo” e se tornou majoritário na oferta do ensino superior, posto que no ano de 1980 as instituições privadas controlavam 64,3% das matrículas, num total de 885 mil alunos contra 492 mil que estavam nas instituições públicas.

2.2 REDEMOCRATIZAÇÃO, DISPUTAS SOBRE A CONCEPÇÃO DE PÚBLICO NA SOCIEDADE CIVIL E O GOVERNO FHC

A arquitetura atual da mercantilização do ensino superior sob a dominância financeira foi forjada – pelo menos no que se refere aos pilares fundamentais – na opção política da ditadura empresarial-militar, particularmente com a universidade para o capitalismo dependente, ensejando processos de heteronomia nas instituições públicas por meio da política de editais, dos ditos objetivos de desenvolvimento e, por meio, da resposta para a chamada “crise dos excedentes”, robustecendo o setor privado empresarial, que aquela época não se apresentava com clara finalidade lucrativa.

Esta trajetória de mercantilização vigente desde a ditadura também guarda relação com uma crença razoavelmente difundida, resultante das batalhas e lutas de classes no campo da sociedade civil, como observa Gramsci (2000), de que a esfera pública e, portanto, a oferta da educação também se realiza também na sociedade civil, derivando daí o atual cenário de uma esfera organizada pela economia de mercado – atualmente os fundos que controlam majoritariamente a oferta de matrículas no ensino superior privado e que hoje avançam na educação básica e no mercado editorial¹⁵⁹.

159 É verdade que o avanço dos fundos de investimentos não pode mais ser entendido somente com a sua atuação no ensino superior. Ao contrário, abarca hoje o mercado de educação básica e o mercado editorial. É necessário um estudo de envergadura maior para dar conta do processo.

Deriva disto a necessidade de se estabelecer uma breve consideração sobre a sociedade civil e sua relação com os processos de mercantilização da educação desde o período que ficou conhecido como redemocratização (a partir dos anos 1980), especialmente com o aparecimento oficial do conceito público não estatal (presente nos fundamentos da reforma do Estado empreendida por Fernando Henrique Cardoso, que discutiremos a seguir) ou de bem público (retomada principalmente no período social-liberal nos governos do Partido dos Trabalhadores), que podem a rigor ser ofertada tanto pela iniciativa privada quanto pelo setor público, a partir da premissa de que o Estado e o mercado não constituem polos antagônicos por natureza, na medida em que existe uma esfera comum a ambos (externa) – no caso a sociedade civil, posto que sob a ótica dos dominantes difunde-se a noção de que a democracia restringe-se ao plano político e apresentando o mercado como algo espontâneo – negando o papel do Estado como indutor do mercado – e compatível, por meio da sociedade civil, com os valores democráticos (LEHER, 2005).

Leher (2018) indica que a movimentação dos subalternos na passagem dos anos 1970, cujas representações mais expressivas foram os processos que levaram ao reaparecimento das greves ou de movimentos importantes como aqueles dirigidos pelas associações de moradores, movimentos eclesiais, entre outros, não passou incólumes aos olhares dos setores dominantes na América Latina. O autor defende que os *policy makers* tinham consciência da importância de se controlar o processo de transição para que o mesmo não fugisse ao controle.

Foi desta forma que se uniram, no plano ideológico, brasilianistas¹⁶⁰ e intelectuais da oposição consentida no empenho em difundir a *teoria do autoritarismo* e unificar em um mesmo campo os opositores democráticos da ditadura – campo amplo, inclusive com os setores dominantes –, esvaziando o significado da própria ditadura empresarial-militar do ponto de vista do modelo de acumulação e do padrão de exploração da força de trabalho para reduzi-la ao afastamento dos princípios da democracia.

Se por um lado para Florestan Fernandes (1981) a ditadura empresarial militar foi um processo de contrarrevolução preventiva, por outro, a sociedade civil fora concebida como o espaço da luta a favor da democracia contra os regimes militares.

160 Brasilianistas foi o termo utilizado para designar pesquisadores estrangeiros (de ampla maioria estadunidense) que instalados aqui e devidamente financiados levantavam questões acadêmicas e teóricas sobre o Brasil.

Entretanto, esta sociedade civil era ao mesmo tempo o território do mercado e dos determinantes do capital.

Leher (2005) observa que a sociedade civil fora palco de inúmeras e importantes lutas na Europa, especialmente relacionada aos direitos civis e às liberdades, como se observou no *Maio de 1968*¹⁶¹ na França ou na *Primavera de Praga*¹⁶². Na América Latina não fora diferente, aqui movimentos empenharam-se na luta pela redemocratização. Como resultado (evitando simplificações) houve o restabelecimento do capitalismo nos países do leste europeu e a redemocratização na totalidade dos países latino-americanos.

Entretanto, à margem desta luta não ocorreu, como era de se esperar, a ampliação da esfera pública e dos direitos sociais (universalização da saúde, educação, dos sistemas de seguridade social, entre outros), mas principalmente mecanismos de liberalização política (anistia, restabelecimento do sufrágio, livre associação política e partidária, entre outros).

Leher (2005) entende que a sociedade civil e a democracia, no caso brasileiro, abraçaram o mercado, destacando o lugar central que a sociedade civil ocupa do ponto de vista ideológico para a ocultação das principais nervuras e contradições do modo de produção. Utiliza-se o conceito para identificação de um espaço de liberdade exterior ao Estado, pensado a partir da autonomia e da concepção de liberdade e pluralidade, podendo ainda ser simplificado a partir do binômio de um âmbito anti-estatal *versus* estatal – seja controlado pelo mercado ou por entidades de voluntários organizados na sociedade civil que pretende subsumir a dicotomia coerção (patrocinada pelo Estado) e a liberdade (da qual o mercado é a maior expressão, mas ao mesmo tempo vista como a antítese que permite a restrição do poder do Estado), identificando a noção liberal de sociedade civil, sendo uma trincheira de luta contra a ditadura militar.

O autor pondera que a relexilização de alguns termos, especialmente o deslocamento da oposição público *versus* privado é superada, na ótica liberal, pela antítese privado *versus* estatal, sendo coetâneo e dotando de significado reformas do Estado em marcha há pelo menos mais de vinte anos no seio da sociedade civil ou a criação do ambiente do “homem econômico”, que encontra na sociedade civil o sentido

161 A respeito, ver: Botanski e Chiapello (2009).

162 O movimento conhecido como *Primavera de Praga* ocorreu em 1968, quando da chegada de Dubcek ao poder e a tentativa de liberalização política para concessão de direitos naquele país, que no mês de Agosto daquele ano foi ocupado militarmente por Moscou.

para terminologias em voga como flexibilização, desregulamentação, descentralização, autonomia, entre outros.

A transição democrática no Brasil no percurso dos anos 1980 foi exitosa ao incorporar proposições do grupo denominado de *brasilianistas*, que a rigor procuram contrapor de um lado o campo estatal (autoritário) e, do outro, o privado (democrático) - entendendo que a democracia deve ser buscada na sociedade civil liberal e consagrando o liberalismo como princípio ideológico na transição democrática, impedindo reformas de caráter econômico ou social que alterassem a correlação de forças entre as frações de classe.

É por isso que Leher (2005) considera que o bloco no poder no pós-ditadura, a partir da necessidade de remoção do “entulho autoritário”, unificou as forças que em tese repudiavam os métodos autoritários que a ditadura empreendia, ainda que esta coalizão tivesse interesses que se sobrepujassem aos de classe.

É por isso que após o processo constituinte, o discurso anti-estatal esteve abertamente presente nas reformas de cunho neoliberal a partir do governo Collor de Mello, mas com força política expressiva a partir dos governos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Fernandes (apud Leher, 2018), ao identificar o enfraquecimento da ditadura empresarial-militar, já indicara que a transição estava determinada pelos interesses de classe das frações dominantes, embora reconhecesse posteriormente, devido à força dos movimentos organizados pelo novo sindicalismo, as possibilidades de transformações no pós-ditadura, na medida em que as frações que compunham o núcleo do bloco no poder estivessem em negociação para uma transição pelo alto – pactuada pelos interesses dominantes.

Leher (2018) identifica que houve uma complexa elaboração política e teórica que imputou aos militares o ônus da ditadura, eximindo ou minimizando a participação dos setores dominantes (nacionais e estrangeiros) da responsabilidade que tornou o golpe possível e o longo período ditatorial. Assim, a democracia deveria ser retomada a partir da sociedade civil – esfera já controlada pelos setores dominantes, como observa Leher (2005) em outro ensaio.

É possível concluir que a hegemonia do mercado – e, portanto da mercantilização – foi difundida no âmbito da sociedade civil e encontrou nesta o

anteparo necessário para o conseqüente processo de mercantilização de um conjunto de direitos, entre eles a educação.

Assim, ao mesmo tempo em que consagrou o liberalismo como modelo de democracia, a transição resumiu-se à remoção do “entulho autoritário” e repôs condições de funcionamento da democracia liberal – separação dos poderes, livre organização partidária, eleições regulares, direitos individuais e imprensa livre, mas resumiu-se a estes marcos, sem ampliação da participação popular ou dos direitos sociais (LEHER, 2018).

Também não é demais recordar as condições econômicas que o contexto da época determinava, com uma transição democrática marcada pela forte crise estrutural capitalista, de tal forma que os efeitos do endividamento anterior contraído pelos governos empresariais-militares foram sentidos com maior intensidade a partir da subida da taxa de juros, que era menor que 1% nos anos 1970, para patamares próximos a 30% em fins dos anos 1980, acelerando a fuga de capitais que levou países como Brasil, Argentina e México a entrarem em colapso e se declararem sem condições de levar adiante os termos do contrato das dívidas.

O manejo da crise foi pensado em *Wall Street* por intelectuais ligados aos núcleos hegemônicos do capital, apresentando o *Plano Brady* e os termos do *Consenso de Washington* em 1989, sacrificando direitos sociais e o orçamento primário para garantir o pagamento dos serviços da dívida por meio de um profundo processo de reforma do Estado, orientado para diversos países da periferia do capitalismo.

Importante pontuar também, nesta conjuntura, a desregulamentação no segmento do ensino superior privado que contou inclusive com a flexibilização dos critérios para a criação de cursos – especialmente dos requisitos para autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos e instituições do setor privado e a criação do Conselho Nacional de Educação, que substituiu o CFE nas suas atribuições nos anos 1980 (CORBUCCI, MEIRA, KUBOTA, 2016).

Só conseguiremos entender o êxito neoliberal no Brasil, evitando análises resumidas à disjuntiva crise estrutural do capitalismo e reforma do Estado, se o no contexto mais amplo das disputas políticas e ideológicas colocadas desde os anos finais da ditadura até a redemocratização – que guarda relação com a materialidade do sistema capitalista e que imputou um jogo de opostos, polarizando de um lado o negativo

discurso do Estado autoritário *versus* a sociedade civil democrática¹⁶³ e engajada, esta sim o grande arauto da democracia, que trouxeram grandes repercussões nas disputas acerca do referencial de público a ser aplicado em um conjunto de políticas pública e sociais no período seguinte, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988 e das disputas nos anos 1990.

É este o pressuposto da análise de Fontes (2006) sobre a polarização *Estado x sociedade civil*:

Uma das contraposições mais recorrentes tornou-se a que opunha “civil” a “militar”. Sendo uma acepção corriqueira, uma vez que o termo civil é dicionarizado como o que “não é militar, nem eclesiástico ou religioso”, o senso comum passou a designar, de forma equivalente, “regime militar” e “Estado militar” e a contrapor, portanto, a essa ditadura, um regime civil (p. 214).¹⁶⁴

Diante de uma crise do sistema capitalista mundial, que começa nos anos 1970 e que na década de 1980 já estava em processo acelerado no Brasil, é preciso reconhecer a vitória da ideologia liberal de uma sociedade civil que era vista como a antípoda do Estado autoritário¹⁶⁵. Fontes (2006), analisando a década de 1980, destacou a “subalternização dos setores rebeldes, fazendo-os tolerar a dominação de classes” (p. 201), cuja consequência mais explícita foi o apassivamento das lutas.

Leher (2005) demonstra que o neoliberalismo ganha força justamente porque a concepção de público passava por uma crise de legitimidade, por meio da qual existia uma linha de pensamento que apontava a sociedade civil como o espaço da democracia e da liberdade, em contraposição ao Estado autoritário, militar e burocrático. Este é, sem dúvida, um elemento que se torna importante para a compreensão do neoliberalismo no Brasil, fundamentando-se na perspectiva da “positividade do privado” e a “negatividade do público”, no qual “os efeitos concretos desses deslocamentos e ressignificações entre o público e o privado recaíram violentamente contra a educação pública, que se encontra brutalmente degradada na maior parte do país” (p. 2).

163 Sobre sociedade civil, reivindicamos a conceituação de Fontes (2006), que a entende a partir do conceito de Gramsci, como um conjunto de aparelhos privados de hegemonia e espaço da luta de classes nas sociedades capitalistas modernas.

164 Segundo Fontes (2006), contribuiu para a confusão do estatuto teórico – e prático – a respeito do significado da sociedade civil alguns fenômenos internacionais como o movimento negro norte-americano lutando por direitos civis; a fragmentação dos partidos comunistas nos países ocidentais no pós-Maio de 1968; ou a expansão da luta feminista afirmando mais uma vez igualdade e direitos civis.

165 Retoma-se um conceito liberal de cidadania cuja esfera limitou-se à dimensão civil e política, não contemplando a esfera social e perdendo desta forma os vínculos com os referenciais de um poder voltado para a classe trabalhadora.

Desta forma, “na década de 1980, o Brasil vive a transição da autocracia burguesa, materializada no regime militar, para a democracia liberal” (CISLAGHI, 2012, p. 266).

Quando examinamos os anos 1990, década referência para os processos de ajuste fiscal e que transformou a maior parte da América Latina em um grande laboratório de experiências neoliberais, e que produziram o “desastre social” como consequência, na esteira da observação de Soares (2001).

Assim, assiste-se à constituição de um bloco de poder francamente alinhado ao capital. Paulani (2006) considera que:

o discurso neoliberal começou a se afirmar e a fincar raízes nas eleições presidenciais de 1989. Ainda atolado num problema inflacionário que parecia insolúvel, mas ao mesmo tempo esperançado com as conquistas expressadas na nova Constituição que fora elaborada um ano antes, o país ficou dividido entre o discurso liberal-social de Collor e o discurso popular e democrático de Lula e do Partido dos Trabalhadores. Collor vence as eleições e dita, para o próximo período, a agenda que ele pouco concretizaria (p. 88).

Sendo assim, problemas como a estabilização da economia ou o controle da superinflação que assustavam a sociedade brasileira pareciam ter sido solucionados pelo *Plano Real*, conduzido por Fernando Henrique Cardoso (FHC), então ministro da Fazenda, que posteriormente disputa e vence duas eleições presidenciais e em cujas gestões estão sincronizadas as principais políticas neoliberais que começam a organizar a economia brasileira.

Segundo Paulani (2006) o *Plano Real* foi muito além de um plano de estabilização econômica, que atacou e pareceu resolver os problemas que são decorrentes da alta inflacionária. Segundo a autora, o plano resolveu o problema que impedia o funcionamento do país como plataforma de valorização financeira internacional, mesmo com a abertura financeira já operada e com as operações da área externa do Banco Central para internacionalizar o mercado brasileiro de títulos públicos e securitizar a dívida externa. Na prática isso significou a entrada do Brasil no modelo neoliberal internacional. As políticas impostas a seguir, ainda que draconianas do ponto de vista social, como é o caso das consequências de processos como a abertura econômica, privatizações, elevação das taxas de juros, entre outros, passam a ser feitas em nome da preservação da estabilidade econômica do país construída pelo *Plano Real*.

A consolidação da orientação neoliberal nas principais políticas sociais e nas contrarreformas do Estado indica foi determinante para o crescimento significativo do segmento privado de ensino superior.

Os anos 1990 marcam a entrada tardia do Brasil no circuito neoliberal¹⁶⁶ e são a referência de uma década cujo núcleo das políticas e das ações do Estado esteve estruturado a partir do tripé das recomendações do Consenso de Washington (superávit primário, metas inflacionárias e câmbio flutuante¹⁶⁷), determinando processos de contrarreformas do Estado sob os auspícios da ideologia do livre-mercado, da privatização e da mercantilização de direitos sociais, orientadas em grande parte por organismos internacionais.

Carvalho (2013) considera que a influência da agenda neoliberal conferiu especificidade à década de 1990, pela abrangência da natureza das políticas sociais e econômicas regidas pelo neoliberalismo.

É neste cenário que os dois mandatos de FHC (1995-2002) à frente da Presidência da República são referência de um grande ciclo de contrarreformas que, sob a retórica da retomada do desenvolvimento, do discurso único de inserção do Brasil na nova etapa competitiva do capitalismo transnacional, determinam mudanças estruturais no interior do aparelho do Estado brasileiro.

A referência deste período não tem sentido se não considera o *Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado (PDRAE)* de 1995, executada pelo então ministro Bresser Pereira, que precisa ser compreendido como expressão da nova (re) forma de organização do Estado brasileiro no contexto da tendência internacional da flexibilidade e que foi implantada em um conjunto de países latino-americanos, acompanhando ciclos de reformas neoliberais (TAVARES; MAUÉS, 2012).

Inserido em um cenário de grave crise fiscal, o Estado era apontado como burocrático e, à luz das teses da flexibilização, deveria ser modernizado sob o discurso das frações dominantes que apresentam a crise do capital como se fosse uma crise do Estado.

Com a matriz ideológica de políticas neoliberais, a contrarreforma do aparelho do Estado brasileiro consistiu na reestruturação da esfera administrativa, reformulando responsabilidades e diminuindo o seu tamanho.

166 A agenda neoliberal no Brasil poderia ter sido operada desde o início do governo Collor. Entretanto, a crise política não permitiu a implementação da agenda neoliberal no país.

167 O Consenso de Washington representou, como pontuamos no capítulo anterior, a preocupação dos sistemas financeiros dos países centrais com a segurança do pagamento dos contratos a dívida pública por países da periferia.

Nesta lógica, estabeleceu o que seriam os serviços exclusivos do Estado, como a legislação ou o judiciário, por exemplo, e o que seriam os serviços não exclusivos do Estado, que poderiam ser, nessa lógica, compartilhados com a iniciativa privada, entre os quais estão a educação, a saúde e, na atual ofensiva histórica do capital, os sistemas de previdência pública dos trabalhadores. Outro referencial importante no âmbito do PDRAE foi a adoção do paradigma gerencial, que propunha modelos de gestões mais eficientes e eficazes¹⁶⁸ na máquina pública.

É de bom tom recordar que a participação e o protagonismo dos organismos internacionais nos processos de aberturas, liberalizações e contrarreformas das economias periféricas não empreenderam tantas controvérsias, na medida em que as contradições da crise estrutural do capitalismo já não permitem atuações discretas. Os países que não adotaram o neoliberalismo nos anos 1980, na década seguinte têm de submeterem-se às exigências dos “novos senhores do mundo”, como foi o caso do Brasil, especialmente com os governos de Collor e FHC, que implementaram um ajuste que desmontou o já precário Estado Social, feito em nome de um projeto em curso inexorável e irresistível – também chamado de globalização, cujas consequências foram o aumento do desemprego, privatizações, crises cambiais, aumento das taxas de juros e destruição dos direitos sociais (LEHER, 199).

Não será possível fazer uma análise densa das principais medidas do governo FHC para a educação como um todo¹⁶⁹ ou mesmo aprofundar os resultados de investigações anteriores a respeito da influência dos organismos internacionais na definição da agenda educacional no país¹⁷⁰.

Limitaremos-nos nesta subseção a recuperar, conforme observa Carvalho (2013), que o governo FHC, a partir da influência do Banco Mundial, criticava uma suposta ineficiência da universidade pública e sua dificuldade/inadequação ao mercado de trabalho, assimilando as recomendações destes organismos que procuravam dar racionalidade e eficiência ao sistema, introduzindo na agenda de reformas temas como avaliação, ressignificação da autonomia, diversificação, diferenciação, privatização, entre outros. O documento *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la*

168 Os conceitos de eficiência e eficácia eram fundados na suposta tese da morte do Estado, apontado como ineficiente e burocrático, em contraste e contraposição com dita eficiência e agilidade que se encontra no setor privado e no livre-mercado.

169 A respeito disto, ver a vasta obra de autores referências como Luís Antônio Cunha, Roberto Leher, Romualdo Portela Oliveira, João dos Reis Silva Jr, Valdemar Sguissard, entre outros.

170 A respeito da temática dos organismos internacionais, ver Roberto Leher, Luiz Carlos de Freitas, Helena de Freitas.

experiência, organizado pelo Banco Mundial como receituário de reforma educacional para os países da periferia do capitalismo apresenta propostas que hoje voltam a ser ventiladas, como é o caso das propostas de cobrança de taxas ou da obsolescência do sistema de ensino superior público e gratuito da forma como é organizado.

Entretanto, como pontua Leher (1999, 2012, 2018) é um grave erro analítico falar na influência do Banco Mundial em abstrato sem pontuar o protagonismo das frações burguesas locais (que operam a sociedade civil e fazem as disputas e lutas de classes tentando decisões governamentais do bloco de poder que opera o Estado burguês).

Carvalho (2013) ratifica as tratativas do PDRAE, no caso das universidades públicas, que intentaram (com maior ou menor sucesso) para a transformação do status jurídico das instituições e de seu *ethos*, que se tornariam organizações sociais, regidas por um contrato de gestão, organizadas por metas, fundamentadas a partir de um modelo gerencial de gestão orientada para resultados, com incentivo às parcerias com o segmento privado, tal qual a disseminação de cursos pagos ou fundações privadas, entre outros¹⁷¹. A mobilização da comunidade acadêmica no período, com protagonismo do sindicalismo e do movimento estudantil, foi capaz de derrotar algumas destas propostas.

Acerca do PDRAE, Mancebo (2009) observa que a interpretação da educação como uma atividade pública-não estatal e, nesta lógica, como um serviço que pode ser ofertado por instituições tanto públicas quanto privadas e justifica políticas educacionais que financiam – direta e indiretamente – instituições privadas e permite financiamento privado para instituições públicas.

Acerca deste período, para Leher (2005), o governo FHC disputou e venceu as duas grandes disputas e embates com vistas à redefinição dos marcos normativos da educação superior, quais sejam: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – 1996 - e o Plano Nacional de Educação (PNE) - 2001¹⁷², num processo que, como efeito deletério, significou a ampliação do mercado na oferta de direitos.

171 A análise do resultado dessas proposições seria suficiente para ser objeto de estudos em pelo menos algumas dezenas de trabalhos de doutoramento. Algumas foram implementadas, com maior ou menor nível de contradição, como foi o caso, já no percurso dos anos 2000, do REUNI (Programa de Apoio à Expansão e Reestruturação das Universidades Federais) que estabeleceu um contrato de gestão que deveria ser organizado por metas a cumprir (a respeito, ver Chaves, 2012).

172 O PNE fora aprovado com nove vetos presidenciais por FHC, entre os quais se destacam a meta de 40% das vagas de ensino superior no setor público; criação do Fundo de Manutenção do Ensino Superior; ampliação dos recursos para pesquisas científicas com a meta de triplicá-los num período de dez anos; elevação dos gastos do PIB com educação; exclusão de despesas com aposentados do quadro orçamentário das IES, entre outros. Do que fora aprovado destaca-se a meta de ampliação de vagas no ensino superior para alcançar 30% de jovens entre 18 e 24 anos em 2011.

Segundo Leher (2005) o governo FHC tinha clareza de que a proposta em tramitação no Legislativo não era compatível com seu projeto mais amplo de educação, devendo reforçar estruturas fragmentadas e descentralizadas, mantendo a obrigatoriedade e gratuidade restrita ao ensino fundamental, como preconizado pelos organismos internacionais, com reflexos em todos os níveis de ensino.

Por outro lado, Mancebo (2009) pontua que apesar da vitória do governo FHC, o processo revelou fortes embates no percurso da disputa de dois projetos antagônicos de educação que opôs os setores privatistas, de um lado, e no outro os movimentos sociais, sindicais, estudantis e associações científicas.

O período posterior à implementação da LDB é marcado por um conjunto de contrarreformas, instituídas paulatinamente e de forma fragmentada, que confirmam a opção do governo brasileiro pela expansão da educação superior brasileira através da iniciativa privada, regulada por vários instrumentos normativos oficiais (decretos, leis, medidas provisórias, entre outros) que vêm favorecendo a expansão do segmento privado.

Mancebo (2009) ressalta como a LDB foi pródiga para a expansão privatista, tanto por suas proposições quanto por omissões e hiatos que deixava aberto. Não por um caso, no ano seguinte a aprovação da LDB, os Decretos 2306/1997 e 3860/2001 possibilitaram novos formatos e arranjos acadêmicos e institucionais que favoreceu um amplo crescimento do setor privado, especialmente pela regulamentação dos centros universitários que receberam o privilégio da autonomia – que até então era prerrogativa exclusiva das universidades – para criar e extinguir cursos sem autorização do Ministério da Educação e sem a contra garantia da oferta de ensino, pesquisa e extensão. No escopo do texto-base aprovado pela LDB havia brechas jurídicas que permitiam a “coexistência pacífica” entre instituições públicas e privadas.

Entretanto, esta relação pacífica foi bombardeada pela violência do livre-mercado educacional, voraz por maiores lucros e alimentada por um Estado particularista, que oferece subsídios e, ao mesmo tempo, transfere fundo público que serviu para um crescimento espetacular do segmento privado, sem paralelo com outras experiências no globo – de financeirização e monopolização no ensino superior.

No que se refere à educação superior no octênio FHC, observamos uma política que produziu sucateamento e precarização das universidades públicas, com a severa redução de recursos para instituições públicas, que acabaram comprimidas em

termos de salários e orçamentos e com perdas significativas de docentes e servidores técnico-administrativos.

A autonomia universitária, reclamação e utopia nos movimentos que projetam outro modelo de sociabilidade, esteve reduzida ao aspecto financeiro, fato que induz o gerenciamento e captação de receitas e recursos no setor empresarial e nos contratos de gestão firmados com o Estado, com avaliação por produtividade e eficiência.

Tal cenário produziu também processos de privatização por dentro da universidade pública, expresso, por exemplo, por meio de parcerias com fundações privadas de apoio à pesquisa, que acabou estreitando o “diálogo” e “cooperação” do ensino superior com o setor empresarial, que determina a substituição gradual da política de ciência e tecnologia pela pesquisa e desenvolvimento¹⁷³.

Leher (2007) sustenta o processo de ajuste estrutural (operado pelo FMI, pelo Banco Mundial e posteriormente pelo Plano Brady) repercutiu intensamente nas universidades públicas, produzindo “efeitos tectônicos nos espaços públicos de produção de conhecimento” (p. 9). Assim, as universidades foram alteradas em todas as suas dimensões, da “docência à pesquisa, do financiamento à avaliação, dos currículos à carreira acadêmica, movendo as fronteiras entre o público e o privado, no que se refere tanto à oferta de educação quanto ao cotidiano das mesmas” (p.9).

Ante a forte crise econômica que devastava as universidades públicas, a opção do governo FHC, coetânea da sua proposta de reforma do Estado, foi a expansão das matrículas no setor privado.

Um dos grandes expoentes deste processo de contrarreforma na educação foi o Decreto 2.306/1997¹⁷⁴ que consagrou a diversificação institucional no ensino superior, liberalizando a oferta de ensino superior por um conjunto de instituições como centros universitários, faculdades, institutos e escolas superiores, regulamentando a expansão da educação superior pela via não universitária – mais barata, menos custosa para os empresários que operavam a mercadoria educação e para o financiamento estatal. É necessário reconhecer que esta nova regulamentação possibilitou uma significativa expansão das instituições privadas.

173 Leher (2007) sustenta que se trata de recomendação do próprio Banco Mundial o uso de mecanismos e caminhos alternativos de privatização das universidades, como é o caso das Fundações, diante a forte resistência e contundência das lutas contra a privatização, cujo grande exemplo pode ser a greve estudantil na Universidade Autônoma do México em 1999.

174Esse Decreto revogou o de número 2.207 de 15 de abril de 1997, que, por sua vez, foi revogado pelo Decreto 3.860 de 09 de julho de 2001, que veio a ser substituído pelo Decreto 5.773 de 09 de maio de 2006.

Esse modelo de expansão, com a diferenciação institucional, possibilitou um amplo crescimento do setor privado. Sguissard (2009) realizou um estudo em que demonstra que, no período de 1994 a 2000, o setor privado cresceu 86%, em contraste com o crescimento de 28% do setor público, e nas Instituições de Ensino Superior (IES) não universitárias o crescimento no número de matrículas foi de 53%.

Segundo o Censo da Educação Superior de 2010 aproximadamente 85% das 2378 instituições de ensino superior (IES) eram faculdades ou escolas superiores; 5,3% eram centros universitários; 1,5% eram institutos tecnológicos que ofereciam ensino superior; e apenas 7,9% são universidades, tornando evidente que o modelo de organização acadêmica é majoritariamente não universitário.

O êxito do processo de mercantilização tocado nos anos 1990 particularmente por FHC não deixa dúvidas: 73% das matrículas já eram em instituições privadas.

Datou da década de 1990 a redefinição do antigo Crédito Educativo (CREDUC), agora denominado FIES (Programa de Financiamento Estudantil). O CREDUC, criado no período da ditadura empresarial-militar, tratava-se de um empréstimo bancário operado pela Caixa Econômica Federal para manutenção dos alunos no ensino superior. Diferente dos programas atuais destinou-se aos alunos da rede privada de ensino superior, mas também do setor público, para pagamento das mensalidades e para os cursos de permanência nos setores privado e público, respectivamente¹⁷⁵.

Para Vale (2011), o crédito educativo é criado como programa a partir dos anos 1970 quando o chamado “milagre econômico” apresentou sinais de esgotamento e era preciso criar mecanismos para manutenção dos estudantes do ensino superior privado. A autora sustenta que este programa chegou aos anos 1990 com um saldo devedor à época de R\$ 450 milhões, sendo substituído pelo Fundo de Financiamento do Ensino Superior – FIES.

Para Davies (2002), trata-se de mais um mecanismo de financiamento das instituições privadas de ensino superior e que colabora para fortalecer o empresariamento deste segmento. O autor destaca diversos elementos indiretos de financiamento, como é o caso das isenções tributárias (fiscais e previdenciárias), a isenção da contribuição previdenciária patronal das filantrópicas à época ou mesmo a

175 Tratava-se de um contrato que reservava um prazo de carência para pagamento após a conclusão do curso com taxas de 12% ao ano e 3% de título de fundo de risco.

isenção do salário-educação; da mesma maneira que fontes diretas como os subsídios, bolsas, subvenções, empréstimos, o antigo crédito-educativo e o FIES.

O crescimento do setor privado de ensino superior pode ser visto especialmente entre os anos de 1997 e 2003 quando aumentou 132% nos cursos presenciais, com crescimento que oscilou entre 11,4% e 17,5% ao ano, com aumento de mais de 160% também no número de instituições – saltando de 764 para 1789 IES (CORBUCCI, MEIRA, KUBOTA, 2016).

Corbucci et all (2016) observam que a demanda por educação superior no período entre 1990 a 2004 cresceu 161,6% mensurada pelo quantitativo de inscrições nos vestibulares. Por outro lado a oferta de vagas ampliou-se em 360% e reduziu-se a proporção de candidatos por vaga de 3,8 para 2,2. Entretanto, quando comparados os setores público e privado há um hiato importante. No setor público houve aumento da relação de 5,7 para 7,9 enquanto no setor privado a relação decaiu de 2,9 para 1,3.

CAPÍTULO 3 - OS ANOS 2000 E A MERCANTILIZAÇÃO DE NOVO TIPO

Entender a particularidade do processo de mercantilização em curso no ensino superior no Brasil exige a assimilação da estratégia do capital comércio de dinheiro representado em suas diversas facetas atualmente. Este capítulo apresenta dados importantes a respeito do ensino superior, como a tendência de estabilização no número de instituições de ensino superior – agora em sua maioria controlada por fundos de investimentos que imprimem há quase uma década dimensão monopólica ao setor; informações sobre os processos de fusões e aquisições; um resumo dos principais grupos educacionais do ensino superior; e ao final, um estudo de caso sobre a Kroton Educacional.

Entretanto, um breve recuo deve ser feito para entender a financeirização como um fenômeno maior que atua sobre a economia brasileira. Alguns estudos já relacionaram importantes políticas sociais com a lógica da monetarização das políticas sociais, que a rigor expressa os fenômenos sociais interligados com o grau de desenvolvimento capitalista atual, entendendo a finança como a forma capital dominante nas relações sociais contemporâneas tornando-se, desde os anos 1980, hegemônica¹⁷⁶.

176 A respeito disso, Silva (2012) entende que as transformações no interior das políticas sociais são expressão da atual fase do capitalismo, conduzida, segundo a autora, pelo capital portador de juros, indicando um amplo processo de financeirização e monetarização das políticas sociais com (i) apropriação do fundo público pelo rentismo e) tendência de transferência crescente de recursos sociais para a esfera da finança; (ii) programas de transferência de renda que alimentam o capital comércio de dinheiro e fortalecem a focalização das políticas sociais – contribuindo para operar a contrarreforma do Estado e monetarizar políticas sociais, pois operam ou são mediados por instituições bancárias ou financeiras, como foi o caso da totalidade dos programas sociais desenvolvidos desde o início dos anos 2000, do qual o Programa Bolsa Família (PBF) talvez seja o mais conhecido.

Uma dimensão fundamental do processo de financeirização em curso é a disputa do fundo público pelo capital, principalmente por capitalistas coletivos¹⁷⁷. Assim, o fundo público e o próprio Estado¹⁷⁸ tornam-se fundamentais e imprescindíveis no processo de reprodução do capital¹⁷⁹.

No entendimento deste trabalho de doutoramento, não é possível compreender o processo de “mercantilização de novo tipo” sem considerar a importância do fundo público que, afinal, robusteceu os processos de reprodução ampliada do capital – considerando o controle monopólico que os grandes grupos econômicos possuem – e da indução do Estado neste processo, que fortalece o processo de financeirização por meio da transferência de vultosas somas de recursos para os grupos educacionais que estão sob controle dos fundos de investimentos – criando condições sociais e políticas para deslocar fração importante do fundo público em favor do rentismo, redefinindo a configuração e a natureza do processo de reprodução do capital no segmento privado de ensino superior.

Neste intento, é preciso realçar que esta recomodificação no ensino superior ocorreu quando o bloco dirigido pelo PT esteve à frente da Presidência da República, desde o ano de 2003, mais particularmente a partir do segundo mandato de Lula, apesar da descontinuidade assimilada no governo ilegítimo de Temer ou das dúvidas que pairam no ar com o início do governo de Jair Bolsonaro.

Chamamos atenção para o fato de que a partir de meados dos anos 2000, especificamente a partir de 2007, quando ocorrem dois processos fundamentais que se retroalimentam e configuram o que chamamos de mercantilização de novo tipo: (i) o controle monopólico das IES de ensino superior por grandes grupos educacionais que, via fundos de investimentos, controlam a esmagadora maioria das matrículas; (ii) o apoio do Estado como elemento impulsionador da expansão do setor por meio da

177 Principalmente bancos ou fundos de investimentos que controlam massas concentradas de capitais de diversos investidores.

178 Entendido aqui como condensação de forças sociais torna-se determinante nas disputas das classes dominantes.

179 A disputa do fundo público pelo capital não é, a rigor, uma novidade trazida pelos processos de mercantilização da educação superior privada no Brasil. Ao contrário, a disputa se organiza desde o momento em que o capital comércio de dinheiro se torna a fração hegemônica. Uma das mais expressivas disputas pelo fundo público foi, no início dos anos 2000, a Desvinculação de Receitas da União (DRU), criado pelo governo FHC para promoção do ajuste e expressão da contrarreforma do Estado, com a intenção de equilíbrio das contas públicas e estabelecido como um padrão de gerenciamento do gasto público com a possibilidade de desvinculação de gastos primários, a exemplo do que é a PEC 95. Em vistas da dívida. A DRU permitia, por exemplo, a subtração de até 20% dos recursos destinados às políticas de seguridade social.

transferência do fundo público por meios diretos ou indiretos – Prouni e FIES – e pela redefinição da concepção de bem público resultando na indiferenciação e apagamento das fronteiras do público e privado, que foram e ainda são a maior fonte de receitas nos fluxos de caixa dos grandes fundos que controlam as IES.

Particularmente sobre o Prouni e FIES é importante fazer duas ponderações. O primeiro foi criado no ano de 2004 e reafirmou a política de ensino superior que era gestada desde o governo FHC, dando continuidade e aprofundando a expansão por fora da universidade pública, apresentado como projeto oficialmente comprometido com a (necessária) democratização do acesso ao ensino superior por meio da oferta de bolsas nas IES privadas, que a partir disso poderiam ter acesso às isenções tributárias¹⁸⁰.

Acerca do acesso às isenções fiscais do Prouni, as IES deveriam oferecer 25% de bolsas integrais, segundo o projeto original apresentado na forma da MP 213/2004. Entretanto, na versão final do projeto, aprovada por meio da forma da Lei 11.006/2005. Após negociações e modificações, o número de bolsas integrais na redação final da referida como exigência para o acesso às isenções tributárias do Prouni diminuiu para 4,25% e todas as IES teriam acesso às isenções tributárias, independente de quantidade e do percentual de bolsas integrais ofertassem.

Para Leher (2010), tratou-se de uma medida compensadora para as IES privadas, uma vez que teriam acesso integral às isenções e identifica o perfil das instituições, notadamente não universitárias. Acerca do argumento da democratização do acesso ao ensino superior, o autor pondera a respeito da permanência, indicando que o índice de evasão beira os 20%. O autor ainda chama atenção para a precisão dos termos utilizados, na medida em que, mediante os cursos aligeirados e sequenciais com peso significativo, talvez o uso mais adequado fosse o uso de “educação terciária”¹⁸¹.

180 Segundo Leher (2010), a isenção tributária é um dos mecanismos mais opacos ao controle social, ao mesmo tempo em que concomitantemente aprofunda a dimensão mercantil da educação ao permitir instituições com fins lucrativos, portanto empresariais, tenham acesso aos recursos públicos. O autor indica que aproximadamente 75% das IES privadas seriam particulares, ou seja, empresariais-mercantis. O argumento principal dirigido pelo governo para justificar o Prouni seria justamente a “ociosidade de vagas”, portanto, um quantitativo de vagas, de natureza contábil, que estariam disponíveis nas IES privadas. Segundo o autor, as vagas ociosas não seriam ociosas de fato, na verdade são parte das vagas hiperdimensionadas que foram proclamadas em editais. Contrariando o argumento oficial, o autor questiona o argumento fundamental, das vagas ociosas, demonstrando que o numerário da ociosidade aumentou com o Prouni, de 2003 até 2006, de 42% para 50%. Parece confirmar a hipótese defendida pelo autor o fato do número de vagas abertas no segmento privado serem maior que o próprio número de concluintes do ensino médio.

181 A educação “terciária” já era um anseio do Banco Mundial desde 2003, na esteira do debate sobre a sociedade do conhecimento, associando o ensino ao “objetivo da redução da pobreza, através do aumento da produtividade dos países, capacitando força de trabalho local, gerando novos conhecimentos” (CISLAGHI, 2012, p. 268).

É preciso ter a compreensão de que os caminhos neoliberais abertos desde os anos 1990 foram pavimentados por meio de políticas que fortaleceram a concepção privada da oferta e principalmente oportunidades mais seguras e estáveis ao movimento do capital na educação. Se já havia o financiamento estudantil na forma creditícia, Lula construiu um mecanismo de transferência do fundo público para o capital de forma ímpar¹⁸².

A reestruturação do FIES nos anos 2000 foi talvez o elemento mais decisivo para o fortalecimento das operações do capital comércio de dinheiro na educação. Foi criado como política no segundo mandato do governo FHC e no início do governo Lula fora utilizado como forma de complementação das bolsas parciais distribuídas pelo Prouni¹⁸³.

A partir de 2010 o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passou a ser o operador do FIES, resultando em aumentos contundentes no número de contratos, aproximando-se no final do ano de 2017 de 2,4 milhões de contratos, dos quais 50% firmados entre os anos de 2013 e 2014¹⁸⁴.

Esta mudança só foi exequível porque as bases do FIES foram reestruturadas, por meio do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), operado pelo FNDE, que dispensou a exigência de fiador para o acesso ao financiamento.

Segundo Portaria Normativa n. 3 de 2014, a partir de Fevereiro todas as mantenedoras teriam que aderir ao FGEDUC, com o Estado se comprometendo a cobrir riscos. A redução da taxa de juros, neste caso, foi contundente: de 6.5% para 3.4% ao ano, tal qual o prolongamento do crédito e a definição de parcelas fixas. A única exigência para renovação do contrato, que veio através de outra portaria anterior (20/2013) seria o pagamento pelo estudante das parcelas trimestrais de juros. Ocorre

¹⁸² Cislighi (2012) esclarece acerca do impacto da renúncia fiscal. No ano de 2007 a dívida das instituições privadas era de aproximadamente R\$ 12 bilhões. Fora exigido na implementação do Prouni que as instituições que aderissem ao programa deveriam apresentar certidões negativas de débito dos tributos federais do ano anterior. O quadro de dívidas era tão grande que o governo, ano a no, estendeu o prazo de comprovação de adimplência, confirmando o caráter particularista do Estado. No ano de 2007, por exemplo, através da Lei 11.552, o governo possibilitou que as IES parcelassem em até 120 vezes suas dívidas, sem a necessidade de apresentar garantias de pagamento.

¹⁸³ Trata-se de uma medida que já era recorrente, mas desarticulada. Em 2013, a Portaria Normativa n. 23, editada em Novembro, regulamentou a lei do FIES para estudantes que possuem bolsas de 50% do Prouni.

¹⁸⁴ A respeito, ver: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/numero-de-novos-contratos-do-fies-em-2017-e-o-menor-em-seis-anos.ghml>

que o Estado brasileiro utiliza o fundo público para cobrir os juros diminuídos, novamente num processo de transferência do fundo público para o capital.

Acerca do FIES e Prouni, Leher (2010) chama atenção para a incoerência histórica dos governos do PT, que operou uma antípoda em relação aos valores históricos da esquerda socialista, por acabar sustentando a educação como um serviço ou mercadoria, objeto de especulação e lucratividade e que legitimou a opção política do governo na expansão do ensino superior através do mercado educacional.

Segundo Cislighi (2012), a particularidade do período atual envolve a continuidade da política privatizante e o aprofundamento da privatização do fundo público, especialmente com a transferência de fundo público para o setor privado através do Prouni, não apenas fortalecendo a dimensão mercantil, mas remunerando os empresários do setor privado, mas também ratificando a transferência do fundo público para o setor financeiro, através de bancos – este é o caso da Caixa Econômica que, ao ofertar o FIES, também monetariza a política educacional ou ainda atualmente o Banco Votorantim, que, em parceria com a Kroton Educacional desde meados de 2017, também oferta crédito para financiamento de mensalidades¹⁸⁵.

O processo de “mercantilização de novo tipo” não se resume apenas às mudanças que estão relacionadas ao controle monopólico por grandes corporações vinculadas ao universo da finança. Ao contrário, este processo só tem sentido se sua leitura observar a importância do fundo público nos relatórios de gestão, ratificando o Estado como indutor do capital e dos processos de monopolização, mas também às especificidades do circuito de valorização do capital nas IES privadas, que compreende arranjos destinados ao barateamento da mercadoria educação e aos custos que compõem o cálculo geral da valorização do capital.

Apesar da importância do acesso aos recursos públicos vinculados ao FIES e Prouni, a financeirização da educação encontra sentido quando os grandes grupos do capital comércio de dinheiro programam reengenharias administrativas também denominadas de “gestão profissional”, que tem reestruturado diversos cursos em IES adquiridas; de processos de demissão em massa de professores nas instituições particulares, fruto da tentativa de diminuição dos custos do capital variável na

185 A respeito, ver: <https://www.valor.com.br/empresas/5076662/kroton-passa-oferecer-financiamento-estudantil-com-bv-financeira>

proposição de Marx (2003), entre outros exemplos. Estes últimos exploraremos com a devida importância no próximo capítulo.

Neves e Pronko (2008) chamam atenção para três elementos importantes dos embates e avanços dos setores privatistas na sua ofensiva contra a educação pública, que em maior ou menor grau são balizas do processo de mercantilização de novo tipo no século XXI: (i) o que diz respeito ao financiamento exclusivo para instituições públicas; (ii) a possibilidade de instituições laicas se converterem em instituições com fins lucrativos; (iii) um padrão único de qualidade para o ensino superior que tenha como referência a universidade a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão.

A dinâmica de mercantilização no século XXI no setor no ensino superior derrubou os constrangimentos (legais e políticos) a respeito das fronteiras entre o público e o privado para recebimento de recursos. Se por um lado a monopolização atual foi possível mediante o fundo público como contra garantia para os ditos “bons investimentos” do setor financeiro, por outro lado se demarca também uma inflexão de princípios fundamentais da educação pública no interior do atual Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, que representou uma nova etapa no processo de destruição da educação pública e anunciou um processo de mercantilização que não tinha paralelo na história da educação brasileira¹⁸⁶, por meio da resignificação da concepção de bem público, permitindo que instituições públicas e privadas recebessem recursos – afinal, o que importa na concepção de educação terciária é o acesso aos “serviços educacionais”.

O texto aprovado no Senado Federal, apesar de indicar à época a histórica bandeira dos 10% progressivamente dos PIB para investir em educação, não fez especificação de recursos para educação pública ou, pior ainda, resignificou o conceito de público (art. 5, § 4), aumentando o hall de parcerias público-privadas, abrindo um precedente que pode inviabilizar a educação pública no país e permitindo que um grupo significativo vinculado ao capital pudesse disputar o fundo público.

Cumpramos recordar que este era o cenário até a importante descontinuidade que veio com a aprovação da Emenda Constitucional 95, também conhecida como “PEC do teto dos gastos”. Anteriormente a ela, na hipótese de aumento de 0.5% do PIB nos

¹⁸⁶ É importante anotar que o PNE em vigor propunha elevação da matrícula no ensino superior na faixa etária de 18 a 24 anos, excluindo as normativas que indicavam 40% deveriam estar no setor público, deixando sob o setor privado a prerrogativa de organizar a expansão e o acesso ao ensino superior.

gastos anualmente, chegaríamos ao final do período da vigência do plano em 7,3% do PIB (COLEMARX, 2013).

Não será possível discutir neste trabalho a matriz de financiamento da educação no Brasil. Mas nos interessa analisar aquela referente ao ensino superior, especialmente aos mecanismos que drenam o fundo público para as organizações vinculadas ao capital comércio de dinheiro no ensino superior. Para efeitos de comparação, apenas os valores relativos ao FIES, neste caso específico, aumentam de R\$ 1 bilhão para R\$ 16 bilhões em período inferior a uma década (2009 a 2016) ¹⁸⁷.

A atual fase da mercantilização do ensino superior (de novo tipo) coincide com o discurso de democratização e justiça social que, de diversas maneiras, legitima a nova ordem econômica que controla a oferta privada de educação superior. De um lado, diversos governos justificam em nome do acesso de grupos que historicamente apresentam dificuldades de ruptura com as desigualdades sociais que se manifestam no acesso ao ensino superior –reduzindo disparidades étnico-raciais, de gênero, de egressos da escola pública, indígenas, entre outros. A expansão que fica sob responsabilidade do setor privado organizou-se a partir da ampliação dos recursos públicos para a compra de vaga nas instituições privadas e contaria com a expansão e redução de exigências para o FIES (estratégia 12.6), da mesma forma como contaria com uma política de assistência estudantil dirigida para cumprir as metas de conclusão de 75% nas instituições privadas (estratégia 13.8).

Metodologicamente preferimos apresentar nesta subseção da tese um panorama geral das fusões e aquisições no ensino superior e das mudanças que reconfiguram o setor, apresentando um quadro geral de fusões e aquisições no ensino superior privado e identificando os principais grupos e discriminando os principais fundos que operam o capital portador de juros no processo de acumulação.

A expansão do ensino superior privado no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 é indiscutível. Entretanto, assume outros contornos a partir de meados dos anos 2000 quando um número expressivos de instituições são controladas por grandes conglomerados educacionais cujos maiores acionistas são investidores de grupos econômicos, notadamente fundos de investimentos.

187 A respeito, ver: <https://www.valor.com.br/empresas/4102542/gastos-com-fies-devem-atingir-r-16-bi-no-ano>

Sustentamos que a partir de meados dos anos 2000 uma nova realidade no ensino superior privado começava a tomar forma e necessitava de investigação. Apesar dos fundamentos da mercantilização estarem razoavelmente organizados e fortalecidos desde a ditadura empresarial-militar, agora conformam um novo quadro que não pode mais ser ignorado.

Em trabalhos anteriores, defendemos que a mercantilização de novo tipo que tomou forma a partir dos anos 2000 se distinguia em relação às outras pelo (i) processo de abertura de capitais das IES privadas nas bolsas de valores e seu controle pelo capital portador de juros; (ii) pelo frenético movimento de fusões e aquisições desencadeado como consequência do processo de abertura de capitais, que tornou a educação um dos setores mais dinâmicos no quadro geral de fusões e aquisições no cenário econômico brasileiro; e (iii) formação de grandes grupos educacionais controlados por fundos de investimentos que estruturam grandes monopólios sobre a oferta da educação superior (TAVARES, LEHER, 2016).

3.1 ENTRADA DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS E CONTROLE MONOPÓLICO

A opção de expansão da educação superior pela via privada pelo governo FHC nos anos 1990 ou pelos governos de Lula da Silva e sua sucessora, Dilma Rousseff, podem ser confirmadas pelos números apresentados na tabela a seguir, onde apresentamos a evolução e razoável estabilização do número de IES privadas e a tendência de aumento no número de alunos nestas instituições. Os dados foram recolhidos do Censo da Educação Superior, disponibilizado pelo INEP. Metodologicamente escolhemos como referência os anos que coincidem com o início de mandatos presidenciais, com a finalidade de comparação¹⁸⁸.

Ano	Número de IES privadas	Número total de IES	Número de matrículas	Número total de matrículas
------------	-------------------------------	----------------------------	-----------------------------	-----------------------------------

¹⁸⁸ 1995 e 1999 é o início do primeiro e do segundo mandato de FHC, respectivamente; 2003 e 2007 foi o ano de início do primeiro e segundo mandato de Lula; 2011 e 2015 foi o ano do início do primeiro e segundo mandato de Dilma Rousseff. A tabela foi concluída com os dados relativos ao ano de 2017 por ser, à época, o último disponibilizado.

			IES privadas	
1995	684 (76%)	894	1.059.163 (61%)	1.759.703
1999	905	1097	1.537.923	2.369.945
2003	1652	1859	2.750.652	3.887.022 ¹⁸⁹
2007	2032	2281	3.639.413	4.880.381
2011	2081	2365	4.966.374	6.739.689 ¹⁹⁰
2015	2069	2364	6.075.152	8.027.297
2017	2152	2448	6.241.307	8.286.663

Fonte: Relatórios Sinopse da Educação Superior/IPEA

Como se pode observar na tabela acima, identificamos a tendência expansão do ensino superior desde os anos 1990, ainda que as curvas de ascendência não mantenham sempre a mesma média. Uma combinação de fatores – desde as baixíssimas taxas de acesso ao ensino superior ou as induções que o Estado faz para favorecer o capital – fizeram do mercado de ensino superior no Brasil um dos mais dinâmicos do mundo, robustecido pelo fundo público que atraiu investidores e entrada de capitais, tornando o setor um dos mais lucrativos na economia brasileira e que, além de excelente campo para investimentos, conformou um cenário onde predomina a concentração monopólica.

A atuação dos fundos de investimentos¹⁹¹ e entrada de capitais estrangeiros no Brasil corroborou para a crescente importância da Bolsa de Valores de São Paulo como espaço privilegiado de negócio dos investidores – posto que a oferta de ações de empresas exige protocolos financeirizados no interior dessas organizações – e o aumento geral dos processos de fusões e incorporações de grandes empresas em diversos segmentos, como tecnologias da informação, alimentos e bebidas, telecomunicações e mídia, instituições financeiras, entre outros, mas também nas empresas educacionais que abriram seus capitais¹⁹².

¹⁸⁹ Os dados disponíveis no item 5.1 da Sinopse da Educação Superior de 2003, divulgado pelo INEP considera as matrículas em cursos de graduação presenciais em 30 de Junho daquele ano.

¹⁹⁰ Esta sinopse considera os alunos matriculados no segmento presencial e à distância.

¹⁹¹ Um fundo de investimento é uma forma de aplicação financeira formada por um ou diversos investidores, com objetivo de rentabilidade futura, inserido nas franjas do capital portador de juros, que se especializa no empréstimo de dinheiro para ser usado como capital. Com a perda do monopólio da função crédito pelos bancos, os fundos de investimentos adentram esta esfera, investindo quantidades significativas de capitais que procuram se valorizar em outras áreas em busca de liquidez e rentabilidade. As ações negociadas na bolsa, como os circuitos da dívida pública ou a participação em empresas educacionais, são exemplos concretos da atuação do capital portador de juros (TAVARES, 2014).

¹⁹² Estima-se que no ano de 2018 houve 967 transações concretizadas – excluindo aquelas que foram apresentadas ao mercado, mas não realizadas -, crescimento de aproximadamente 16,5% quando comparada com o ano de 2017. A respeito, ver: <https://home.kpmg/br/pt/home/insights/2019/02/fusoes-e->

As fusões no setor de educação avolumaram-se a tal ponto que a partir de 2008 alguns grupos de consultoria financeira, como já foi observado anteriormente, conferem uma subseção específica à educação, dado o volume expressivo de fusões que se assistia. Estima-se que entre 2008 e 2013 foram realizadas 138 fusões e aquisições de tipo *joint venture* na educação, tornando a educação um dos segmentos que mais movimentaram capitais, sendo responsável, no ano de 2008, por quase 8% do total de incorporações (53 de um total de 663)¹⁹³.

No ano de 2005 o fundo norte-americano *Laureate* adquiriu, por valor de aproximadamente R\$ 158 milhões de reais, a participação de 51% das ações da Universidade Anhembi-Morumbi¹⁹⁴, tornando-se a primeira instituição que controlada majoritariamente pelo capital estrangeiro¹⁹⁵. Trata-se, à época, da aquisição de uma grande instituição privada que contava naquele ano com aproximadamente 25 mil alunos matriculados na graduação e estava entre as vinte e cinco maiores IES privadas do país no período.

O grupo *Laureate* é uma rede empresarial internacional criada em 1998 nos Estados Unidos, na cidade de Baltimore. Atualmente controla ou é sócia de aproximadamente 80 empresas educacionais de diversos formatos institucionais (universidades, faculdades, institutos) operando ensino presencial ou à distância. O Brasil ocupa a liderança em investimentos do grupo, onde controlam mais de 12 instituições¹⁹⁶ – seguido da Espanha com oito e do Chile com seis, mas estando presente em mais de vinte países da América Latina, Europa, Ásia (com destaque especial para China e sudeste asiático), Oriente Médio e Austrália.

aquisicoes-4-trimestre-2018.html

193 A respeito, ver: <https://www.pwc.com.br/pt/publicacoes/servicos/assets/fusoes-aquisicoes/2015/pwc-fusoes-aquisicoes-setembro-15.pdf>

194 A respeito, ver: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u18114.shtml>

195 Ainda segunda a reportagem da Folha de São Paulo, até então a única instituição que possuía associação com o capital estrangeiro era a Faculdade Pitágoras.

196 No Brasil a rede *Laureate*, além da Universidade Potiguar, adquiriu e controla também o Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), Centro Universitário do Norte (UNINorte), Centro Universitário Ritter dos Reis (UNIRitter), Escola de Negócios de São Paulo/Business School, Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (FADERGS), Faculdade dos Guararapes (FG), Faculdade Internacional da Paraíba (FPB), Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação (IBMR), Universidade Anhembi-Morumbi (UAM), Universidade Salvador (UNIFACS) e a Faculdade Porto-Alegrense (FAPA).

No ano de 2007 o fundo *Laureate* adquire também instituições como a *Business School* (no Estado de São Paulo), a Universidade Potiguar¹⁹⁷ e a Faculdade dos Guararapes, segundo dados da CM Consultoria, sem discriminar a participação no controle acionário ou o número total de alunos, por exemplo.

No caso da Universidade Potiguar, a mesma se tornou a primeira universidade na região Nordeste controlada por setores internacionalizados. Foi fundada em 1981 como IES ligada às ciências sociais aplicadas, denominada Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas – UNIPEC e credenciada como universidade no ano de 1996. Atualmente possui seis *campi* na cidade de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte e outros três *campi* no interior, nas cidades de Mossoró, Caicó e Currais Novos, contando com mais de 40 mil alunos matriculados e figurando entre as dez maiores IES privadas do país.

No ano de 2007 o grupo Anhanguera adquiriu 100% das ações do Centro Universitário Ibero Americano (UNIBERO), da União Fênix de Educação e Cultura (FAFEB/ISEFEB) em Bauru, da Faculdade de Integração da Zona Oeste (FIZO) em Osasco, da Faculdade Atlântico Sul (Atlântico Sul) em Pelotas, da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP) – com campi em diversos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul e o controle de 100% do Centro Universitário de Santo André (UNIA)¹⁹⁸.

A Universidade Estácio de Sá alterou no ano de 2007 sua natureza como instituição, que deixou de ser filantrópica e se tornou abertamente mercantil, quando da criação da Estácio Participações. Mancebo e Vale (2013) entendem que se trata de uma *holding* que abriu seu capital na Bolsa de Valores e adentrou na etapa financeirizada. Neste ano a Estácio Participações¹⁹⁹ adquiriu 100% do capital do Centro Universitário Radial (UNIRADIAL) em Curitiba²⁰⁰.

197 Algumas divergências se tornaram públicas por conta de disputas entre o sócio minoritário, qualificado pela Rede Laureate, como “sócio local” a respeito dos balanços e da solidez financeira da instituição no ano de 2009, pouco tempo após sua aquisição. A respeito, ver <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/socia-da-unp-fala-em-solidez-financeira-e-convida-paulo-de-paula-a-retornar-a-mesa-de-negociacoes/131972>,

198 A respeito, ver: <https://exame.abril.com.br/negocios/anhanguera-anuncia-nova-aquisicao-e-vira-lider-em-educacao-superior-no-brasil-m0168796/>

199 O grupo Estácio Participações nasceu em 1969, denominada Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá (SESES), apresentada como uma sociedade sem finalidade lucrativa, solicitando autorização ao CFE para funcionamento da Faculdade de Direito Estácio de Sá, no bairro do Rio Comprido, região central do Rio de Janeiro.

200 A respeito, ver: file:///C:/Users/Pedro%20Mara/Documents/fato_relevante_estacio_anuncia_aquisicoes_em_sao_paulo.pdf

Neste mesmo ano, o grupo SEB adquire o Instituto Superior de Ensino de Salvador e a Faculdade Metropolitana de Belo Horizonte.

No ano de 2008 o grupo *Laureate* adquiriu o Centro Universitário do Norte (UNINORTE) – uma das maiores instituições do Estado do Amazonas, com cursos nas áreas de ciências humanas, sociais aplicadas, saúde e exatas, criada em 1994 quando do início de suas atividades como Instituto Manauara de Ensino Superior (IMES) – e a Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (FADERGS) – que resultou da evolução da antiga Escola Superior de Administração, Direito e Economia (ESADE), voltada à oferta de cursos relacionados aos negócios e empreendedorismo ²⁰¹.

A *Anhanguera Educacional*, por sua vez, adquiriu treze IES no ano de 2008, entre as quais podemos destacar o controle de 100% das cotas acionárias da Faculdade Planalto (FAPLAN, em Passo Fundo); da Faculdade de Negócios e Tecnologia da Informação (FACNET, em Brasília); do Instituto de Ensino Superior de Joinville (IESVILLE); da Faculdade Regional de Itapeçerica da Serra (FRIS); da Faculdade Brasileira de Ciências Exatas, Humanas e Sociais (FABRAI, em Belo Horizonte); da Faculdade Editora Nacional (FAENAC) ²⁰²; da Faculdade do Sul do Mato Grosso (CESUR); da Faculdade de Sertãozinho (FASERT); da Faculdade Juscelino Kubitschek (Faculdade JK, no Distrito Federal); da Faculdade Santa Teresinha (FAST, também no Distrito Federal) ²⁰³; além da participação na Faculdade Kantun, em Caxias do Sul, e participações nos grupos Microlins e LFGV (conglomerado com mais de 80 mil alunos voltado à oferta de cursos preparatórios na área jurídica) ²⁰⁴.

O Grupo Cruzeiro do Sul adquiriu 100% das cotas acionárias do Centro Universitário do Distrito Federal (UNIDF) no ano de 2008.

No ano de 2008 a *Estácio Participações* vendeu 20% do seu capital através de operação na Bolsa de Valores para a *Moena Participações S.A.*, empresa ligada ao Garantia Participações, por meio da *GP Investments*, controlada pelo Banco Garantia, pelo valor de R\$ 259 milhões. A partir de 2010, com a saída do sócio fundador e maior

²⁰¹ No ano de 2019 a Uninorte foi vendida pelo fundo Laureate ao grupo Ser Educacional, pelo valor de R\$ 194 milhões de reais.

²⁰² A respeito, ver: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL584219-9356,00-ANHANGUERA+INVESTE+R+MILHOES+NA+COMPRA+DE+DUAS+UNIVERSIDADES.html

²⁰³ Juntamente com a Faculdade JK, o negócio foi avaliado em R\$ 31 milhões de reais. A respeito, ver: <https://www.infomoney.com.br/mercados/noticia/1281714/buscando-centro-oeste-anhanguera-adquire-empresa-que-administra-faculdade>

²⁰⁴ O valor do negócio com a LFGV chegou a R\$ 229 milhões de reais. A respeito, ver: <https://oglobo.globo.com/economia/anhanguera-educacional-anuncia-aquisicao-da-lfg-3826946>

controlador, a *Estácio Participações* realizou sete incorporações, como foi o caso da Faculdade Interlagos; da Faculdade European (Cotia/SP); da Faculdade Brasília de São Paulo (FABRASP) ²⁰⁵; da Faculdade Magister; ou a operação conjunta que adquiriu no interior do Estado de São Paulo o controle da Faculdade de Educação e Cultura Montessori (FAMEC), da Faculdade Associada de Cotia (FAAC) e da Faculdade Montessori de Ibiúna (FMI) ²⁰⁶, ou ainda a aquisição de quatro mantenedoras de instituições como Centro de Ensino Superior do Amapá (CEAP) ²⁰⁷.

Importante destacar que no ano de 2008 o fundo *GP Investments* adquiriu 20% de participação em cotas acionárias da Estácio Participações, em operação que envolveu aproximadamente R\$ 250 milhões de reais. Importante ressaltar que o mesmo grupo vendeu a totalidade de suas ações na Estácio no ano de 2013. Entretanto, a compra unitária das ações teve valor de mercado de R\$ 5,50. A unidade de ação foi vendida em 2013 por R\$ 17,61, indicando a valorização da marca e inserindo a educação no processo de valorização do capital comércio de dinheiro²⁰⁸.

O grupo *Iuni*, que posteriormente faria parte da estrutura da *Kroton Educacional*, adquiriu em 2008 a Faculdade de Ciências Humanas e Biológicas e da Saúde (UNICEN), a União das Escolas Superiores de Rondonópolis (UNIR) e União das Escolas Superiores Sobral Pinto – todas localizadas no Estado de Mato Grosso²⁰⁹.

Ainda em 2008 o grupo SEB adquiriu o Colégio Ponta Verde, em Maceió, o Instituto Dinatos, em Brasília, e 76% das ações da Instituto de Educação, Pesquisa e Atividades de Extensão em Direito Praetorium.

No ano de 2009, seguindo a intenção de expansão, este grupo adquiriu também o *Grupo Educacional Efigênia Vidigal*, empresa educacional com mais de mil alunos voltado à educação básica, ou o grupo *Pueri Domus*, outra empresa na área de educação

205 A aquisição das três faculdades citadas reforçou a presença da empresa no Estado de São Paulo, em negócio de R\$ 15,2 milhões de reais. A respeito, ver: <https://economia.uol.com.br/ultnot/valor/2008/02/19/ult1913u83885.jhtm>

206 A respeito, ver: <https://extra.globo.com/noticias/economia/estacio-compra-faculdade-magister-em-sp-523172.html>

207 Controlado pela mantenedora Sociedade de Ensino Superior do Amapá.

208 A respeito, ver <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/09/gp-investments-vende-totalidade-de-sua-participacao-na-estacio.html>

209 A respeito, ver: <https://www.tribunamt.com.br/2008/06/27/iuni-anuncia-hoje-aquisicao-da-unir-e-uesp/>

básica com mais de 3,5 mil matrículas à época (também vinculada ao mercado editorial) e a compra do *Colégio Monet*, na região metropolitana de Salvador²¹⁰.

Em 2009 o *Grupo Campos de Andrade* adquiriu 100% das cotas acionárias da Universidade Ibirapuera.

Ainda em 2009 o fundo *Advent* adquiriu 50% das ações do grupo Kroton²¹¹ e o fundo *Cartesian Capital Group* adquiriu a Faculdade Maurício de Nassau²¹². A *Advent International* é um fundo norte-americano gestor de investimentos de *private equity* fundado em 1984, já tendo realizado mais de 300 transações em quarenta países e tem sob sua gestão aproximadamente R\$ 33 bilhões em ativos. O fundo também tem atividades no Brasil (desde 1997) e na América Latina, focando seus investimentos em setores como serviços financeiros, saúde, indústria, varejo, lazer, serviços educacionais, tecnologia, mídia e telecomunicações, apresentando-se como o maior time de *private equity* da região.

O fundo *Advent* controla, segundo seu portfólio de investimentos, marcas importantes como o grupo *Walmart*²¹³; a *Easyvest*, uma das maiores corretoras on line do Brasil; *Fortbras*, do comércio de distribuição de autopeças de reposição do Brasil; *Fleury S.A.*, um dos maiores grupos de medicina diagnóstica no país; a *Lifemiles B.V.*, programa de plano de saúde; e o grupo *Estácio Participações*, que concentra investimentos na área educacional. Administrou, por exemplo, o Terminal Portuário de Paranaguá²¹⁴ – terceiro mais importante do Brasil, atrás apenas do Porto de Santos e do Porto do Rio de Janeiro – e, ao se desfazer do Laboratório Fleury, faturou aproximadamente R\$ 4 bilhões em retorno aos seus investidores²¹⁵.

O fundo controlou o grupo *Kroton Educacional* entre 2009 e 2013²¹⁶ e foi nesse período que a empresa multiplicou em vinte e cinco vezes seu número de alunos,

210 A respeito, ver: <https://www.infomoney.com.br/mercados/acoes-e-indices/noticia/1495599/seb-fecha-aquisicao-grupo-educacional-efigenia-vidigal-por-milhoes>

211 A respeito, ver: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,fundo-advent-compra-50-do-grupo-kroton,392621>

212 A respeito, ver: <http://www.plancorp.com.br/bak/news/private/1849-bndes-destinara-r-10-bilhoes-para-estimular-novo-mercado-de-renda-fixa.html>

213 A respeito, ver: <https://exame.abril.com.br/negocios/conheca-o-advent-fundo-que-agora-vai-mandar-no-walmart-no-brasil/>

214 A respeito, ver: <https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,terminal-de-paranagua-e-vendido-por-r-2-9-bilhoes,70001965310>

215 A respeito, ver <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2018/03/epoca-negocios-na-disputa-por-ativos-como-walmart-advent-tem-r-10-bi-para-investir-no-brasil.html>

216 A respeito, ver: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,fundo-advent-compra-50-do-grupo-kroton,392621>

saltando de quarenta mil para mais de um milhão por meio da aquisição de instituições como Iuni, UNOPAR, Uniasselvi e a Anhanguera Educacional.

No ano de 2013 o fundo *Advent* embolsou aproximadamente R\$ 1,6 bilhão com venda da participação na *Kroton Educacional*, Frango Assado e Dufry²¹⁷. A venda de ações cujo peso representava 7,4% do controle da Kroton rendeu ao fundo aproximadamente R\$ 432 milhões, retornando aproximadamente R\$ 45 milhões aos investidores quando do desinvestimento. Ressalte-se que apesar da venda de participação, o fundo ainda matinha de 10% do capital da *Kroton Educacional*.

A *Kroton Educacional* no ano de 2013 migrou para um grupo chamado Novo Mercado – a maior categoria de governança corporativa da BOVESPA e teve controle difuso. A seguir o fundo ficou livre para negociar suas ações diretamente na bolsa de valores.

O grupo *UNIESP* adquiriu neste ano 100% da Faculdade Evolução, da Faculdade de Diadema, da Faculdade Bandeirantes e da Faculdade Leone Farias. Apontado como um dos grupos mais vorazes na expansão monopólica do ensino superior, o grupo *UNIESP* passou a responder judicialmente diversos processos na Polícia Federal, por estelionatos com o FIES (por assinar documento que não possuía valor legal se comprometendo a pagar parcelas do financiamento do FIES para os alunos ou por realizar vestibulares em igrejas)²¹⁸.

No ano de 2010 o *Grupo Campos de Andrade* adquiriu 100% do controle sobre a extinta Universidade Gama Filho (UGF), no Rio de Janeiro²¹⁹. O grupo *Laureate*, em 2010, adquiriu 90% das cotas acionárias do Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação (IBMR)²²⁰; 100% de participação na Universidade de Salvador (UNIFACS)²²¹; e ainda 100% do controle do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter)²²², em Pelotas.

217 Estima-se que apenas a venda da Dufry, do comércio varejista de Free Shops em aeroportos movimentou R\$ 970 milhões de reais. A respeito, ver <http://www.plancorp.com.br/bak/news/private/2295-advent-embolsa-r-16-bi-com-dufry-kroton-e-imc.html>

218 Ver <https://exame.abril.com.br/revista-exame/a-escola-que-e-caso-de-policia/>

219 A respeito, ver: <https://www.apsis.com.br/blog/noticias/campos-andrade-absorve-gama-filho/>

220 A respeito, ver: <https://www.fadergs.edu.br/noticia/educacao/laureate-compra-90-do-ibmr-e-entra-no-mercado-carioca>

221 A respeito, ver: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/unifacs-e-vendida-para-grupo-educacional-norte-americano/>

222 A respeito, ver: <https://www.baguete.com.br/noticias/negocios-e-gestao/09/11/2010/uniritter-entra-no-grupo-laureate>

Neste ano o grupo norte-americano *Capital Internacional* adquiriu participação minoritária no grupo IBMEC Educacional, que controlava as Faculdades Veris, em Belo Horizonte e a Faculdade IBMEC, no Rio de Janeiro²²³; o grupo *Pearson* adquiriu o controle do grupo SEB²²⁴; da mesma maneira que a *Kroton Educacional* adquiriu o grupo IUNI, incorporando aproximadamente 42 mil matrículas²²⁵.

A *Anhanguera Educacional* adquiriu o Centro Universitário Plínio Leite (UniPli)²²⁶ e a Estácio Participações adquiriu a Faculdade Atual da Amazônia (FAA)²²⁷. Importante destacar que o grupo *Civita*, vinculado à *Abril Educação*, adquiriu 100% do controle do *Grupo Anglo*, de Campinas, que possuía a época mais de 211 mil alunos, da mesma maneira que o *Grupo Multibrasil* adquiriu 100% do controle sobre a *Microlins* e da rede *Bity Company*, que possuía 100 mil alunos à época.

Importante salientar que no ano de 2010 a *Estácio Participações* captou aproximadamente R\$ 685,5 milhões de reais por meio de oferta pública de ações da empresa na Bolsa de Valores com a emissão de lotes de ações suplementares, dos quais R\$ 623 milhões resultaram da venda das ações ordinárias dos sócios João Uchoa Cavalcanti Neto e Monique Uchoa Cavalcanti de Vasconcelos, dos quais 70% foi capitalizado por meio de investidores estrangeiros. Outros 20% foram comercializados especificamente com r fundos de investimentos, do qual o líder foi o *Banco BTG Pactual*, mas também por grupos como *Credit Suisse* e *Santander*.

A partir daí o maior sócio foi o fundo *GP Investments*²²⁸. No ano de 2011 a *Estácio Participações* adquiriu a totalidade do controle acionário da Faculdade de Natal, da Faculdade de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte (FATERN)²²⁹, da

223 O grupo IBMEC foi vendido pelo fundo Capital Internacional ao fundo Devry, dos Estados Unidos, pelo valor de R\$ 699 milhões de reais. A respeito, ver: <https://oglobo.globo.com/economia/grupo-ibmec-vendido-para-devry-brasil-por-699-milhoes-18301769>

224 Estima-se que o negócio tenha rendido aproximadamente R\$ 613 milhões de reais. A respeito, ver: <http://g1.globo.com/economia-e-negocios/noticia/2010/07/grupo-pearson-compra-sistema-de-ensino-do-seb.html>

225 A Kroton Educacional adquiriu a Iuni pelo valor de R\$ 190 milhões de reais. A respeito, ver: <http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL1527671-5604,00-GRUPO+EDUCACIONAL+KROTON+ANUNCIA+COMPRA+DA+IUNI.html>

226 A respeito, ver: <https://oglobo.globo.com/economia/anhanguera-compra-unipli-por-569-milhoes-entra-no-mercado-do-rj-2909150>

227 A entrada no mercado de ensino superior de Roraima custou R\$ 20 milhões. A respeito, ver: <https://exame.abril.com.br/negocios/estacio-compra-faculdade-atual-por-r-20-milhoes/>

228 A respeito, ver: <https://oglobo.globo.com/economia/com-lote-suplementar-oferta-da-estacio-capta-6855-milhoes-2941282>

229 A respeito, ver: <https://exame.abril.com.br/negocios/estacio-adquire-a-faculdade-de-natal/>

Faculdade de Academia Brasileira de Educação e Cultura (FABEC) e do grupo Academia do Concurso, da Damásio Educacional, que possuía à época 29 mil alunos²³⁰.

A União Brasileira Educacional adquiriu a Faculdade São Vicente, a Faculdade de Caraguatatuba e a Faculdade São Vicente, todas localizadas na região metropolitana da Baixada Santista, no litoral paulista.

A *Anhanguera Educacional* adquiriu a totalidade do controle acionário da Faculdade Uirapuru e do Instituto Manchester Paulista de Ensino Superior (IMASPE), em Sorocaba; da Faculdade Anchieta, em São Bernardo do Campo; das Faculdades Integradas Torriceli (FIT), em Guarulhos; da Universidade do Grande ABC; e da Universidade Bandeirante (UNIBAN)²³¹, deixando explícito o processo de monopolização no prodigioso mercado localizado no Estado de São Paulo, apesar de ter se expandido em direção à outras regiões, como foi o caso da aquisição da totalidade do controle da Faculdade de Ciência e Tecnologia, em Brasília e também da Faculdade Metropolitana de Belo Horizonte²³².

No ano de 2012 o fundo britânico *Actis* adquiriu 37% do grupo Cruzeiro do Sul, depois de já controlar a totalidade da Universidade da Cidade de São Paulo (UNICID), que possuía mais de 15 mil alunos²³³.

O fundo *Devry*, dos Estados Unidos, também adquiriu a totalidade do controle da Faculdade Boa Viagem, em Pernambuco, que contava à época com mais de 14 mil alunos, distribuídos em 33 cursos de graduação e pós-graduação²³⁴.

A *Estácio Participações* em processo de expansão nacional adquiriu unidades no Norte e Nordeste do país, como foi o caso da Faculdade SEAMA, no Amapá²³⁵; do controle total da UniSãoluiz²³⁶, no Maranhão; e da Faculdade Ibratex de Tecnologia, em

230 A respeito, ver: <https://oglobo.globo.com/economia/estacio-compra-academia-do-concurso-por>

231 O negócio com a Uniban foi estimado em R\$ 510 milhões de reais. A respeito, ver: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,anhanguera-compra-uniban-por-r-510-milhoes,773921>

232 A respeito, ver: <https://exame.abril.com.br/negocios/uniban-e-a-oitava-e-maior-aquisicao-da-anhanguera-neste-ano/>

233 A respeito, ver: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/06/entrevista-com-us400mi-fundo-actis-busca-ativos-de-seguros-no-brasil.html>

234 A respeito, ver: <https://www.valor.com.br/empresas/2512724/devry-anuncia-compra-da-faculdade-boua-viagem>

235 A respeito, ver: <https://exame.abril.com.br/negocios/estacio-conclui-compra-de-faculdade-do-macapá/>

236 A respeito, ver: <https://www.valor.com.br/empresas/2679994/estacio-compra-unisaoluiz-por-r-28-milhoes>

João Pessoa²³⁷. Também adquiriu o controle total das Faculdades Rio Grandense (FARGS) ou da Faculdade de Tecnologia Uniuol²³⁸.

Importante recordar que no ano de 2012 o grupo *Manning & Napier Advisors* aumentou a participação acionária para 5,12% na *Ananguera Educacional*, da mesma forma como a *Pollux Capital Administradora* elevou participação acionária para 5,12% na Estácio Participações ou o grupo *BR Investimentos* que fez um aporte de aproximadamente R\$ 100 milhões de reais no grupo *Anima Educação*, que era proprietário dos centros universitários Una e Uni-BH, em Minas Gerais, e Unimonte em Santos, no litoral de São Paulo²³⁹.

No ano de 2013 a *Ananguera Educacional* adquiriu o Instituto de Excelência em Salvador²⁴⁰, da mesma forma que a *Estácio Participações* adquiriu 100% do controle da Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas em Brasília²⁴¹; da Faculdade ASSESC²⁴²; e da UNISEB²⁴³.

Em 2013 o *Grupo Laureate* recebeu aporte de R\$ 259 milhões do Instituto Corporativo de Finança, braço do Banco Mundial, adquirindo por R\$ 1 bilhão o controle das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), em São Paulo²⁴⁴ e 41% da Universidade Anhembi-Morumbi²⁴⁵. O grupo Cruzeiro do Sul adquiriu 100% do controle da Universidade de Franca²⁴⁶.

237 A respeito, ver: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/06/estacio-compra-instituicao-de-ensino-na-paraiba-por-r-275-milhoes.html>

238 A respeito, ver: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/08/estacio-compra-faculdades-riograndenses-por-r-93-milhoes.html>

239 A respeito, ver: <https://www.valor.com.br/empresas/2616610/br-investimentos-faz-aporte-de-r-100-milhoes-no-grupo-mineiro-anima>

240 A respeito, ver: <https://oglobo.globo.com/economia/ananguera-compra-instituto-excelencia-de-salvador-7289013>

241 A respeito, ver: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/estacio-compra-facitec-no-distrito-federal-por-29-milhoes-8041764.html>

242 A respeito, ver: <https://exame.abril.com.br/negocios/estacio-formaliza-contrato-de-compra-de-assesc-por-r-5-8-mi/>

243 A respeito, ver: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/09/1341048-estacio-participacoes-compra-uniseb-por-r-6153-milhoes.shtml>

244 A respeito, ver: <https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,grupo-americano-dono-da-anhembi-morumbi-compra-fmu-por-r-1-bi.162651e>

245 O fundo já era proprietário de 51% da Anhembi-Morumbi e após esse negócio se tornou proprietário. A respeito, ver: <https://exame.abril.com.br/negocios/laureate-se-torna-unica-dona-da-anhembi-morumbi/>

246 A respeito, ver: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,cruzeiro-do-sul-compra-unifran-por-r-120-mi-imp-,1030030>

No ano de 2013 o grupo *Ser Educacional* adquiriu 100% do controle sobre a Faculdade Joaquim Nabuco; da Faculdade Decisão, ambas em Pernambuco; e da Faculdade Juvêncio Terra²⁴⁷.

Entretanto, a partir do ano de 2013, o grupo *GP Investments* vendeu, pelo valor de U\$\$ 179,1 milhões a sua participação na Estácio Participações – o que corresponderia à época aproximadamente R\$ 540 milhões de reais, com investimento inicial de R\$ 259 milhões. A valorização das ações da empresa também impressiona: quando do investimento do grupo, as ações valiam R\$ 5,50 e foram vendidas pelo valor de R\$ 17,61²⁴⁸. No ano de 2014 a *Estácio Participações* adquiriu a totalidade do controle acionário do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM)²⁴⁹; do Centro de Ensino Unificado de Teresina (CEUT)²⁵⁰; e sobre a Faculdade Literatus, em Manaus²⁵¹.

O grupo *Ser Educacional* adquiriu controle total no ano de 2014 sobre a Faculdade Anglo Líder²⁵², em São Lourenço; sobre a Universidade da Amazônia (UNAMA) e ISES²⁵³, no Pará; sobre a Faculdade Santa Emília²⁵⁴; da Universidade de Guarulhos, esta com mais de dezoito mil alunos matriculados²⁵⁵.

O grupo *Anima Educação* em 2014 adquiriu a totalidade do controle acionário sobre a Universidade São Judas Tadeu²⁵⁶, que possuía a época mais de 28 mil alunos; sobre o Centro Universitário Jorge Amado (UniJorge); e da Universidade Veiga de Almeida (UVA), no Rio de Janeiro²⁵⁷.

247 A respeito, ver: <http://m.leiaja.com/carreiras/2013/07/09/grupo-ser-educacional-adquire-faculdade-decisao/>

248 A respeito, ver: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/09/gp-investments-vende-totalidade-de-sua-participacao-na-estacio.html>

249 A respeito, ver: <https://exame.abril.com.br/negocios/estacio-compra-iesam-no-para-por-r-80-milhoes/>

250 A respeito, ver: <https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2014/11/estacio-compra-faculdade-em-teresina-por-r-33-milhoes.html>

251 A respeito, ver: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2014/08/grupo-estacio-chega-ao-amazonas-apos-compra-da-faculdade-literatus.html>

252 A respeito, ver: <https://exame.abril.com.br/negocios/ser-educacional-compra-faculdade-anglo-por-r-2-1-mi-2/>

253 A respeito, ver: <https://www.valor.com.br/empresas/3552988/ser-educacional-compra-universidades-no-para-por-r-1512-milhoes>

254 A respeito, ver: <https://exame.abril.com.br/negocios/ser-educacional-compra-faculdade-em-olinda-pe/>

255 A respeito, ver: <https://exame.abril.com.br/negocios/ser-educacional-conclui-compra-da-universidade-guarulhos/>

256 A respeito, ver: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,grupo-anima-compra-universidade-sao-judas-tadeu-por-r-320-milhoes,181757e>

257 A respeito, ver: <https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2014/12/anima-educacional-compra-escolas-da-whitney-no-brasil.html>

O fundo *Laureate* ainda adquiriu 100% do controle das Faculdades Rio-grandenses²⁵⁸ no ano de 2014.

O fundo Devry adquiriu a totalidade do controle acionário sobre a Faculdade Ideal (FACI), em Belém; e sobre a Faculdade Marta Falcão, em Manaus, além de controlar o grupo Damásio, preparatório para concursos jurídicos²⁵⁹.

No ano de 2015 o fundo *Devry* incorporou o Grupo IBMEC, sediado no Rio de Janeiro²⁶⁰; e a Faculdade de Imperatriz (Facimp)²⁶¹. A *Estácio Participações* adquiriu a Faculdade Nossa Cidade, que atua em Carapicuíba, região metropolitana da capital paulista²⁶². A *Kroton Educacional* adquiriu neste ano a *startup* Studiare, focada em sistema de *adaptive learning*, ferramentas de *gamefication* e outras propostas de metodologia de ensino.

No ano de 2016 chegou a ser anunciada a fusão das empresas *Kroton Educacional* e *Estácio Participações*, que eram respectivamente líder e vice-líder de mercado no segmento de ensino superior. Estima-se que resultaria no fortalecimento da *Kroton Educacional* como a maior empresa do setor, concentrando 23% das matrículas no ensino superior no Brasil e aproximadamente 1,6 milhões de alunos.

No ano de 2017 o fundo *Advent* iniciou processo de investimento na *Estácio Participações*, adquirindo inicialmente 8,67% das ações da empresa, dividindo a dianteira dos investimentos com os fundos *Oppenheimer*, *Coronation* e *Fidelity*, adquirindo as ações do empresário Chaim Zaher. À época, a *Estácio Participações* era a empresa que apresentava menor rentabilidade de investimentos, se comparada com os grupos *Kroton Educacional*, *Anima Educação* e *Ser Educacional*.

Estima-se que o fundo, que já investira na *Kroton Educacional*, voltou ao mercado de educação a partir de 2015²⁶³. A seguir, ainda em 2017, o fundo aumentou sua participação para 10% do controle acionário da *Estácio Participações*. O fundo

258 A respeito, ver: <https://www.jornaldocomercio.com/site/noticia.php?codn=170083>

259 A respeito, ver: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2014/09/no-am-faculdade-martha-falcao-passa-integrar-grupo-internacional.html>

260 A respeito, ver: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,em-sua-maior-aquisicao-no-pais--devry-compra-ibmec-por-r-699-mi,10000004951>

261 A respeito, ver: <https://exame.abril.com.br/negocios/devry-anuncia-compra-da-faculdade-imperatriz-no-maranhao/>

262 A respeito, ver: <https://exame.abril.com.br/negocios/estacio-compra-faculdade-nossa-cidade-por-r-90-milhoes/>

263 A respeito, ver: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,fundo-advent-compra-acoes-de-zaher-para-ganhar-poder-dentro-da-estacio,70001940911>

norte-americano *Oppenheimer* possuía 9% das ações da Estácio no ano de 2015 e chegou a ser em 2016 o maior acionista da *Estácio Participações*, com 17,1% do capital – possuía à época também 4,9% das ações da *Kroton Educacional*.

Entretanto, em 28 de Junho de 2018, o Conselho do CADE rejeitou o ato de concentração que resultaria na fusão da Kroton Educacional e *Estácio Participações*, considerando parecer exarado pela Superintendência Geral do próprio órgão emitida em Fevereiro daquele ano, que considerava riscos à concorrência por análise da conselheira Cristiane Alkmin Schmidt – indicando ausência de rivalidade suficiente na modalidade presencial em oito grandes ou importantes municípios no Brasil, como é o caso das cidades de Macapá, Campo Grande, Niterói, São José, Santo André, São Luís, Belo Horizonte e Brasília.

Em se tratando de educação à distância, a *Kroton Educacional* já controlava 37% do mercado e após o ato de concentração deteria 46%. Destaca-se que as propostas apresentadas pelo pretense grupo unificado não foram suficientes, no entendimento do CADE, para manter em bons níveis as condições de competitividade empresariais, “não sendo suficiente para confrontar de forma satisfatória os riscos identificados durante a análise do ato de concentração”²⁶⁴.

Estima-se que a possível fusão entre as duas empresas criaria uma distância concorrencial desproporcional no interior da própria lógica liberal, afinal a maior empresa seria quase cinco vezes maior do que a segunda, em virtude do grande número de instituições adquiridas nos anos anteriores – quadro que dificilmente seria alterado, mesmo com a proposta de venda das instituições com a marca *Anhanguera* e a venda de ativos que totalizariam mais de 258 mil alunos, entre ensino presencial e à distância²⁶⁵, posto que a operação de unificação apenas fosse efetivada mediante a alienação destes ativos e proibição de novas aquisições pela *Kroton Educacional* por cinco anos.

No ano de 2018 o fundo de investimento *Advent* desembolsou R\$ 355 milhões e elevou sua participação na *Estácio Participações*, saltando de 10,48% para 13,5%²⁶⁶.

264 Ver <http://www.cade.gov.br/noticias/aquisicao-da-estacio-pela-kroton-e-vetada-pelo-cade>

265 Ver <https://www.valor.com.br/empresas/5020266/cade-veta-fusao-entre-kroton-e-estacio-por-5-votos->

266 A respeito, ver: <https://www.valor.com.br/empresas/5427599/com-r-355-milhoes-advent-eleva-mais-uma-vez-sua-fatia-na-estacio>

É importante realçar que alguns grupos possuem ações em mais de uma empresa. É o caso dos dez investidores/acionistas que possuíam, no ano de 2016, 46% das ações da *Kroton Educacional* e 32% da *Estácio Participações*, entre eles *Oppenheimer*, *Coronation* e *Capital World Investors*.

A *Capital World Investors* é uma empresa norte-americana de gestão de ativos financeiros que está entre as maiores e mais antigas e consolidadas do mundo, possuindo sob sua gestão aproximadamente U\$\$ 1,87 trilhões de dólares, possuindo escritórios nas Américas, Ásia, Austrália e Europa.

3. 2 A KROTON COMO EXPRESSÃO DA FINANCEIRIZAÇÃO

O objetivo desta subseção é apresentar – por meio de um estudo de caso particularizado na *Kroton Educacional*, maior empresa educacional de capital aberto do globo – as faces e nuances do novo processo de mercantilização do ensino superior que tem reestruturado o setor privado. As estratégias de produção de valor resultam diretamente do processo de abertura de capitais das empresas educacionais nas Bolsas de Valores e do mercado de ações incorporando o capital comércio de dinheiro à dinâmica de acumulação. A nova dinâmica subordinou o capital comercial ao capital comércio de dinheiro e acentuou a tendência identificada por Mandel (1982) de “supercapitalização”.

Pretendemos no decorrer desta subseção identificar como o processo de abertura de capitais, que no caso da *Kroton Educacional* ocorreu em distintos períodos, iniciou uma nova etapa no processo de mercantilização do ensino superior que são realizados inicialmente por meio da centralização e concentração de capitais (sem paralelo na história do ensino superior) e estruturou processos de monopolização que possibilitaram inicialmente a compra de instituições de ensino superior menores para, em seguida, adquirir outras grandes empresas de ensino superior, com destaque para a compra da *Luni Educacional*, da *UNOPAR* e da *Anhanguera Educacional*.

Pretendemos trazer elementos que corroboram a proposição de que o processo de financeirização da economia, ao alcançar os negócios no ensino superior, reconfigurou o setor por meio de estratégias de acumulação do capital que passam pela

chamada gestão corporativa ou profissional dos negócios. A investigação permite evidenciar a entrada sem precedentes do capital estrangeiro e do capital comércio de dinheiro, que procuram acelerar o ciclo de rotação do capital neste segmento de ensino, aprofundando o que denominamos e identificamos como um processo de mercantilização de novo tipo²⁶⁷.

É verdade que o fulcro do processo de mercantilização foi um programa do governo federal – o FIES – que, em nome da democratização do acesso ao ensino superior, recalibrado o processo de mercantilização trazendo grandes grupos econômicos que mobilizaram um conjunto diversificado de investidores e uma quantidade de capitais significativa para investimentos no mercado educacional. Se inicialmente o fundo público lastreou elevados ganhos, também se verificou a adoção de distintas estratégias, inclusive a oferta de crédito por bancos privados para financiar a mercadoria que deve ser vendida – no caso, a educação.

Esta subseção está dividida em quatro partes: a primeira apresenta os principais fundos de investimentos que estruturam hoje o quadro de sócios da Kroton Educacional, identificados por meio da análise da ata de sócios da empresa disponibilizada aos investidores; em seguida apresenta a evolução da empresa por meio das matrículas que a tornaram líder mundial no segmento de educação; em terceiro lugar apresenta a tabela de lucratividade da empresa por meio da distribuição de dividendos aos acionistas, tal qual o valor das ações ordinárias da empresa, números que em tese comprovam o sucesso do negócio; e por último apresenta o fundo público e os mecanismos de gestão corporativa da empresa que afinal, impulsionam a produção de valor.

3.2.1 CAPITAL COMÉRCIO DE DINHEIRO NO COMANDO – QUEM SÃO OS SÓCIOS DA KROTON EDUCACIONAL?

Apresentamos nesta subseção a ata da última assembleia dos sócios do ano de 2018 da *Kroton Educacional* para identificação dos principais fundos e grupos que compõem o quadro societário da empresa de capital aberto.

267 Defendemos que o processo de mercantilização atual, com o comando do capital comércio de dinheiro, é diferente do que ocorria nos anos 1990, por exemplo, quando o capital comercial era a fração dominante, por meio dos empresários isolados (capitalistas individuais).

Metodologicamente chamamos atenção para dois aspectos neste processo: (i) optamos pela análise da última ata a partir das dificuldades procedimentais de fazer uma análise de todos os agentes financeiros de todos os anos anteriores – este processo se torna mais difícil a partir de 2013 com a opção da empresa pelo nível *Novo Mercado* da BV&FBOVESPA, que determina, entre outros, a pulverização das ações da empresa e a circulação permanente de vinte e cinco por cento das ações, o que torna este trabalho de identificação mais dificultoso.

Por outro lado este exercício de identificação permitiu identificar a quantidade de grupos econômicos (vinculados ao capital comércio de dinheiro) que redefiniram a natureza da mercantilização em curso no ensino superior.

Estamos analisando a maior empresa educacional do globo, que acentuou a dimensão especulativa e o capital comércio de dinheiro em operações num setor que não era explorado pelas frações internacionalizadas da burguesia e que se tornou fronteira de acumulação do capital²⁶⁸.

Esta subseção reconhece que os dados apresentados não dão conta da miríade de organizações do capital comércio de dinheiro que operam apenas na *Kroton Educacional*, haja vista que a análise do quadro de sócios levou em consideração que nem todos os fundos foram identificados – a hipótese é que fundos oriundos de países considerados paraísos fiscais, como Panamá ou Luxemburgo, por exemplo, não identificam suas empresas por sites, que foi a nossa principal ferramenta para identificação da maioria dos fundos.

Recordemos, do ponto de vista teórico, que os fundos de investimentos só tem sentido em nossa análise quando os entendemos como um modo particular de funcionamento e exploração no modo de produção capitalista, a partir de uma forma específica de associação do capital comércio de dinheiro com as outras formas capital – que tem imputado noções como serviços educacionais²⁶⁹ e por estratégias de valorização do capital que na atualidade tem consolidado o processo de financeirização na sociedade.

268 Alguns analistas de mercado apontam a fusão entre a *Kroton Educacional* e a *Anhanguera Educacional* como decisiva para a consolidação da liderança da empresa no mercado e que a simples fusão permitiu arrecadação de R\$ 700 milhões de reais apenas com a subida do valor das ações da empresa. A respeito, ver: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/o-azaraio-chegou-ao-topo/>

269 Difundidas por outros intelectuais coletivos do capital, como a OMC ou outros organismos internacionais.

A análise do ensino superior por meio do estudo particular da *Kroton Educacional*, já consolidado no mercado de ensino superior do país, permite compreender como as formas concentradas de capital operam em campos que até uma década atrás eram controlados por setores ou frações empresariais locais e dispersas, aprofundando a substituição de capitalistas individuais por capitalistas coletivos, distribuídos no escopo dos diversos acionistas que operam os fundos de investimentos presentes na ata de sócios da empresa.

Identificamos na ata referida em primeiro lugar o nome dos sócios-fundadores da empresa, mas que já não possuem participação acionária majoritária desde 2011. Assim listamos o empresário Evandro José Neiva, representante da *Neiva Participações*; o empresário Walfrido dos Mares Guia Neto, fundador da empresa e que teve participação na vida política brasileira recente²⁷⁰; a empresária Célia Galindo; o empresário Altamiro Belo Galindo²⁷¹; a Samus Participações; Júlio Cabizuca; Alessandra Laffranchi; Barbara Lafranchi; Jordana Laffranchi; Elisabete Laffranchim²⁷² todos esses representados por Carlos Alberto Bolina.

Carlos Alberto Bolina, além de representante de parcela dos sócios, na assembleia geral da empresa, também é executivo na empresa – sendo diretor de relações com os investidores, com mandato até 2020²⁷³.

Algumas ações são administradas pelo fundo *Dynamo Brasil*, empresa brasileira de gestão de ativos fundada no ano de 1993, que aposta em gestão de renda variável no mercado brasileiro e tem como objetivo o retorno anual de 10% ao ano, destacando que sua prática de gestão comporta duas grandes tarefas: (i) trabalho de seleção, onde se definem os investimentos por meio de estudo criterioso e (ii) trabalho de

270 Walfrido dos Mares Guia Neto, além de empresário, foi vice-governador do Estado de Minas Gerais, secretário estadual de planejamento, secretário de educação, deputado federal, ministro do turismo e da coordenação política no primeiro mandato de Lula à frente da presidência da República.

271 Este foi fundador do grupo Iuni e vem a ser pai do executivo Rodrigo Galindo, que está na presidência da Kroton Educacional desde 2011. A respeito, ver: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/o-minoritario-virou-chefe/>

272 A família Laffranchi, por meio dos diversos nomes listados, também foi proprietária da UNOPAR, uma das maiores aquisições da Kroton Educacional, o que, segundo a Revista Forbes, fazia do clã liderado por Elisabeth Laffranchi uma das 10 famílias s mais ricas do Brasil, com fortuna de R\$ 3,5 bilhões de reais, construída desde o ano de 1972 com a UNOPAR e negócios educacionais na região de Londrina, no norte do Paraná. A respeito, ver: <https://forbes.uol.com.br/listas/2016/09/20-mulheres-mais-ricas-do-brasil-em-2016/>

273 A respeito, ver: <https://www.valor.com.br/empresas/6033729/galindo-e-reeleito-diretor-presidente-da-kroton-por-mais-2-anos>

monitoramento, destacando, no seu portfólio, que aderiu ao código ANBIMA de regulação e melhores práticas para fundos de investimentos²⁷⁴.

A ata cita ainda *Kemnay Dybra LCC*, fundo não listado na ANBIMA, por exemplo, e cujas informações coligidas não são suficientemente confiáveis, como um sitio oficial ou mesmo notícias em periódicos que informes sobre o setor financeiro, apesar de constar da lista de informação de ações no portal da Bolsa de Valores²⁷⁵.

Ressaltamos o fundo de investimento *Ascese*, que possui ações em grandes empresas brasileiras, como é o caso da *Renner, Ambev, Cielo, Cyrela Brazil, BR Malls Participações, Lojas Americanas, Gerdau, Arezo, Braskem, Itaú Unibanco*, entre outros, com patrimônio líquido de R\$ 450 milhões e administrado/operado pela *Dynamo Administração de Recursos*²⁷⁶.

A *Dynamo* ainda administra ações do *DYC Fundo de investimento em ações*, que exige investimentos mínimos de R\$ 300 mil reais²⁷⁷; da *Dynamo Cougar*, fundo de investimento²⁷⁸; da *São Francisco IV fundo de investimentos*²⁷⁹; a *Tnad*²⁸⁰ ou o fundo *Dybra*.

O *HSBC* (acrônimo do inglês, Hong Kong and Shanghai Banking Corporation) também consta na lista de sócios da *Kroton Educacional* por meio da ata de assembleia geral. Trata-se de um banco inglês fundado em 1865 no contexto do colonialismo britânico para financiar o comércio no extremo Oriente. No Brasil, as operações do banco foram vendidas ao *Bradesco* no ano de 2016, que pagou R\$ 17,6 bilhões de reais para assumir 100% das operações²⁸¹. Entretanto, apesar da alienação das operações

274 O fundo exige investimentos mínimos de R\$ 300 mil reais e informa que o prazo médio de permanência dos participantes é de trinta meses. A respeito, ver: <http://www.dynamo.com.br/pt/fundos/detalhe/dynamo-cougar>

275 A respeito, ver: <http://bvmf.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/acoes/empresas/ExecutaAcaoConsultaInfoEmp.asp?CodCVM=17892&ViewDoc=0>

276 Conforme auditoria levantada pela KPMG, empresa de consultoria e auditoria. A respeito, ver: <http://www.dynamo.com.br/uploads/1ea9219636a20cb6b758aaeb49f4e8961bcf134a.pdf>

277 A respeito, ver: <http://www.dynamo.com.br/uploads/1ea9219636a20cb6b758aaeb49f4e8961bcf134a.pdf>

278 Este fundo também exige investimento mínimo de R\$ 300 mil reais e é destinado à investidores qualificados pela CVM, adotando como filosofia de investimento a gestão de ações por meio de análise exclusivamente fundamentalista, oferecendo taxa de 2% ao ano e auditoria da KPMG. A respeito, ver: <file:///C:/Users/Pedro%20Mara/Documents/Projeto%20tese/dynamo-cougar.htm>.

279 Não foi possível identificar maiores informações sobre o fundo.

280 Este fundo exige investimento mínimo de R\$ 100 mil reais, administrado pela *Dynamo* com taxa de 1,95% de administração e cujo auditor independente é a KPMG, tendo iniciado atividade no ano de 2005. A respeito, ver: <http://www.dynamo.com.br/pt/fundos/detalhe/tnad-fundo-de-investimento-em-acoes>

281 Segundo declaração do presidente do *Bradesco*, ainda que o valor da operação fosse maior, o banco pagaria, por conta do risco de compra por concorrentes, como *Itaú* ou *Santander*. A respeito, ver:

comerciais do banco, o HSBC continuou aportando investimentos. Estima-se que o grupo manteve 80% da equipe de banco de investimentos após a venda para o Bradesco, para continuar oferecendo serviços para investidores internacionais²⁸².

Assim, o banco é representante das ações dos seguintes fundos: *HSBC Etf's limited*; *HSBC Global Investment Funds*; *Global Emerging Markets Equity*; *HSBC Global Investment Funds Brazil Equity*; *HSBC Global Investment Funds – Bric Markets Equity*; *HSBC Global Investment Funds – Economic Scale Gem Equity* e *HSBC Global Investments Funds Global Emerging Multiasset Income*.

A análise da ata indicou ainda a *Robeco Capital Growth Funds*, empresa/fundo de investimento e gestão de ativos holandeses, que administra aproximadamente U\$\$ 202 bilhões de dólares em ativos²⁸³, que começou a investir no Brasil a partir do ano de 2018 por meio de parceria com o *BTG Pactual*, para distribuição do seu portfólio²⁸⁴.

O fundo *Comgest Growth PLC*, identificado na ata, é um fundo internacional do sudeste asiático, especialmente Hong Kong, mas com escritórios em Cingapura e Tóquio, que investe em carteira de ações²⁸⁵.

O fundo *Association de Bienfaisance Et de Retraite des Policiers ET*, fundo de pensão de policiais da cidade de Montreal, no Canadá, que atualmente possui R\$ 365 bilhões de dólares sob seu controle. Este fundo investe cerca de U\$\$ 12,5 bilhões de dólares na América Latina, dos quais cerca de U\$\$ 4 bilhões de dólares no Brasil. O fundo é considerado um dos dez maiores do mundo e no Brasil possui investimentos junto ao grupo Votorantim²⁸⁶ e está presente na ata de sócios da Kroton Educacional.

O fundo *Baillie Gifford Emerging Market Fund* também está presente na ata de assembleia de sócios da *Kroton Educacional*. Trata-se de um fundo dos Estados Unidos

<https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2018/11/14/bradesco-compraria-hsbc-de-novo-mesmo-pagando-mais-diz-lazari.htm>

282 A reportagem ainda indica que com a eleição do líder da coalização (já convulsionada) da extrema-direita Jair Bolsonaro e as promessas de reformas econômicas ortodoxas levaram o banco a planejar uma nova expansão do banco na região. A respeito, ver: <https://www.valor.com.br/financas/5980031/hsbc-busca-crescimento-e-estuda-reconstruir-operacao-no-brasil>.

283 Após o rompimento da barragem da empresa de mineração Vale do Rio Doce, o fundo de investimento holandês o colocou na lista de investimentos proibidos. Ver mais em: <https://www.valor.com.br/empresas/6116461/gestora-holandesa-coloca-vale-na-lista-de-investimentos-proibidos>

284A respeito, ver: <https://www.valor.com.br/financas/5631027/btg-vai-distribuir-fundo-da-holandesa-robeco>

285 A respeito, ver: <http://www.comgest.com/sites/en/index.html>

286 <https://exame.abril.com.br/negocios/fundo-de-pensao-canadense-cppib-quer-ampliar-investimentos-no-brasil/>

especializado em mercados emergentes e investimentos com perspectiva de longo prazo (3 a 5 anos), concentrando ativos em mercados como Índia e Indonésia²⁸⁷.

O fundo *RBC Quant Emerging Markets Equity Leaders ETF* também está listado na ata de sócios da *Kroton Educacional* e pertencente ao fundo *Global Asset Management*, de gestão de ativos com sede na Suíça e fundado no ano de 1983. Este fundo possui participações em grupos como Itaú Unibanco, Samsung Eletrônicos, China Corpo de Bancos de Construção ou o Banco Industrial e Comercial da China²⁸⁸ também está presente na ata de sócios da *Kroton Educacional*.

Identificamos na ata de sócios da *Kroton Educacional* o fundo *Magellan*, vinculado ao fundo *Fidelity*, corporação de investimentos estadunidense, a rigor uma *joint venture* resultante da cooperação da *Fidelity Management and Research LCC* e a da *Fidelity International Limited*, operando uma grande variedade de fundos mútuos.

Identificamos também a presença do fundo *Allianz Equity Emerging Markets*, de Luxemburgo, cujo gestor no Brasil é o banco JP Morgan e apresenta o fundo como uma das dez maiores posições na sua carteira e portfolio²⁸⁹, que consta também como sócio da *Kroton Educacional*.

O fundo *Prediquant A3*, identificado na ata de sócios da *Kroton Educacional* não apresenta informações confiáveis.

O fundo francês *Amundi Funds* está presente na lista de sócios da *Kroton Educacional* e é considerado líder europeu em gestão de ativos há mais de trinta anos²⁹⁰, sendo um dos maiores investidores globais de renda fixa, gerindo atualmente € 1,3 trilhões de euros²⁹¹. Ainda é preciso destacar o fundo *Amund Islamic*, que pertence ao grupo francês e opera principalmente no campo de energias, sendo gerido pela unidade *Amund* de Luxemburgo.

Na lista de sócios da *Kroton Educacional* destaca-se ainda a presença do fundo *Blackwell Partners LLC*, criado na Nova Zelândia no ano de 2010, expandindo-se no ano seguinte por meio do escritório aberto no Chipre e a partir de 2016, após adquirir

287 A respeito, ver: <https://www.bailliegifford.com/en/usa/professional-investor/funds/emerging-markets-fund/about/>

288 A respeito, ver: <http://etfinfo.rbcgam.com/exchange-traded-funds/fund-pages/rxe.fs>.

289 A respeito, ver: [http://www.jpmorganassetmanagement.com.br/dms/pt/t/global%20income%20allocation%20fic%20multimercado%20cp%20ie%20classe%20a%20\[br\]%20\[pt\].pdf](http://www.jpmorganassetmanagement.com.br/dms/pt/t/global%20income%20allocation%20fic%20multimercado%20cp%20ie%20classe%20a%20[br]%20[pt].pdf)

290 O fundo é considerado o maior europeu. A respeito, ver: <https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2019/05/20/gestora-europeia-lanca-fundo-de-credito-com-foco-em-divida-bbb-.htm>

291 A respeito, ver: <https://www.amundi.com/int/ESG>

licença para operar no Reino Unido, dirige-se aos mercados financeiros da Europa, América do Sul e Oriente Médio²⁹².

O fundo *Actiam*, por meio da *Stichting Juridisch Eigenaar Actiam Eigenaar Actiam Beleggingfondsen*, empresa britânica de soluções em investimentos também participa do quadro societário da *Kroton Educacional*²⁹³.

Na lista de sócios da *Kroton Educacional* identificamos a participação do fundo de pensão holandês *Stichting Pensioefonds Voor Huisartsen*, voltado aos médicos daquele país, que atua no setor financeiro mundial por meio da contribuição deste modelo previdenciário de capitalização que opera a massa concentrada de capital dinheiro que, por meio do capital portador de juros, intenta geração de mais-valor quando associado a processos produtivos.

O banco *JP Morgan*, dos Estados Unidos, consta como sócio da *Kroton Educacional*. Trata-se de uma das maiores empresas financeiras do globo a operar os investimentos por meio de fundos. Estima-se que possua aproximadamente U\$\$ 2,3 trilhões de dólares estadunidenses, operando em mais de cem países. Seus investimentos no Brasil renderam aproximadamente R\$ 244,8 milhões de reais de lucro líquido, com aumento de intermediação financeira de 9,1% no ano de 2018, com resultado bruto de R\$ 740,288 milhões de reais, cujos resultados foram produzidos pelo banco, pelos números da corretora de câmbio e distribuição de títulos e valores mobiliários²⁹⁴.

A presença do fundo de investimento *Franklin Templeton* que tem origem em Nova York no ano de 1947 também consta da lista de sócios da *Kroton Educacional*. O fundo tem sob sua gestão aproximadamente U\$\$ 740 bilhões de dólares e investimentos em mais de 170 países, apostando em renda variável²⁹⁵. No Brasil o fundo administra aproximadamente R\$ 7,4 bilhões de reais²⁹⁶ e investe em ativos no país desde os anos 1980, já tendo, inclusive, realizado em 1998 uma joint-venture com o banco *Bradesco*²⁹⁷. Atualmente investe no Brasil principalmente nos setores de renda variável, renda fixa, multimercados e fundos de investimentos no exterior.

292 A respeito, ver <https://www.blackwellglobal.com/who-is-blackwell-global/>

293 A respeito, ver: <https://www.actiam.com/en/about-actiam/>

294 A respeito, ver: <https://www.valor.com.br/financas/6184795/jp-morgan-tem-lucro-de-r-2448-milhoes-no-brasil-em-2018>

295 A respeito, ver: <https://www.franklintempleton.com.br/investor/produtos/informacao-de-fundos>

296 Além da informação do valor dos ativos que o fundo gere no Brasil, a reportagem ainda informa, a título especulativo, que a Franklin Templeton, uma das gigantes do mercado financeiro dos Estados Unidos, avaliava comprar uma empresa gestora de ativos no Brasil, interessada no negócio de fundos de crédito corporativo. A respeito, ver: <https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2019/03/25/franklin-templeton-avalia-comprar-gestora-no-brasil.htm>

Na ata de sócios também encontramos referência ao fundo *New World Fund Inc*, que pertence à empresa *Capital Group*, dos Estados Unidos, que gere aproximadamente U\$\$ 1,87 trilhão de dólares em investimentos pelo globo, incluindo América do Norte, Europa, Ásia, Oceania e um escritório de *private equity* em São Paulo, desde o ano de 2014²⁹⁸. Este fundo administra desde 1980 a solicitação do Banco Mundial de uma conta específica para investimentos em países emergentes. Segundo informações no sitio oficial da *Capital Group* a respeito do referido fundo, há um investimento preferencial em ações ordinárias e outros títulos, do tipo patrimoniais, títulos corporativos e do governo.

A presença do fundo *Euroacific Growth Fund* na ata de sócios da *Kroton Educacional* na verdade esconde outro investimento da *Capital Group* na educação brasileira. Entretanto, é preciso salientar que se trata de um fundo mútuo que historicamente investiu no mercado de títulos públicos da Europa e da bacia do Pacífico, com exclusão dos Estados Unidos. O fundo investe em ações de empresas que operam em setores diversificados, operando ações de crescimento das empresas em todas as capitalizações do mercado²⁹⁹.

A pesquisa constatou a presença dos fundos de pensões britânicos *British Coal Staff Superannuation Scheme*³⁰⁰ e *Mineworkers Pension Scheme*, fundo ligado aos trabalhadores mineiros daquele país³⁰¹ na lista de sócios da *Kroton Educacional*.

A pesquisa identificou na ata a *Vanguard International Explorer Fund*, da Nova Zelândia, fundo de investimento agressivo que investe em empresas menores que devem crescer a um ritmo maior que o mercado global. Este fundo opera 90% dos seus investimentos nos mercados desenvolvidos da Europa e do Pacífico, mas reserva 10% para os mercados emergentes. Chama atenção que os investimentos na América do Norte são de apenas 0,3% dos ativos do fundo, enquanto no Brasil chega a 6%, possuindo U\$\$ 350 bilhões de dólares em ativos de investidores³⁰².

297 A respeito, ver: <https://www.franklintempleton.com.br/investor/quem-somos/nossa-companhia/franklin-templeton-brasil>

298 A respeito, ver: <https://www.capitalgroup.com/our-company/history.html>

299 A respeito, ver: <https://www.bloomberg.com/research/stocks/private/snapshot.asp?privcapId=28115176>

300 A respeito, ver: <https://www.bcscs-pension.org.uk/>

301 A respeito, ver: <https://www.mps-pension.org.uk/about/mps/scheme-history>

302 A respeito, ver: <https://investor.vanguard.com/mutual-funds/profile/VINEX>

Identificamos ainda a presença da *NVIT Multi – Manager International Growth Fund*, um fundo mútuo dos Estados Unidos cujas ações não são vendidas a investidores individuais, apenas para companhias de seguro³⁰³.

O grupo *Coronation Global*, fundo de investimentos sul-africano fundado em 1993 e líder do setor de investimentos daquele país, administrando atualmente U\$\$ 40,7 bilhões de dólares estadunidenses de ativos de clientes, possui escritórios em Londres e Dublin, no Reino Unido e em Johannesburgo, Durban, Pretória e na Namíbia, no continente africano, também consta na lista de sócios da *Kroton Educacional*. Sua estratégia mais recente é o investimento nos mercados emergentes³⁰⁴. Esteve apontada como uma das duzentas maiores empresas no Brasil pela *Revista Exame*, no ano de 2018³⁰⁵.

A empresa *Vanguard Total International Stock Index Fund*, fundo criado no ano de 1992 nos Estados Unidos, projetado para fornecer aos investidores um panorama e exposição do mercado de ações daquele país, que informa possuir investimentos em grandes empresas mundiais como *Apple*, *Facebook*, *Johnson & Johnson*, *Visa*, entre outras³⁰⁶, consta na lista de sócios da assembleia geral da *Kroton Educacional*.

Outra constatação na lista de sócios da *Kroton Educacional* é o *Stichting Depositary APG Emerging Markets Equity Pool*, um fundo holandês, criado no ano de 2009³⁰⁷.

A pesquisa constatou a presença da *Columbia Global Dividend Opportunity Funds* na lista de sócios da *Kroton Educacional*. Trata-se de um dos maiores fundos estadunidenses, que possui aproximadamente U\$\$ 459 bilhões de dólares em ativos de clientes sob sua gestão, possuindo representação por meio de escritórios em mais de dezessete países espalhados pela América do Norte, Europa, Ásia-Pacífico e Oriente Médio³⁰⁸.

O grupo *Forsta AP Fonden*, outro sócio da *Kroton Educacional*, é um fundo de investimento sueco que administra SEK 324 bilhões de coroas suecas, aproximadamente U\$\$ 192 bilhões de dólares norte-americanos, distribuídos em um portfólio composto por ações, títulos de renda fixa, imóveis, infraestrutura, fundos de

303 A respeito, ver: <https://www.nationwide.com/mutual-funds-nvit-funds.jsp>

304 A respeito, ver: <https://www.coronation.com/global/about-us/investment-approach/>.

305 A respeito, ver: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/200-maiores-grupos-2/>

306 A respeito, ver: <https://investor.vanguard.com/mutual-funds/profile/portfolio/vtsmx>

307 A respeito, ver: <https://www.bloomberg.com/profile/company/0755470D:NA>

308 A respeito, ver: <https://www.columbiathreadneedleus.com/about-us/>

private equity e fundos mútuos, apontando retorno anual médio de 7,4% nos últimos dez anos aos seus investidores. Chama atenção no site do fundo a importância do mercado financeiro dos países emergentes, para os quais são direcionados esforços de investimentos, por meio da associação com a empresa Black-Rock³⁰⁹.

A *Kroton Educacional* também tem, entre seus sócios, o grupo *JNL Mellon Capital Emergig Markets Index Fund*. Trata-se de um fundo de investimento dos Estados Unidos, criado em 2004, que opera preferencialmente empresas de capital aberto e que administra aproximadamente U\$\$ 290 bilhões de dólares, dos quais investe aproximadamente 17% do seu capital em ações de mercados emergentes³¹⁰.

A presença do *Banco do Japão* (oficialmente *The Master Trust of Bank of Japan*) foi identificada quando da análise da lista de sócios da *Kroton Educacional*. Trata-se de um banco fiduciário japonês fundado no ano 2000, em Tóquio, que foi pioneiro na administração de ativos, cujos principais acionistas são a *Mitsubishi, Nippon, Meiji Yasuda* e a *Norinchukin Trust*, administrando atualmente aproximadamente 408 trilhões de ienes japoneses³¹¹, aproximadamente US\$ 3,76 trilhões de dólares.

A ata de sócios indicou também a presença do grupo *Retirement Income Plano f Saudi Arabian Oil Company* na *Kroton Educacional*. Trata-se de um fundo árabe cuja história remonta há mais de oitenta anos, quando do acordo de 1933 do acordo de concessão entre a Arábia Saudita e a *Standar Oil Company of Califórnia* e a criação da empresa para gerenciar este contrato. Sua expansão está diretamente ligada ao sucesso dos chamados petrodólares. Desde os anos 1990 a empresa realiza investimentos em escala global e tem apostado na diversificação da sua carteira de operações. Recentemente a empresa, ainda vinculada ao governo saudita, aumentou participação na *Shell*, uma das maiores empresas de combustíveis do mundo³¹².

A *Kroton Educacional* também tem, entre seus sócios, a *Handelsbaken Funds*, um fundo mútuo sueco, que possui investimentos, além da própria Suécia, no Reino Unido, Dinamarca, Finlândia, Noruega e Holanda. Apesar de ter sido fundado em 1871,

309 A respeito, ver: <https://www.ap1.se/en/our-investments/portfolio-composition/>

310 A respeito, ver: <https://markets.ft.com/data/funds/tearsheet/holdings?s=0P00003EAY>

311 A respeito, ver: <https://www.mastertrust.co.jp/english/outline.html>

312 A respeito, ver: <https://www.saudiaramco.com/en/who-we-are/overview/our-history>

foi um século depois, no ano de 1970 que a empresa direcionou seus esforços para operações lastreadas nos investimentos³¹³.

O grupo estadunidense *Missouri Education Pension Trust* também está constando como associado da *Kroton Educacional*. Trata-se de um dos fundos com maior taxa de retorno aos investidores, na ordem de 8,7%³¹⁴.

A *Public Employees Retirement System of Ohio*, fundo de pensão dos funcionários públicos de Ohio, nos Estados Unidos, também consta da lista de sócios da *Kroton Educacional*.

A presença da *Vantage Trust III*, fundada em 1985, ou também conhecida como Associação Internacional de Derivativos e Swaps, foi identificada na lista da *Kroton Educacional*. Este fundo trabalha para tornar os mercados globais de derivativos mais seguros e eficientes e tem sido líder na promoção de práticas e processos sólidos de gestão de riscos e empreende com a formulação de políticas e legislações que promovam o tratamento de derivativos como uma ferramenta de gerenciamento de risco, atuando em mais de 71 países e mais de 900 instituições-membras – que inclui grandes empresas, empresas de gestão de ativos, fundos de investimentos mútuos, seguradoras, empresas de energias, *commodities* e bancos internacionais e regionais³¹⁵.

O banco *Morgan Stanley* foi identificado na análise da ata de sócios da *Kroton Educacional*. Trata-se de um dos maiores bancos de investimentos do globo, com ativos que ultrapassam o valor de U\$\$ 1,7 trilhão de dólares, com investimentos em grandes empresas como a *Uber*, *BR Distribuidora*, *Bradesco*, *Santander*, entre outros³¹⁶.

A grande presença de fundos de investimentos ou empresas que operam o capital comércio de dinheiro dos Estados Unidos no quadro societário da *Kroton Educacional* nos remete, em primeiro lugar, à lógica global predominante desde os anos 1980, quando os processos de desintermediação e o processo de descompartimentação promoveram o crescimento de formas fictícias de capital por agrupamentos principalmente dos Estados Unidos e da Inglaterra e em, segundo lugar, à presença de capital estrangeiro no país.

313 A respeito, ver: <https://www.handelsbanken.se/idaboutthegroup>

314 A respeito, ver: <https://www.pionline.com/article/20180830/ONLINE/180839987/missouri-education-pension-trust-returns-net-87-for-fiscal-year-above-its-benchmark>

315 A respeito, ver: <https://www.isda.org/about-isda/>

316 A respeito, ver: <https://www.morganstanley.com/what-we-do>

Entretanto, com a crescente expansão por meio do setor de serviços, que historicamente opera o capital comercial, o capital estrangeiro se faz presente mediante os investimentos ou controle de ações das principais empresas brasileiras que operam capital aberto na Bolsa de Valores por meio do investimento estrangeiro direto.

A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) estima que no ano de 2018 o Brasil passou à condição de quarto maior destino de investimento estrangeiro direto. Os números apontam que 90% das maiores aquisições de empresas na América Latina ocorrem no Brasil, na sua maior parte vinculada aos setores elétrico, petrolífero, de infraestrutura, agricultura ou comércio e concentra 40% dos investimentos destinados à região. Importante observar que globalmente o a queda nos investimentos globais foram de 22% no volume de fusões e aquisições transnacionais³¹⁷.

Apesar de ter saltado, no ano de 2018, à condição de quarto lugar no ranking dos investimentos estrangeiros diretos, o Brasil experimentou uma queda de 12% do aporte de capital estrangeiro no referido ano, considerando a queda global no índice de investimentos devido à crise que começou em 2008.

Entendendo que a margem de lucro de empresas como a *Kroton Educacional*, mesmo com a crise econômica que se agudiza no Brasil, mantém-se alta no decorrer dos últimos quatro anos, nunca sendo menor que R\$ 500 milhões de reais, por exemplo, o que torna os investimentos estrangeiros diretos aquecidos na empresa, apesar da crise mundial. O documento da UNCTAD indica que os investimentos estrangeiros diretos caem na medida de queda das taxas de retorno, que se expressam na lucratividade e retorno aos acionistas/investidores. Este definitivamente não é o caso da Kroton, que apesar da volatilidade de capital, expressa nos movimentos de redução ou aumento de participação acionária relevante, continua oferecendo altas taxas de retorno aos acionistas.

Apesar do intenso processo de movimentação de capitais, típico da fase atual de acumulação do capital, do qual destacamos as chamadas *comunicações relevantes de alteração societária*, é preciso observar o fetichismo da produção de valor no setor da educação ligada ao capital comércio de dinheiro, posto que a margem de lucro resulta de intervenções dos comitês executivos que após processos de concentração e

317 A respeito, ver: <https://nacoesunidas.org/brasil-passa-a-ser-4o-maior-destino-de-investimento-estrangeiro-direto-relatorio/>

centralização de capitais produzem estratégias de lucratividade que resultam do necessário aumento da taxa de mais-valia e, ao mesmo tempo, recusar teses equivocadas da abertura comercial da *Kroton Educacional* como um processo espontâneo do mercado, como se esse quadro fosse produzido sem intervenções consistentes do Estado brasileiro dado o lugar central que a finança ocupa na sociedade.

3.2.2 EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS E EXPANSÃO DA KROTON EDUCACIONAL

A tabela a seguir identifica, por meio dos comunicados oficiais da Kroton Educacional à CVM, os números de matrículas na empresa, discriminando no escopo das matrículas totais aquelas que são ofertadas presencialmente ou à distância. A informação aos acionistas da evolução dos números de matrícula é disponibilizada pela Kroton de forma pública a partir do ano de 2012, mas podem nos dar dimensão da evolução da empresa após processos de abertura de capital.

Tabela 1

Ano	Matrículas totais	Presencial	EaD
2018.2	871.243	369.388	501.855
2018.1	957.914	406.040	551.874
2017.2	901.642	399.862	501.780
2017.1	979.193	433.612	545.581
2016.2	915.181	425.246	489.935
2016.1	966.517	436.824	529.693

2015.2	1.005.810	444.813	560.997
2014.2	960.596	426.065	534.531
2014.1	592.083	180.620	411.463
2013.2	485.634	158.261	327.373
2012.2	365.964	124.020	241.944

No dia 5 de Setembro de 2012 tem início um tipo de comunicação que reestruturou a relação com os investidores – o comunicado regular (inicialmente anual, mas a partir de 2014 semestral) acerca dos processos de captação de alunos e rematrícula (KROTON, 2012, I).

Recordemos neste ponto a partir da elaboração formulada por Marx (2003) de que a circulação da mercadoria é o ponto de partida do capital para o seu processo de reprodução e que sem a circulação da mercadoria o circuito de rotação do capital não se completa e o negócio/empresa entra em colapso, por uma crise de reprodução do capital.

Recuperando o princípio de que todo capital precisa efetuar seu ciclo ininterruptamente, resulta daí o entendimento de que a rotação do capital é um ciclo realizado como um processo (não como um ato singular) e que diferentes capitais efetuam rotações em velocidades dispersas. Consequentemente, identifica-se a importância fundamental da mercadoria como o ponto da realização do capital.

Assim, a mercadoria que a empresa *Kroton Educacional* vende – no caso, a educação (especificamente aqui estamos falando da certificação dos cursos de ensino superior) – é utilizada nos relatórios ao mercado por meio de números que comprovam a viabilidade deste negócio aos investidores.

Neste primeiro comunicado no ano de 2012 a *Kroton Educacional* tranquiliza os acionistas/investidores e o próprio mercado, realçando que alcançou todas as metas internas da empresa com aumento de 21% de novos alunos, oscilação positiva de 20%

nas taxas de rematrícula e de 20% na base de alunos totais, saltando de 304 mil para 365 mil alunos na graduação, que na verdade são os compradores da mercadoria.

Seguindo o procedimento estratégico de publicização dos resultados das matrículas – que são resultados do processo de reprodução do capital na educação, apresentando a viabilidade da venda da mercadoria educação – no dia 18 de Setembro de 2013 a *Kroton Educacional* emitiu comunicado de desempenho ao mercado, com números impressionantes, dos quais destacamos 30.602 novos alunos da graduação presencial (aumento de 26% em relação ao segundo semestre de 2012), 66.400 novos alunos de graduação na modalidade à distância (aumento de 33% em relação ao segundo semestre de 2012), 127.659 alunos rematriculados na graduação presencial (aumento de 23% em relação ao segundo semestre de 2012) e 260.973 alunos rematriculados na graduação na modalidade à distância (aumento de 35% em relação ao segundo semestre de 2012).

É importante realçar que nesta data (i) a base total de alunos da empresa chegou a 526 mil matrículas - considerando ainda 40 mil alunos na pós-graduação e (ii) a empresa foi uma das pioneiras na oferta de vagas ligadas ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), tendo acesso a subsídios do governo federal, alcançando inicialmente 6.752 alunos (KROTON, 2013n).

Este foi um dos comunicados mais relevantes ao mercado, quando a empresa apresentou solidez de resultados não somente no ensino superior, mas perspectivas de avanço sobre o fundo público fundamentais para captar investimentos com o novo programa que o governo havia anunciado – o PRONATEC.

Em comunicado no dia 07 de Maio, a *Kroton Educacional* apresentava ao mercado os dados operacionais e financeiros da empresa (ainda não auditados) referentes ao primeiro trimestre do ano de 2014, inclusive com crescimento de 15% no número total de novas matrículas (aumentando de 175.372 para 201.910 alunos), de 30% no total da rematrícula (aumentando de 300.000 para 390.173), alcançando aproximadamente 592 mil alunos na graduação, que se somam aos 42.600 matriculados na pós-graduação, perfazendo uma empresa com mais de 634 mil alunos matriculados, com lucro bruto atingindo a marca de R\$ 455 milhões e lucro líquido de R\$ 290 milhões (KROTON, 2014e).

No dia 07 de Outubro do ano de 2014 foi emitido comunicado com informes sobre os resultados do processo de matrícula, indicando um crescimento de 10% na base de alunos no segmento presencial – com 70 mil novos alunos (crescimento de 27% se comparado ao mesmo período do ano anterior, considerando os 55.148 que eram novos alunos no terceiro trimestre de 2013) e 426 mil alunos no total; crescimento de 16% no segmento à distância – com 99.701 novos alunos se comparado ao mesmo período do ano de 2013 e um total de 534.531 alunos na educação à distância, encerrando ao ano com 961 mil alunos na graduação (KROTON, 2014, S).

A partir daqui a educação à distância toma a dianteira no processo de retorno lucrativo à empresa. Essa inflexão é importante do ponto de vista da importância desta modalidade para o processo de “mercantilização de novo tipo” do ensino superior – agora sob a completa dominância dos fundos de investimentos.

No dia 15 de Outubro de 2015 foi emitido comunicado sobre os processos de matrícula. O documento enviado ao mercado destaca os resultados a partir do “menor número de vagas de FIES disponibilizadas e a piora do cenário econômico observado ao longo desse ano” e que os números consolidados considerava a base de alunos da Kroton e Anhanguera (KROTON, 2015o).

Apesar de um aumento de 4% na base de alunos na modalidade presencial (de 426.065 para 444.813) e do aumento de 6% nos índices de matrícula (de 355.863 para 378.519), a captação de alunos novos caiu aproximadamente 6% (de 70.202 para 66.294) e o número foi bastante distante da expressiva taxa de crescimento de 27% comparado ao mesmo período do ano anterior.

Na modalidade à distância a taxa de crescimento também foi modesta se comparada ao ritmo de expansão dos trimestres divulgados anteriores – aproximadamente 5% de aumento na base de alunos na modalidade à distância (de 534.531 para 560.997), considerando apenas 4% de aumento na taxa de matrícula (434.830 para 451.030) e 10% na captação de alunos novos (99.701 para 109.967).

É importante destacar duas informações relevantes contidas no documento: a empresa informa ao mercado que o FIES ofereceu um quantitativo de vagas inferior aquele que foi registrado no mesmo período de 2014, considerando uma queda de 84% no número de novos contratos (de 35.854 para 5.608, já considerando que esse total incluía 2.818 alunos que vinham de outras instituições com o contrato do FIES) e que a

empresa ofereceu outros programas como saída financeira para não perder os alunos, como foi o caso do Parcelamento Especial Privado (PEP) que absorveu aproximadamente 3,5 mil alunos – este programa é entendido como uma prática de concessão de desconto pontual por meio de ações que não devem gerar impacto relevante no ticket médio ou na lucratividade da empresa, posto que outras medidas de ganho de eficiência que são implementadas em paralelo.

Pela primeira vez um documento ao mercado informou a taxa de evasão – possivelmente porque os números de queda na taxa do FIES poderiam abalar a confiança do mercado no potencial de investimentos. Assim, demonstrou-se que a taxa de evasão, apesar do cenário econômico nebuloso, manteve-se no mesmo nível tanto na modalidade presencial (aumento de 11,9% para 12,1%) e à distância (de 13,1% para 13,8%). Importante destacar também que a base total de alunos aumentou 5%, se comparado o terceiro trimestre de 2014 e o terceiro trimestre de 2015 (de 960.596 para 1.005.810). Entretanto, decaiu quando se comparam os resultados do segundo trimestre de 2015 (de 1.016.822 para 1.005.810).

No dia 28 de Abril de 2016 foi emitido comunicado ao mercado sobre o processo de captação de matrículas (KROTON, 2016, i). Neste comunicado alguns itens chamam atenção: (i) tendência de estabilização da base de alunos (966 mil alunos, com aumento de 0,3% na base total relativa ao primeiro trimestre de 2015, quando possuía 963 mil alunos); (ii) que reflete a queda de 66% do número de contratos celebrados com o FIES (diminuição de 41.860 para 14.390) e 43% do Prouni (queda de 8.742 para 4962 contratos); (iii) equilibrada no geral pelo aumento de 21% do número de alunos que tiveram acesso ao PEP (aumentou de 22.354 para 27.090 contratos); e (iv) aumento de 44% da captação de alunos pagantes, com destaque para a oferta do Parcelamento Estudantil Privado que impulsionou o processo de matrículas.

O documento realça “o momento mais desafiador vivenciado pelo setor”. Assim, reconhece que o PEP foi um grande acerto para manter a base de alunos que, ao final, determina o valor de mercado da empresa e a margem de lucro e de retorno aos acionistas, ainda que mediante intervenções de gestão no interior da empresa.

É importante observar que a oferta de um formato de crédito próprio é possível mediante a posse de massa concentrada de capital-dinheiro que pode ser mobilizado para outras funções a ponto de não comprometer eixos fundamentais da empresa. Dito de outra forma, a oferta de algum tipo de crédito só foi possível porque a própria

empresa já estava em dinâmica de dominância financeira, isto não seria possível no contexto anterior hegemônico por capitalistas individuais.

No dia 13 de Outubro de 2016 foi emitido comunicado ao mercado sobre os resultados da rematrícula e captação de alunos³¹⁸ (KROTON, 2016, m). Mas os números indicam que (i) a base total de alunos decaiu para 915.181, com leve aumento de 2% no número de alunos no segmento à distância (de 478.466 para 489.935) e diminuição de 1,7% no presencial (queda de 432.537 para 425.246).

Do ponto de vista financeiro, é importante observar que o número de contratos do FIES aumentou 8% (de 5.608 para 6.031, mas não o suficiente para compensar perdas de contratos anteriores) e queda de 15% nos contratos do Prouni (de 2970 para 2520), mas registrou um impressionante aumento de 700% nos contratos PEP (saltou de 3553 para 23944).

No dia 25 de Abril de 2017 foi divulgado comunicado ao mercado sobre os resultados e números do processo de captação de matrículas primeiro trimestre do ano de 2017 (KROTON, 2017d).

Os dados demonstraram estabilidade no número de alunos total do grupo, oscilando positivamente em um ponto percentual (aumentando de 966.517 para 979.193 matrículas, se comparado o primeiro trimestre de 2017 com o primeiro trimestre de 2016). A graduação presencial diminuiu 1% (caindo de 436.824 para 433.612 alunos, quando se compara o primeiro trimestre de 2017 com o mesmo período do ano anterior), enquanto a graduação na modalidade à distância aumentou 3% (saltando de 529.693 para 545.581 alunos, considerando o mesmo o período de comparação dos exemplos pretéritos).

Entretanto, alguns números precisam ser discriminados, como é o caso da queda no segmento presencial de 26% na captação do FIES (caindo de 14.390 para 10.615 matrículas) ou a diminuição de 13% na captação do Prouni (queda de 4962 para 4307). Novamente a dianteira do processo de expansão nas matrículas foi o aumento de 28% da captação de matrículas para a oferta do seu financiamento próprio, o PEP (Parcelamento Estudantil Privado). O segundo número mais expressivo deste balanço foi o aumento de 11% nas matrículas novas, quando comparado o primeiro trimestre de

³¹⁸ Via de regra, o método adotado pela *Kroton Educacional* é a comparação com o mesmo período trimestral do ano anterior, o que pode gerar algum tipo de distorção em alguns números.

2017 com o mesmo período do ano anterior, na modalidade à distância, com salto de 180 para 201 mil alunos.

No dia 11 de Agosto de 2017, a Kroton fez um importante informe ao mercado e investidores a respeito da parceria firmada com o *Banco Votorantim*, por meio da *BV Financeira* para oferta de crédito estudantil aos alunos do grupo (denominado de Financiamento Estudantil Privado - FEP), com duração de dez anos contratuais e abrangendo todas as instituições que pertencem ao grupo *Kroton Educacional* (KROTON, 2017i).

Trata-se talvez de uma das mais importantes iniciativas do grupo Kroton Educacional para assegurar a circulação da mercadoria educação e do consequente processo de produção de valor da mercadoria educação. Considerando que o governo e o principal programa que foi o fulcro do crescimento das matrículas atravessava um momento de incerteza, a *Kroton Educacional* foi pioneira em estabelecer uma parceria no interior do setor financeiro para promover a venda da mercadoria educação. No documento fica claro que a parceria não envolve “qualquer tipo de ação acionária e representa um complemento importante na oferta de parcelamento estudantil da Kroton”. Este processo representa o acréscimo de outro agente de mediação no processo de produção do valor nas instituições de ensino superior – no caso os bancos.

Segundo informações coletadas em sítios dedicados ao mundo dos negócios, como é o caso do jornal *Valor Econômico*, o estudante que solicita acesso ao crédito não pagará juros, apenas correção monetária e poderá contar com prazo diferenciado para pagamento, tendo as mesmas regras que o programa de parcelamento criado pela própria instituição, com a possibilidade de financiar 50% da mensalidade. A *Kroton Educacional* financiaria as taxas de juros e a *BV Financeira* financiaria os recursos, com expectativa de que 30% dos alunos estudem com financiamento privado financeiro³¹⁹.

Acerca desta parceria, três considerações são importantíssimas: a primeira que possibilita à *Kroton Educacional* a diversificação das fontes de receitas, além da ampliação da carteira de crédito estudantil. A segunda que trouxe outro ator do setor financeiro que não estava inserido nos circuitos de valorização do capital, que oferece à clientela consumidora dos serviços educacionais uma análise rápida de crédito, facilidade para parcelar as prestações e agilidade mediante contratação totalmente on-

319 A respeito, ver: <https://www.valor.com.br/empresas/5076662/kroton-passa-oferecer-financiamento-estudantil-com-bv-financeira>

line. A terceira consideração remete à função do crédito nos processos de financeirização na medida em que se torna um ganho especulativo sobre um processo futuro na forma de juros, permite ao capitalista que vende a mercadoria (qualquer que ela seja) maior obtenção de mais-valia, reproduz de forma ampliada o capital e permite condições da conclusão do ciclo de rotação do capital, evitando crises, pois o financiamento pelo crédito permite ampliação das operações de venda da mercadoria e aumenta a rentabilidade do negócio.

No dia 11 de Outubro foi divulgado o comunicado de captação de matrículas no segundo semestre de 2017, que apresenta os resultados da empresa sob um olhar contemporizante de compreensão “das altas taxas de desemprego e do crescimento econômico bastante modesto” (KROTON, 2017n).

A base total de alunos caiu um por cento (de 915.181 no terceiro trimestre de 2016 para 901.642 no terceiro trimestre de 2017), apesar de um aumento de 6% na captação total de novos alunos, saltando de 168.754 para 179.481, justificada por uma queda de três por cento, que significa mais de 25 mil alunos no processo de rematrícula, acentuando a evasão. Esta queda foi mais acentuada, aproximadamente 6%, quando se compara apenas o segmento presencial – diminuindo de 425.246 para 399.862. Do ponto de vista financeiro, no segmento presencial a principal alavanca foi o crescimento do número de contratos com o Prouni (aumento de 105%, de 2520 para 5175) e de 50% no número de matrículas da categoria de alunos pagantes (saltando de 33.138 para 49.577).

O FIES no período teve queda de 16% no número de contratos (caiu de 6031 para 5094 contratos) e o PEP teve queda de 76%, devido a restrições de cumulatividade de ofertas, que reduziu a atratividade do serviço de parcelamento da Kroton e impulsionou o modelo ofertado pela *BV Financeira*. O segmento à distância aumentou dois pontos percentuais, de 489.935 para 501.780 contratos, mas chamou atenção o aumento no número de contratos do Prouni neste segmento, saltando 453% - de 1307 para 7222 matrículas.

A maior queda foi sentida no segmento presencial, com diminuição de 5,2% do número de alunos (queda para 406.040 alunos considerando o mesmo período), enquanto a educação à distância teve um tímido aumento de 1,2%, saltando de 545.581 para 551.584 alunos.

Do ponto de vista financeiro, é importante realçar que a captação de alunos via Prouni aumentou 163% (saltando de 4.307 para 11.342 alunos) e a captação de pagantes aumentou 24,5%, de 61.369 para 76.398. O número de contratos celebrados com o FIES caiu 71% (queda de 10.615 para 3.006 contratos).

No dia 11 de Outubro foi divulgado comunicado sobre os resultados no processo de captação de matrícula (KROTON, 2018t). A base total de alunos diminuiu quase três por cento, de 896.790 para 871.243 alunos, considerando o período de comparação com o terceiro trimestre de 2017.

Quando a comparação é feita com o segundo trimestre de 2018 a perda é ainda maior, quase 5%, posto que a *Kroton Educacional* possuía 901 mil alunos no início do ano de 2018. A principal força de perda de alunos foi no processo de rematrícula, exatamente quando as dificuldades financeiras de custeio das mensalidades se apresentam com mais força. Assim, a queda de mais de 4% determino diminuição de 718.105 para 6897.931 alunos que se rematricularam, comparando o terceiro trimestre de 2017 com o terceiro trimestre de 2018.

A captação de novos alunos conseguiu equilibrar a dinâmica, com aumento de 2,6% de 178.685 para 183.312 alunos. A graduação na modalidade presencial perdeu 6,5% dos alunos, com diminuição de matrícula (no terceiro trimestre de 2017 a Kroton possuía 395.010, enquanto no terceiro trimestre de 2018 possuía 369.388 alunos). A queda na rematrícula do ensino presencial, onde geralmente estão as maiores mensalidades, foi de quase 9%, caindo de 330.200 para 301.167, apesar do crescimento de 5,3% de matrículas novas (aumento de 64 para 68 mil). Entretanto, a modalidade à distância não apresentou crescimento pela primeira vez (eram 501.780 alunos no terceiro trimestre de 2017 e no mesmo período do ano seguinte registrou-se 501.855).

Na modalidade presencial é importante destacar queda no número de contratos do FIES em 64,8% (diminuição de 5079 contratos para 1798), de Prouni em 10,7% (diminuição de 5145 para 4595) e nas perdas na captação de alunos pagantes em 5,7% (de 48.876 para 46.069 matrículas). A exceção ficou por conta do PEP, organizado pelo Banco Votorantim, que cresceu 176%.

3.2.3 DIVIDENDOS, LUCRO E VALOR DAS AÇÕES ORDINÁRIAS

Tabela 2

Ano	Dividendos pagos aos acionistas	Valor por ação ordinária
2009.1	R\$ 12.949.232,61	R\$0,0607065
2009.2	R\$12.050.767,39	R\$0,05649912
2013.1	R\$ 44.803.269,84	R\$ 0,16718911131
2013.2	R\$40.924.387,29	R\$0,1527145667388170
2013.3	R\$23.633.899,08	R\$0,08827507866
2013.4	R\$ 30.386.389,56	R\$ 0,11355094323335
2014.1	R\$27.741.010,63	R\$ 0, 103397449043883
2014.2	R\$65.254.642,04	R\$0,2432198168729420
2014.3	R\$ 483.000.000,00 ³²⁰	R\$ 1,798710414010070
2015.1	R\$88.289.071,75	R\$ 0,05440693273680850
2015.2	R\$88.289.071,75	R\$ 0,0547789788997
2015.3	R\$98.835.120,37	R\$0,06106006339004830
2015.4	R\$ 74.289.239,83	R\$0,0460190859347467000
2016.1	R\$ 70.168.488,00	R\$ 0,0434261230516833
2016.2	R\$ 199.285.434,25	R\$ 0,1232147129078030
2016.3	R\$ 172.691.686,41	R\$ 0,10665941
2016.4	R\$122.430.155,47	R\$0,0754166334
2017.1	R\$ 125.583.838,66	R\$ 0,0773108109
2017.2	R\$ 187.595.799,23	R\$ 0,1154544671
2017.3	R\$ 207.917.761,91	R\$0,1277616157
2017.4	R\$171.317.056,33	R\$0,1045081823
2018.1	R\$ 148.449.604,69	R\$0,0905488525
2018.2	R\$ 180.657.849,14	R\$0,1107914697
2018.3	R\$ 177.591.992,37	R\$ 0,1091546243
2018.4	R\$ 132.170.352,98	0,0812251509

320 Deste montante, aproximadamente R\$ 300 milhões seriam creditados aos acionistas imediatamente. Os demais valores seriam pagos em comunicados suplementares, entretanto com outro valor de ação ordinária. Aparenta que a empresa optou por manter uma quantidade de capital em circulação.

A tabela 2 apresenta os demonstrativos financeiros da *Kroton Educacional* divulgados ao mercado e aos investidores, por meio de comunicação pública à *Comissão de Valores Mobiliários* a partir do ano de 2013.

É importante observar que a regularidade e, portanto, a transparência maior dos comunicados ao mercado está relacionada à comunicação de fato relevante do dia 5 de Dezembro de 2012 (Kroton a6), por ocasião da conclusão do processo de migração da empresa para o segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA³²¹, que determinou (i) a reforma global do estatuto da empresa para adequação às exigências da do regulamento do nível novo mercado.

Entre as principais exigências podemos destacar que (i) o capital da empresa seja composto exclusivamente por ações ordinárias com direito a voto; (ii) no caso de alienação de controle, todos os acionistas têm direito de venda de suas ações com mesmo preço em relação aquelas detidas pelo controlador; instalação de uma área permanente de auditoria interna – não mais aquelas que eram apenas independentes; em caso de saída do nível novo mercado, a realização de uma oferta pública de aquisição de ações por preço justo – presume-se neste caso que a saída deste segmento represente necessariamente saída de capitais por temeridade antecipada; conselho de administração com conselheiros independentes; manutenção de no mínimo 25% das ações circulantes; elaboração e divulgação de políticas de remuneração; divulgação simultânea, em inglês e português, de fatos relevantes e informações sobre proventos; entre outros³²².

Assim, no ano de 2009, por meio do comunicado público do dia 03 de Abril, foi informada distribuição de dividendos no valor de R\$ 12,9 milhões de reais, a ser distribuídos de acordo pelo valor de R\$ 0,06 por ação individual (KROTON, 2009b). Também no dia 14 de Setembro daquele ano foi emitido um comunicado ao mercado a respeito da divisão de dividendos no valor de R\$ 12 milhões e valor unitário de ação de R\$ 0,0564 (KROTON, 2009h).

321 A BM&FBOVESPA é apontada pelo portal oficial do governo brasileiro como “a única bolsa de valores, mercadorias e futuros em operação no Brasil. É ainda a principal instituição para intermediação de mercados de capitais do país. Foi formada em 2008 a partir da integração da Bolsa de Valores (BOVESPA) e da Bolsa de Mercadorias & Futuros”. A respeito, ver: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2009/11/bm-f-bovespa>

322. A respeito, ver: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/novo-mercado/

Apesar dos dois comunicados acima, foi possível encontrar comunicados permanentes e regulares ao mercado a partir do ano seguinte – 2013 – informando pagamentos de dividendos aos acionistas.

No dia 19 de Março de 2013 a *Kroton Educacional* enviou comunicado ao mercado anunciando o pagamento antecipado de dividendos no valor de R\$ 44,8 milhões no valor de R\$ 0,167 por ação individual (KROTON, 2013c).

Ressaltamos que possivelmente foi por causa dos processos de capitalização da empresa que valor das ações unitárias aumentou significativamente. Foi a primeira vez, por exemplo, que foi pago num valor acima de R\$ 0,15 por ação unitária.

No dia 19 de Abril de 2013, em outro comunicado ao mercado, foi anunciado o pagamento de dividendos no valor de R\$ 15 milhões, num valor de R\$ 0,0567 por ação – num valor total de R\$ 60 milhões, dos quais R\$ 44,8 milhões foram antecipados no mês anterior (KROTON, 2013d).

No dia 14 de Maio do ano de 2013 em outro comunicado ao mercado, a Kroton informou pagamento de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 40,9 milhões distribuídos pelo valor de R\$ 0,1527 por ação, momento que as ações continuam valorizadas e sendo remuneradas em valor acima de R\$ 0,15 (KROTON, 2013g).

No dia 8 de Agosto de 2013 foi emitido comunicado público de pagamento de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 23,6 milhões de reais e valor unitário de ação na ordem de R\$ 0,088 (KROTON, 2013j).

No dia 07 de Novembro de 2013, em comunicado público, informou o aviso de pagamento aos acionistas no valor de R\$ 30,3 milhões no valor de R\$ 0,1135 por ação individual, trazendo o pagamento para valores acima de R\$ 0,10 (dez centavos) por ação individual (KROTON, 2013r).

No dia 26 de Março de 2014 por outro comunicado informou aos acionistas de pagamento de dividendos na ordem de R\$ 27,7 milhões no valor de R\$ 0,1033 por ação ordinária (KROTON, 2014d).

No dia 13 de Maio de 2014 foi emitido aviso aos acionistas de distribuição de lucros e dividendos no montante de R\$ 65,254 milhões e valor de ação de R\$ 0,243 por ação (KROTON, 2014, F). Esta foi uma das ações mais bem remuneradas da história da empresa.

No dia 3 de Julho, em outro comunicado de aviso aos acionistas sobre distribuição de dividendos e juros informou-se o valor de R\$ 483 milhões de reais a ser pago aos acionistas e valor de ação individual por R\$ 1,798, aumentando o valor da ação da empresa a um nível nunca antes verificado (KROTON, 2014g).

No dia 15 de Agosto de 2014 comunicou-se o mercado a respeito do pagamento de dividendos aos acionistas de R\$ 91 milhões de saldo a pagar da operação anterior com valor de R\$ 0,3407 por ação ordinária (KROTON, 2014k).

Mantem-se aqui tendência de elevação de pagamento de valores por título e ações da empresa. Da mesma maneira, no dia 19 de Setembro foi emitido comunicado sobre pagamento de dividendos para quitar o valor de R\$ 483 milhões de reais e valor de ação de R\$ 0,3407, mantendo tendência de aumento do valor unitário de ações (KROTON, 2014r).

No dia 12 de Maio de 2015 o comunicado de distribuição de dividendos foi emitido informando o valor de R\$ 88,2 milhões a ser distribuído entre os sócios, no valor unitário de R\$ 0,054 por ação individual (KROTON, 2015, h). Aqui o valor unitário de ação pela primeira vez retorna às taxas de remuneração do início da abertura do capital da empresa.

No dia 09 de Junho de 2015 o comunicado sobre distribuição de dividendos e lucros no valor de R\$ 88,2 milhões e ação unitária no valor de R\$ 0,054 foi divulgado (KROTON, 2015, l).

No dia 12 de Agosto de 2015, outro comunicado foi divulgado acerca da distribuição de dividendos no valor de R\$ 98,835 milhões e valor de ação de R\$ 0,061 (KROTON, 2015m).

No dia 12 de Novembro de 2015 foi emitido um comunicado sobre dividendos na ordem de R\$ 74,2 milhões, distribuído a partir do valor individual de ação de R\$ 0,0460 – este talvez o mais baixo índice de remuneração da carteira de títulos por ações da empresa no decorrer da análise que empreendemos (KROTON, 2015p).

No dia 15 de Março de 2016, o comunicado público sobre distribuição de dividendos foi emitido, informando distribuição de lucro no valor de R\$ 70 milhões e R\$ 0,043 por ação ordinária (KROTON, 2016, g).

No dia 12 de Maio, em comunicado ao mercado, a *Kroton Educacional* anunciou a segunda maior distribuição de dividendos aos acionistas da sua história, no valor de R\$ 199 milhões e R\$ 0,123 por ação ordinária, voltando a um valor elevado de cotação das suas ações no processo de retorno aos investidores (KROTON, 2016, j).

Outro comunicado de dividendos aos acionistas – também num valor altíssimo – foi emitido no dia 12 de Agosto, no valor de R\$ 172,691 milhões e R\$ 0,1066 por ação ordinária (KROTON, 2016, k).

Aqui é possível observar que apesar de quedas nas taxas de arrecadação que podem ser impulsionadas por menor quantidade de alunos procurando vagas ou mesmo pela aparente crise de acesso ao fundo público, algumas medidas foram tomadas no interior da gestão profissional para assegurar uma alta taxa de retorno aos acionistas e investidores.

No dia 21 de Novembro foi anunciada a distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 122,430 milhões e R\$ 0,0754 por ação ordinária – apesar da queda no valor da ação, os números líquidos de lucro distribuídos aos acionistas foram contundentes (KROTON, 2016o).

No dia 22 de Março de 2017 foi emitido comunicado sobre a distribuição dos dividendos no valor de R\$ 125,582 milhões com valor de ação no total de R\$ 0,0773 (KROTON, 2017b). Manteve-se um patamar de lucros superiores a R\$ 120 milhões de reais, numa tendência de estabilização do lucro, apesar do valor unitário da ação ter diminuído, o que se deve à entrada de ativos mediante emissão de ações unitárias nos anos anteriores.

No dia 11 de Maio de 2017 foi emitido aviso aos acionistas de distribuição de dividendos relativos ao primeiro trimestre de 2017, no valor de R\$ 187,5 milhões com valor de R\$ 0,115 por ação, recalibrando para cima a margem de lucratividade, apesar das dificuldades que o contexto apresentou (KROTON, 2017e).

No dia 11 de Agosto de 2017, em outro comunicado, os acionistas foram avisados sobre a distribuição dos dividendos na ordem de R\$ 207,9 milhões de reais ao valor de R\$ 0,1277 por ação, mantendo novamente a tendência de crescimento da margem de lucro (KROTON, 2017j).

No dia 09 de Novembro de 2017 foi emitido aviso aos acionistas sobre dividendos com montante a ser pago no valor de R\$ 171,317 milhões de reais a ser

distribuídos na proporção cotas individuais no valor de R\$ 0,1045 por ação ordinária (KROTON, 2017p).

No dia 16 de Março de 2018 foi emitido comunicado informando pagamento de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 148,5 milhões perfazendo R\$ 0,0905 por ação ordinária (KROTON, 2018d).

No dia 11 de Maio foi enviado comunicado informando aos acionistas de pagamentos de dividendos no montante de aproximadamente R\$ 180,5 milhões com valor de ação de R\$ 0,1107 - apesar da tendência de queda em números de matrículas e contratos celebrados a partir do fundo público, os números relativos à margem de lucratividade da empresa e do valor da remuneração das suas ações permanece elevado (KROTON, 2018l).

No dia 14 de Agosto foi divulgado comunicado de aviso aos acionistas sobre dividendos e lucros, indicando que a empresa distribuirá R\$ 177,5 milhões aos acionistas conforme ação individual no valor de R\$ 0,1091 (KROTON, 2018o).

No dia 26 de Novembro 2018 por meio de comunicado público a Kroton Educacional informou o pagamento de R\$ 132 milhões de reais aos acionistas, com valor da cota em R\$ 0,0812251509 (KROTON, 2018v).

No ano de 2014 foi de aproximadamente R\$ 140 milhões de reais. R\$ 577 milhões de reais. No ano de 2015 o lucro devolvido aos acionistas foi de aproximadamente R\$ 351 milhões de reais. No ano de 2016 o lucro devolvido aos investidores foi de aproximadamente R\$ 566 milhões de reais. No ano de 2017 o lucro que voltou aos acionistas foi de quase R\$ 700 milhões de reais. No ano de 2018 a Kroton Educacional lucrou aproximadamente R\$ 640 milhões de reais.

CONCLUSÕES

As transformações recentes no capitalismo determinaram mudanças em todos os segmentos da sociedade, das relações de trabalho, passando pela função do Estado até chegar ao segmento privado. A mundialização do capital e a financeirização da economia atingiram amplas áreas sociais, entre as quais a educação, que, no contexto da hipertrofia do setor de serviços, tem sido explorada como um espaço de valorização do capital. Se por um lado já havia um processo de mercantilização em curso acentuado desde os anos 1990, atualmente encontramos outro patamar da mercantilização, agora em tutelada pelo capital financeiro, através dos fundos de investimentos, que redefinem o caráter da própria mercadorização da educação.

Entender o ensino superior atualmente torna-se tarefa complicada, ganhando a densidade necessária na medida em que se compreendem os nexos e tratativas do capital financeiro neste contexto de hegemonia da finança. Trata-se de um esforço para relacionar o ensino superior ao movimento que o capital tem empreendido, muitas vezes de forma subterrânea.

As pesquisas que estruturaram esta tese apontam que estamos de fato em um processo de mercantilização diferenciado em relação ao que fora vivenciado nos anos 1990. Este processo que denominamos de novo tipo é atinente e segue a lógica da financeirização que se estabelece no ensino superior. A análise dos dados foi ao encontro da nossa hipótese de que houve uma mudança de qualidade na natureza da mercadorização da educação e da mercantilização do ensino superior, a partir da centralidade do capital comércio de dinheiro que subordina diferentes formas de capital.

Trata-se de um trabalho que não foi simples de ser desenvolvido, afinal os movimentos subterrâneos do capital financeiro procuram debelar os rastros da complexa rede de organizações financeiras que conduzem ao processo de supercapitalização, como observa Mandel (1985), e que adentra no ensino superior de forma sistemática a partir de 2007 e 2008.

A pesquisa identificou que a educação superior e seu processo de mercantilização apresentaram mudanças importante em relação às características da mercantilização típica da primeira fase de neoliberalismo nos anos 1990, com a substituição dos capitalistas que dirigem o processo – as empresas de natureza familiar são substituídas por frações do capital vinculadas ao universo da finança, controlada por investidores nacionais, mas sobretudo internacionais.

É possível identificar o primeiro elemento do processo de financeirização do ensino superior com a crescente importância das operações realizadas na Bolsa de Valores. No Brasil as principais operações ocorrem na B3, que faz referência à Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro de São Paulo (BM&FBOVESPA) e as principais empresas educacionais desde 2007 negociam a participação no mercado de ações. Assim foi com a Estácio Participações, Ser Educacional ou com a Kroton Educacional. Ressalte-se que além da participação no mercado de títulos, a Kroton Educacional, cuja sede é localizada em Belo Horizonte, abriu um escritório em São Paulo, por meio da diretoria de relação com os investidores, para estreitar a relação da empresa com o setor financeiro, que é majoritário no quadro societário da instituição.

Foi na Bolsa de Valores de São Paulo, por exemplo, que a empresa negociou diversas operações, sobretudo ligadas à capitalização por meio da oferta de IPO's, que também é o espaço onde se acentua a dimensão especulativa (capital fictício) do processo de financeirização. As ações da empresa crescem (e também diminuem) a depender das expectativas do mercado, como anúncios de queda de faturamento, obtenção de fundo público, estratégias de governança corporativa, entre outros que podem animar ou amedrontar os investidores do mercado financeiro.

Não por um acaso, a análise da ata de sócios da Kroton Educacional no último capítulo confirmou o capital comércio de dinheiro no comando do processo de reprodução do capital, com a presença de diversos fundos de investimentos, mas também fundos de pensão e fundos mútuos. Além dos sócios e acionistas que foram fundadores da empresa – notadamente as famílias dos empresários Evandro José Neiva, Walfrido dos Mares Guia Neto, Célia Galindo e Altamiro Belo Galindo, Júlio Cabizuca ou Laffranchim – identificamos a presença de mais de 43 fundos de investimentos e pensão, a maior parte de empresas de gestão de ativos dos Estados Unidos, mas também de países como França, Reino Unido, Alemanha, Japão, Austrália, Suécia, Nova Zelândia, Hong Kong, Holanda, dos Emirados Árabes Unidos, entre outros, que confirmam o controle majoritário do capital estrangeiro no vigoroso mercado de ensino superior que foi formado.

A entrada da empresa no nível Novo Mercado da Bolsa de Valores foi determinante para a pulverização do quadro societária, que determina que não haja mais um sócio majoritário. Ao contrário, isso significa a concretização da hegemonia da finança nas empresas que abrem seus capitais e recebem intensos processos de

capitalização. Esta pulverização numa miríade de fundos de investimentos que a controlam – que são ou podem ser representantes de outros fundos ou formas de aplicações financeiras – oportuniza o controle de capitalistas coletivos nas decisões e a entrada de executivos independentes e o fortalecimento dos processos de auditoria internos, com a finalidade de análise rigorosa dos fluxos de caixa e da rentabilidade dos acionistas.

A livre circulação de capitais, típico do atual período de financeirização, ficou visível no decorrer da pesquisa. Os diversos comunicados oficiais aos investidores de participação acionaria de diversos grupos econômicos no quadro societário evidenciou que a dinâmica atual de financeirização está presente na Kroton Educacional. A análise de comunicados nos anos que analisamos indica que a educação se tornou uma plataforma de valorização do capital onde o investimento do capital não necessariamente é na educação: na verdade os fundos investem em diversas empresas de um portfólio variado com intenção de retorno seguro ou em menor prazo. Não por acaso diversos grupos operam investimentos, mas também desinvestimentos no grupo.

A Kroton Educacional imprimiu dimensão monopólica no mercado de ensino superior brasileiro. Estima-se que controle aproximadamente 871 mil matrículas de um universo de 6,3 milhões de alunos matriculados. A evolução de matrículas na empresa e o processo de monopolização foram possíveis mediante aberturas e vendas de participações em ações nas Bolsas de Valores que possibilitaram à empresa captação de vultosas somas de recursos que a rigor conduziram o processo de concentração e centralização de capitais que orientou a estratégia, vitoriosa do ponto de vista do mercado, da empresa de crescimento, que significou compra de instituições menores e expansão em direção aos mercados onde a empresa não possuía penetração e depois a compra de outras grandes instituições, como foi o caso da incorporação da Anhanguera Educacional, que foi posteriormente transformada em uma das marcas da empresa. Esta estratégia significou também outros processos de capitalização a seguir, pela venda de ações ordinárias da empresa.

A Kroton ao adentrar no nível Novo Mercado da Bolsa de Valores teve que assumir um protocolo de obrigações, entre as quais está a elevação do nível de transparência de informações importantes aos investidores. Assim, a empresa desde 2012 vem sistematicamente divulgando os resultados dos processos de captação (para

alunos novos) e rematrícula (para alunos veteranos), na modalidade presencial e à distância.

Os números de matrícula demonstram inequivocamente a consolidação da empresa no ensino superior. Os números são divulgados semestralmente com início no segundo semestre de 2012, quando a empresa possuía 365 mil alunos. No ano de 2015 a Kroton Educacional chegou a ter mais de um milhão de alunos, com oscilações em seguida. Observa-se que os números divulgados nos primeiros semestres são sempre superiores aos dos segundos semestre. Provavelmente este fator se deve à evasão ocasionada pelas dificuldades de pagamento das mensalidades da instituição.

A mercadoria educação precisa ser entendida nas proposições formuladas por Marx entende a mercadoria como a principal categoria para entendimento do capitalismo, aprofundado pelo valor de troca. A mercadorização da educação superior operada pela Kroton Educacional ocorre com um número de mediações cada vez menor, afinal o objetivo da empresa é abertamente mercantil e seu quadro de sócios é formado por diversos representantes do capital comércio de dinheiro. A mercadoria educação vendida pela Kroton é chave para entender o nível das relações burguesas estabelecidas atualmente, que como tal, para operar o ciclo de rotação do capital, precisa circular.

A respeito do pagamento das mensalidades, é importante recordar a importância do fundo público (especialmente o FIES) para o processo de consolidação do mercado de educação superior, que é expresso no crescimento vertiginoso de recursos públicos para o programa, saltando de R\$ 1 bilhão para R\$ 16 bilhões, por exemplo. Estudos como os de Leher (2018a) já indicavam a importância do programa como garantia de viabilidade dos investimentos na educação superior dada a indução operada pelo Estado.

O papel do Estado foi determinante na indução do processo de monopolização da educação. Em primeiro lugar porque criou, desde antes do atual processo de mercantilização, condições que favoreceram a concepção mercantil de educação e fortaleceu o processo de empresariamento, desde a ditadura empresarial-militar com mudanças a respeito das regras que ao final deste período colocaram o setor privado na liderança da oferta de vagas ou mesmo nos anos 1990 com a contrarreforma do Estado que logrou amplo crescimento do setor. Mas foi nos anos 2000 que este processo se intensificou. Inicialmente a criação do Prouni permitiu um reequilíbrio de forças favoráveis aos empresários da educação superior com acesso a um novo pacote de isenções tributárias e a seguir a flexibilização das regras para acesso ao financiamento

estudantil. Este fator foi determinante para o processo posterior de entrada de capitais procurando liquidez no setor e a própria substituição da fração dos capitalistas que dirigem o segmento – no caso os investidores, a maior parte internacionais.

Mas é importante observar que além do Estado, a estratégia do capital comércio de dinheiro foi o próprio setor financeiro. Chama atenção neste trabalho, com a crise aberta pelo FIES no ano de 2018 o anúncio de um programa específico de financiamento das mensalidades (PEP) e o anúncio de parceria com a BV Financeira que oferta atualmente crédito específico para jovens com dificuldades financeiras para contração de dívida para pagamento de mensalidades da Kroton Educacional.

Para Leher (2015), distante da tese da “mão invisível”, o Estado assume protagonismo ao se tornar parte da hegemonia do capital financeira quando flexibilizou legislações em prol do setor privado, ao ampliar o mercado de consumidores por meio de um exame nacional e de menor complexidade (ENEM), conceder incentivos tributários aos grupos econômicos (Prouni) ou recursos públicos para financiamento estudantil ou ressignificar a concepção de público mediante o Plano Nacional de Educação.

Chesnais (2005) afirma que a forma capital contemporânea, no caso o capital portador de juros, e a sua dimensão atual não é produto de um movimento também autônomo ou próprio. O papel que desempenha hoje o sistema financeiro foi possível somente através da atuação do Estado, seja através do movimento de liberalização e desregulamentação do sistema financeiro, por meio de políticas que facilitaram e favoreceram a centralização dos fundos e títulos não reinvestidos na esfera da produção, parte dele direcionado para o setor de serviços e, particularmente, para a educação como a nova fronteira de acumulação.

No Livro III de O Capital, Marx (2000) coloca em relevo a relação do capital com o processo de trabalho, o sociometabolismo dos trabalhadores e o modo como os capitalistas operam o processo do capital. Estes aspectos a rigor estão ligados ao processo crescente de acumulação que produz a concentração e a concentração que conduz ao monopólio. A concentração e centralização de capitais surgem das disputas concorrenciais e servem para aprofundá-las, como pode ser verificado no caso das fusões e incorporações. As investigações do grupo de estudos de financeirização da educação do Colemarx sustentam que os aportes diretos e indiretos do Estado (FIES,

ProUni, BNDES, entre outros) são decisivos para o frenético processo de fusões e, sobretudo, aquisições que vêm transtornando o mercado educacional brasileiro.

Este é o quadro que permite o retorno aos investidores de lucros consideráveis. Por exemplo, no ano de 2018 a margem de lucro que retornou aos investidores, por meio dos diversos fundos que controlam o grupo, foi de R\$ 638 milhões de reais líquido. Este não é o faturamento da instituição, se trata apenas dos ativos que retornaram aos acionistas após o ciclo de valorização.

A intensa movimentação de capitais, estruturadas a partir dos diversos processos de abertura de capital da *Kroton Educacional*, que permitiu a entrada de fundos de investimentos que, apesar de analisados por meio da última ata de sócios, é possível constatar, do ponto de vista teórico, o triunfo da ideia de fetichismo financeiro. Chesnais (2001) observa que o fetichismo inerente à mercadoria e ao dinheiro, contido durante algumas décadas com a ajuda das instituições e políticas que comprimiram o capital em um quadro nacional, é confirmada na medida da intensificação do processo que adequa a educação às tendências postas pela mundialização do capital, conceito que nos ajuda a compreender o fenômeno da financierização da economia e da sua forma particular na educação.

A realidade do ensino superior apresenta atualmente mudanças qualitativas importantes do ponto de vista da análise da mercantilização. É inegável que mudanças operadas pela fração que controla o grupo indicam que a mercantilização da educação é uma dimensão particular de um processo mais amplo de financeirização que se aprofunda na sociedade brasileira, aprofundando os traços do capitalismo dependente do país, impulsionado pela vulnerabilidade que a saída de capitais pode ocasionar.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; SANTOS, Silvana; MIOTO, Regina. **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro** - o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964). Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BORON, Atílio. **O socialismo no século XXI**: há vida após o neoliberalismo? São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CARVALHO, Cristina. A mercantilização da educação brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 2, 2013.

CARVALHO, Cristiane. Política para educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiro**, v. 58, ap. 17-37, 2014.

CHESNAIS, François. A “nova economia”: uma conjuntura própria à potencia econômica estadunidense. In: CHESNAIS, François; DUMENIL, Gerard; LÉVY, Dominique; WALLERSTEIN, Immanuel (orgs.). **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François (org.). **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. Financiamento do ensino superior: novos e antigos mecanismos de privatização do fundo público. In: SALVADOR, Evilásio; BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete; GRANEMANN, Sara (orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

CORBUCCI, Paulo Roberto; KUBOTA, Luís Claudio; MEIRA, Ana Paula. Evolução da educação superior privada no Brasil: da reforma universitária de 1968 à década de 2010. **Revista Radar**, n. 46, Agosto 2016.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. São Paulo: UNESP, 2007.

DAVIES, Nicholas. Mecanismos de financiamento: a privatização dos recursos públicos. In: NEVES, Lucia Maria Wanderley (org.). **O empresariamento da educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Zahar, 1981.

FERREIRA, Adriana Nunes. **Os fundos de investimentos no Brasil de 2008 a 2013**: institucionalidades e interface com a política econômica. IPEA: Brasília, 2015.

FONTES, Virginia. A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e lutas teóricas na década de 1980. In: LIMA, Júlio Cesar França; NEVES, Lucia Maria Wanderley. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2006.

FRIGOTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1991.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRANEMANN, Sara. Políticas sociais e financeirização do trabalho. In: **Revista em Pauta**, n. 20, 2007.

GRANEMANN, Sara. Fundos de pensão e a metamorfose do “salário em capital”. In: SALVADOR, Evilasio; BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete; GRANEMANN, Sara (orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1996.

HARVEY, David. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **Para entender o capital**: Livros II e III. São Paulo: Boitempo, 2014.

HOFIG, Bruno. O capital acionário e sua necessidade: elementos para compreensão do processo de financeirização da firma. **Economia e Sociedade**, v. 26, Campinas, Dez. 2017.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço social em tempos de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 1995 (on line). Brasília: INEP, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 10.03.2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 1999 (on line). Brasília: INEP, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 10.03.2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2003 (on line). Brasília: INEP, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 10.03.2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2007 (on line). Brasília: INEP, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 10.03.2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2011 (on line). Brasília: INEP, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 10.03.2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2015 (on line). Brasília: INEP,

2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 10.03.2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2017 (on line). Brasília: INEP, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 10.03.2019.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LEHER, Roberto. Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Revista Outubro**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 19-30, 1999.

LEHER, Roberto. A sociedade civil contra a esfera pública. **Revista de Políticas Públicas**, v. 9, p. 129-156, 2005.

LEHER, Roberto. **Brasil**: agravamento da crise, coesão do bloco dominante e novos horizontes para as lutas sociais. OSAL (Observatório Social da América Latina), CLACSO, 2007.

LEHER, Roberto. Educação no governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida; FILGUEIRAS, Luiz; PINHEIRO, Bruno; PHILIGRET, Celeste; BALANCO, Paulo; BRUNO, Miguel; CARCANHOLO, Marcelo Dias; MINEIRO, Adhemar; GONÇALVES, Reinaldo; CANO, Wilson; SILVA, Ana Lucia Gonçalves; LESSA, Carlos; PADULA, Raphael; SANTOS, Gustavo; MAC DOWELL, Fernando; TAUTZ, Carlos; SISTON, Felipe; PINTO, João Roberto Lopes; BADIN, Luciana; OLIVEIRA, Ariovaldo; TONELLI, Flávio; QUEIROZ, Antônio Carlos; BAHIA, Ligia; LEHER, Roberto; DELGADO, Guilherme (orgs.). **Os anos Lula**: contribuição para um balanço crítico. Garamond: Rio de Janeiro, 2010.

LEHER, Roberto. Florestan Fernandes e a defesa da educação pública. **Educação e Sociedade**, v. 33, n. 121, p. 1157-1173, Out-Dez 2012.

LEHER, Roberto. Ditadura de 1964: uma universidade para o capitalismo dependente. In: IASI, Mauro; COUTINHO, Eduardo Granja (orgs.). **Ecoss do golpe**: a persistência da ditadura 50 anos depois. Rio de Janeiro: Morula, 2014.

LEHER, Roberto; SILVA, Simone. A universidade sob o céu de chumbo: a heteronomia instituída pela ditadura empresarial-militar. **Universidade e Sociedade** (Brasília), v. 22, p. 6-17, 2014.

LEHER, Roberto. **Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LEHER, Roberto. **Educação superior, fundos de investimentos e monopolização do setor privado**, Processo: 456770/2014-3 –CNPq/APQ, 2018a.

LÊNIN, Vladimir. **Imperialismo, etapa superior do capitalismo?** Rio de Janeiro: Record, 2003.

LUKACS, Georg. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MANCEBO, Deise. Políticas de educação superior no Brasil: velhos temas e novos desafios. In: CHAVES, Vera; CABRAL NETO, Antônio; NASCIMENTO, Ilma. **Políticas para a educação superior no Brasil**: velhos temas e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2009.

MANCEBO, Deise; VALE, Andrea. Expansão da educação superior no Brasil e a hegemonia privado mercantil: o caso da UNESA. **Educação e Sociedade**, v. 34, 2013.

MANCEBO, Deise. Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 38, n. 141, p. 875-892, Outubro-Dezembro, 2017.

MANDEL, Ernest. **Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINS, Carlos. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 106, p.15-3, Jan-Abril 2009.

MARX, Karl. **O Capital. Livro I. Crítica da Economia Política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINTO, Lalo. **O público e o privado nas reformas do ensino superior brasileiro: do golpe de 1964 aos anos 1990**. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 2005.

MIRANDA, Bernardo; CROCO, Marco Aurélio; SANTOS, Fabiana. Financeirização e governança corporativa: um estudo sobre a estrutura de controle das empresas não financeiras do Novo Mercado da BM&FBOvespa. **Brazilian Keynesian Review**, 3 (1), p. 75-94, 2017.

MOTTA, Vânia. **Ideologia do capital social: atribuindo uma face mais humana ao capital**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 6 ed., 2010.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAULANI, Leda. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: In: LIMA, Júlio Cesar França; NEVES, Lucia Maria Wanderley. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2006.

PAULANI, Leda. **Brasil delivery: servidão financeira e Estado de emergência econômico**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PRADO, Fernando Correa. **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo, Martins Fontes, 1977.

RUAS, Claudia Mara. **O modelo de gestão dos grandes oligopólios da educação superior privada**. São Paulo: Livro Novo, 2016.

SAMPAIO, Helena. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. **Revista Ensino Superior UNICAMP**, Campinas, v. 3, n. 17, 2011.

SAUVIAT, Catherine. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. In: CHESNAIS, François (org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SGUISSARD, Valdemar. Reforma universitária no Brasil – 1995/2006: precária trajetória e futuro incerto. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 1021-1056, Outubro 2006.

SILVA, Giselle Souza. Transferências de renda e monetarização das políticas sociais: estratégia de captura do fundo público pelo capital portador de juros. In: SALVADOR, Evilásio; BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete; GRANEMANN, Sara (orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Simone. A pesquisa científica, os editais de financiamento e a heteronomia acadêmica. Faculdade de Educação UFRJ (Dissertação de mestrado), Rio de Janeiro, 2012a.

SOARES, Laura Tavares. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2001.

TAVARES, Pedro Henrique; MAUÉS, Olgaíses. Expansão da educação superior brasileira pós-LDB 1996 e a constituição de oligopólios educacionais no Estado do Pará. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 4, 2012.

TAVARES, Pedro Henrique. **Os fundos de investimentos e o movimento do capital no ensino superior privado: mercantilização de novo tipo?** Faculdade de Educação UFRJ (Dissertação de mestrado), Rio de Janeiro, 2014.

TAVARES, Pedro Henrique; LEHER, Roberto. **Financeirização no ensino superior privado e o estado: alguns elementos para discussão**. Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo: CDROM, 2016.

THURY, Leonardo. **A mudança da política econômica francesa do governo François Mitterrand no período 1981-9184**. IE UFRJ (Tese de doutorado), Rio de Janeiro, 2011.

VALE, Andrea. **As faculdades privadas não fazem pesquisa porque não querem gastar dinheiro fora**: a trajetória da Estácio de Sá da filantropia ao mercado financeiro. Tese de doutorado. UERJ, Rio de Janeiro, 2011.

VALE, Andrea. **Nem parece banco**: as faces da financeirização da educação superior no Brasil. In: 5 Encontro Internacional de Política Social e 12 Encontro Nacional de Política Social, Vitória, 2017.